

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GERSON CARLOS SOARES DA SILVA FILHO

**O PROTAGONISMO DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES HAITIANOS:
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS PROMOVENDO A CONTINUIDADE DO FLUXO
FRENTE À POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI**

Porto Alegre

2024

GERSON CARLOS SOARES DA SILVA FILHO

**O PROTAGONISMO DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES HAITIANOS:
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS PROMOVENDO A CONTINUIDADE DO FLUXO
FRENTE À POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Silva Filho, Gerson Carlos Soares da
O PROTAGONISMO DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES
HAITIANOS: LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS PROMOVEDO A
CONTINUIDADE DO FLUXO FRENTE À POLÍTICA MIGRATÓRIA
BRASILEIRA DO SÉCULO XXI / Gerson Carlos Soares da
Silva Filho. -- 2024.
143 f.
Orientadora: Pâmela Marconatto Marques.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Migração Haitiana. 2. Relações Brasil-Haiti. 3.
Associações de Migrantes Haitianos no Brasil. 4.
Reunião familiar. I. Marques, Pâmela Marconatto,
orient. II. Título.

GERSON CARLOS SOARES DA SILVA FILHO

**O PROTAGONISMO DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES HAITIANOS:
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS PROMOVEDO A CONTINUIDADE DO FLUXO
FRENTE À POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Pâmela Marconatto Marques – Orientador

UFRGS

Profª. Dra. Tatiana Vargas Maia

UFRGS

Prof. Dr. Handerson Joseph

UFRGS

*A todos aqueles que tiveram que deixar o lar para alçar vôos
mais altos, por mais difícil e penoso que isto seja.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à Faculdade de Ciências Econômicas e ao Departamento de Economia e Relações Internacionais. Durante esses 5 anos de graduação escutamos muito o quanto esta é uma universidade pública, gratuita e de qualidade, algo que se comprova na formação robusta que possuímos no curso de RI. Gostaria de agradecer aos professores do departamento, aos técnicos e aos servidores da UFRGS, por terem garantido o funcionamento da faculdade, por terem passado tantos conhecimentos e sabedoria. Ter acesso à UFRGS, como a primeira geração da minha família a cursar universidades federais, é um sonho que se torna realidade.

Em seguida, gostaria de agradecer à professora Pâmela, minha orientadora querida. Acompanhei a professora primeiramente no ensino e posteriormente na extensão. Graças à prof., fui capaz de acessar conhecimentos e sabedorias que desviam do *mainstream* internacionalista — mas não ignoram a necessidade de estudá-lo —, de modo que dificilmente teria sido possível em outros cursos ou com outros professores. O seu olhar atento foi fundamental para que esse trabalho pudesse ser escrito.

Aos meus pais, Clara e Gerson, por terem sempre me apoiado, acreditado no meu potencial e enxugado as minhas lágrimas quando precisei. Ao meu irmão, José Pedro, por ser um modelo para mim desde a infância e pela relação de profundo amor que sempre tivemos. À minha família como um todo, por ter me passado valores de amor ao próximo e de cuidado. Sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui e graças a vocês eu posso sonhar ainda mais alto.

Aos amigos que a UFRGS me deu, afirmo que sou muito feliz em encontrar carinho, afeto e casa naqueles que têm origens tão diferentes das minhas e sotaques tão diferentes do meu. Ao João, à Dudda, à Laura, à Bibiana, à Giullia, à Nathi e ao Fernando, por terem sido as primeiras amigas que eu construí em Porto Alegre. Um agradecimento especial à Julinha, a quem eu sou muito grato pela parceria que temos desde o começo do curso — que se tornou, sinceramente, uma irmandade — e pelos encontros semanais de idas à Feira de Orgânicos. Às amigas formadas nos dois anos de coordenação do UFRGSMUNDI, especialmente a Isa e a Ju Marin. À Luciana e à Luiza, pelas risadas semanais. Aos meus amigos da Letras, Arthur, Bella e Joana, pelos encontros do nosso *Finer Things Club*.

Aos meus amigos de Teresina, os patrulheiros. Crescer junto de vocês e nutrir a amizade que temos, tão sincera quanto ela é mesmo morando em cidades diferentes, é realmente muito importante pra mim. Sendo assim, um cheiro à Mari, ao Baldi, ao Vito, ao Pedro Neto, ao JP, ao Cam, ao Gabriel e ao Gabriel Rodrigues. Um cheiro especial ao Xande e ao Fabricio, pois a amizade de vocês deu espaço para compartilhar muito das angústias e das alegrias dessa fase de conclusão da graduação. Sigo animado pros próximos vôleis e encontrinhos. Vocês sabem. Seremos!

Finalmente, os meus mais sinceros agradecimentos à Gabi. Ver no outro a extensão de si, em projeto de vida, objetivos e sonhos é algo muito especial. Você sabe que sem você fazer esse trabalho teria sido exponencialmente mais difícil. Há quem diga — eu digo — que seria literalmente impossível. Obrigado por tudo, por ser quem você é, por me apoiar e acreditar em mim sem titubear e por ter lido todos os meus rascunhos e todos os meus definitivos. Que continuemos a florescer escutando Emicida, Liniker e Djavan em manhãs calmas e ensolaradas. Como dizia uma dedicatória num livro de Vinícius de Moraes, que tenhamos muitas “coisinhas, sopinhas e comidinhas” pelos anos à frente.

Parafraseando Djavan nos intervalos das suas músicas: Obrigado!

“Seja como for, sei que o momento mais crucial da minha formação foi aquele em que fui obrigado a admitir que eu era uma espécie de bastardo do Ocidente; quando traçava a linha do meu passado, eu não ia parar na Europa, e sim na África. E isso queria dizer que, de alguma maneira sutil, de alguma maneira muito profunda, eu era obrigado a encarar Shakespeare, Bach, Rembrandt, as pedras de Paris, a catedral de Chartres e o Empire State Building com uma atitude especial. Essas criações não eram realmente minhas, não abrigavam minha história; seria inútil procurar nelas algum reflexo de mim. Eu era um intruso, aquele legado não era meu” (Baldwin, 2020).

*“Nunca tenha medo do seu inimigo
Quando não é você que começa a brigar
Também nunca ande de cabeça baixa e bem danado
Pois nem tudo que cai do céu é sagrado
Pois nem tudo que cai do céu é sagrado” (Jor, 1971).*

RESUMO

Este trabalho tem como tema o protagonismo das associações de migrantes haitianos, tramando um diálogo entre o trabalho feito pelas lideranças comunitárias para que o fluxo migratório continuasse, frente à política migratória brasileira do século XXI. Em relação a esse tema, percebe-se que nos últimos anos foi necessária a atualização dos aparatos legais utilizados pelo Estado brasileiro e as associações haitianas tiveram que assumir o protagonismo no contexto migratório. Diante disso, a pergunta que orienta a pesquisa é a seguinte: de que maneira as lideranças comunitárias haitianas se articularam para que a migração continuasse ocorrendo em um contexto de cerceamento de seus movimentos, tendo em vista que elas compõem um fluxo Sul-Sul e racializado? Como hipótese de trabalho tem-se que o Estado brasileiro negligenciou a migração haitiana a partir de 2020 a tal ponto que as lideranças comunitárias tiveram que assumir o protagonismo na pauta migratória no contexto pós-pandêmico e reforçar seu papel enquanto importantes atores do campo internacional. O objetivo geral da pesquisa, assim, é entender de que maneira a migração haitiana ao Brasil seguiu acontecendo, frente à política migratória do Estado brasileiro e da judicialização da reunificação familiar. Em termos específicos, busca-se contextualizar historicamente as relações Brasil-Haiti entre 2004 e 2023, focando na temática migratória; analisar o fluxo migratório ao Brasil entre 2010 e 2023, colocando foco nas associações de haitianos que foram erigidas no Brasil e em sua atuação enquanto atores da cena internacional; e analisar a articulação política realizada pelos migrantes haitianos organizados entre 2020 e 2023, centralizando esta análise nas associações de haitianos e no caso da judicialização da migração para reunificação familiar. Para atingir seus resultados, a pesquisa começa com uma revisão de literatura especializada, procurando entender como se constitui o campo de pesquisa, e, na sequência, aposta em metodologias qualitativas: realiza um mapeamento nacional das associações de migrantes haitianos no Brasil, entrevistas semi-estruturadas com pessoas haitianas que já trabalharam junto a associações e análise de documentos sobre a judicialização da reunião familiar. Entre os resultados da pesquisa, foram encontradas ao menos 11 associações ativas no Brasil que defendem o fortalecimento de direitos dos migrantes haitianos, evidenciando a presença de importantes atores dessa cena.

Palavras-chave: Migração Haitiana. Relações Brasil-Haiti. Associações de Migrantes Haitianos no Brasil. Reunião familiar.

ABSTRACT

The theme of this paper is the role of Haitian migrant associations, which is a dialog between the work done by community leaders to ensure that the flow of migrants continues in the face of Brazil's migration policy in the 21st century. In relation to this issue, it can be seen that in recent years the legal apparatus used by the Brazilian state has had to be updated and Haitian associations have had to take a leading role in the migratory context. In view of this, the question guiding this research is the following: how have Haitian community leaders articulated themselves so that migration continues to take place in a context where their movements are restricted, given that they make up a South-South and racialized flow? The working hypothesis is that the Brazilian state has neglected Haitian migration since 2020 to such an extent that community leaders have had to take a leading role in the migration agenda in the post-pandemic context and strengthen their role as important actors in the international field. The general aim of this research is to understand how Haitian migration to Brazil has continued, in the face of the Brazilian state's migration policy and the judicialization of family reunification. In specific terms, the aim is to historically contextualize Brazil-Haiti relations between 2004 and 2023, focusing on the issue of migration; to analyse the migratory flow to Brazil between 2010 and 2023, focusing on the Haitian associations that were set up in Brazil and their role as actors on the international stage; and to analyse the political articulation carried out by organized Haitian migrants between 2020 and 2023, focusing on Haitian associations and the case of judicialization of migration for family reunification. To achieve its results, the research begins with a review of specialized literature, seeking to understand how the field of research is constituted, and then relies on qualitative methodologies: it carries out a national mapping of Haitian migrant associations in Brazil, semi-structured interviews with Haitian people who have worked with associations and analysis of documents on the judicialization of family reunion. Among the results of the research, at least 11 active associations were found in Brazil that defend the rights of Haitian migrants, showing the presence of important actors in this scene.

Keywords: Haitian migration. Haitian-Brazilian relations. Associations of Haitian migrants in Brazil. Family reunion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AINTESO	Associação de Integração Social
CEIPARM/RJ	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes
CEMIGTRA-P-CE	Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CER	Comitê Estadual para Refugiados
CERAM/RN	Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte
CERMA/MS	Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul
CERMA	Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COMIGRAR	Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia
COMIRAT/RS	Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul
Comitrate-MG	Comitê Estadual de Atenção à Migração, Refúgio e Apatridia, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais
FONACCERAM	Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NETP/SP	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
PEB	Política Externa Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais

OIM	Organização Internacional para Migrações
RN	Resolução Normativa
RNM	Registro Nacional Migratório
SJMR	Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UnB	Universidade de Brasília
USIH	União Social dos Imigrantes Haitianos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	21
2.1 PARADIGMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2004-2017)	21
2.2 PARADIGMA DE DIREITOS HUMANOS (2017-2020)	27
2.3 PARADIGMA DE SEGURANÇA (2020-2023)	31
3 ONDE ESTÃO AS ASSOCIAÇÕES DE HAITIANOS NO BRASIL?	36
3.1 SOBRE AS ASSOCIAÇÕES	36
3.2 O MAPEAMENTO	40
3.3 UM BREVE DIAGNÓSTICO	46
4 RELATOS E ENTRAVES ENCONTRADOS NA BUSCA PELA REUNIÃO FAMILIAR	50
4.1 A JUDICIALIZAÇÃO DA REUNIÃO FAMILIAR	50
4.2 AS ENTREVISTAS	54
4.3 AS LACUNAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA PAUTA MIGRATÓRIA	58
5 CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM FEDO BACOURT	73
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM MARIA	103
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM ROOD MARLINE	127
APÊNDICE D – FORMULÁRIO DO MAPEAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL	143

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central entender de que maneira a migração haitiana ao Brasil seguiu acontecendo, frente à política migratória do Estado brasileiro e da judicialização da reunificação familiar entre 2020 e 2023. Ainda que as relações oficiais Brasil-Haiti tenham sido estabelecidas em 1928, foi somente em 2004 que se viu o princípio de uma aproximação entre os dois Estados. Neste ano, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi, essencialmente, uma empreitada da ONU que pretendia ajudar o Haiti a chegar novamente a um equilíbrio político-social-econômico após a escalada de conflitos armados no país (United Nations Peacekeeping, 2023). Contudo, a MINUSTAH foi também resultado do trabalho da Política Externa Brasileira (PEB) do governo Lula, que tinha, dentre seus pontos de atenção, “o multilateralismo, a promoção de paz e segurança e a liderança regional” e que permitiram, posteriormente, que o Brasil se tornasse o foco de destino da migração haitiana após o terremoto de 2010 (Pereira, 2023, p. 22).

Nesse momento, o Brasil pôde aproveitar a sua posição de líder da Missão para dar prioridade às pautas que eram caras à PEB, como a construção de paz, a fortificação da segurança e dos processos políticos no país (Pereira, 2023; Uebel; Ranincheski, 2020). No entanto, a MINUSTAH representou um capítulo da PEB com relação ao Haiti que é alvo de críticas desde o princípio, como a decisão pela intervenção — atitude que não estava de acordo aos posicionamentos anteriores — que carrega dinâmicas marcadas pelo colonialismo e imperialismo¹ que estão associados a missões deste tipo e a “ineficiência da MINUSTAH perante o terremoto de 2010” (Pereira, 2023, p. 25). Ainda assim, a MINUSTAH concedeu ao Brasil uma posição central no debate internacional, como líder do Sul Global e sublinhou as proximidades existentes entre os povos haitiano e brasileiro (Pereira, 2023; Redin; Barbosa, 2014).

Após o terremoto, a migração haitiana se consolidou como o maior fluxo migratório que o Brasil recebeu até a entrada dos venezuelanos (OBMIGRA, 2023). Tomados por expectativas que se provaram irreais quanto à realidade de vida e às chances que teriam², os haitianos em

¹ Para uma noção mais aprofundada da discussão que concerne o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo, ler N’Krumah (1967).

² À época, muitos haitianos acreditavam que a migração ao Brasil permitiria melhor empregabilidade e acesso a serviços públicos de saúde, que o acesso a alimentação e moradia seriam gratuitos e que a população brasileira os

mobilidade foram recebidos com uma situação bem diferente daquela projetada internacionalmente. Esse cenário em muito dificultava a regularização do *status* migratório dos haitianos em território brasileiro, uma vez que o aparato legal vigente — o Estatuto do Estrangeiro — estava desatualizado com a realidade migratória. Entretanto, a sociedade civil pressionou o Estado de tal modo que, em 2012, foi aprovada a Resolução Normativa N° 97/2012, determinando o visto de Acolhida Humanitária, que servia como uma proteção complementar aos migrantes forçados, mas isto se tornou incoerente a partir do momento em que foi estipulado um número limite de vistos a serem emitidos anualmente. Tal escolha, pautada na PEB, dava ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) a possibilidade de restringir a entrada de haitianos no Brasil. Isso encontrou eco em medidas anteriores, de forte subtexto racista e imperialista, e abriu espaço para a participação mais pujante de coitotes³ no trajeto da migração haitiana ao Brasil (Joseph, 2017; Pereira, 2023; Redin; Barbosa, 2014; Silva; Sá, 2021).

Ainda que essa limitação tenha sido revogada em 2013, foi criado um ambiente que propiciou a entrada clandestina de dezenas de milhares de haitianos, que já se encontravam em situação vulnerabilizante, e ressaltou os desequilíbrios que a PEB pode causar no acesso a direitos humanos e migratórios. Já em 2017, após contínuas pressões para a atualização definitiva do Estatuto do Estrangeiro, a Lei de Migração é aprovada, mas sem menção alguma ao caráter de raça, evidenciando a visão universalizante da lei (Bento, 2002; Pereira, 2023; Silva; Sá, 2021).

Ao não pensar em alternativas ao peso histórico que o imperialismo e o colonialismo tiveram na vida destas pessoas e na história do Brasil, o Estado reforça um descompasso na sua forma de agir. Internacionalmente, manifesta acordo com a defesa dos direitos humanos e a “democracia racial” de Gilberto Freyre como características. Domesticamente, reforça o racismo estrutural, a colonialidade do poder e o pacto da branquitude a partir do momento em que não considera fatores raciais na política migratória (Silva, 2020; Silva, Sá, 2021). Resta, portanto, compreender de que maneira esse descompasso externo-interno se passa, assim como a forma

acolheria calorosamente em função da grande parcela de negros no Brasil. Ainda que isto não seja completamente irreal, as expectativas criadas eram incompatíveis com a realidade brasileira (Dieme, 2017; Joseph, 2017).

³ Termo cunhado aos atravessadores. São pessoas criminosas que atuam na migração internacional clandestina prometendo garantir a travessia de determinados trajetos para chegar a um destino em troca de dinheiro. A questão, contudo, é que não há garantia alguma, é uma atividade ilícita, muitas vezes associada ao tráfico internacional e os preços cobrados são abusivos.

segundo a qual o MRE serve à manutenção do pacto da branquitude⁴, do racismo estrutural⁵ e da colonialidade do poder⁶ nas relações Brasil-Haiti no século XXI.

Tendo em vista este contexto, o presente trabalho precisa dialogar com alguns aparatos teórico-conceituais aliados ao pós-colonialismo para chegar na discussão central da relação da PEB e da Política Migratória com o movimento migratório haitiano ao Brasil entre 2020 e 2023. Os principais são aqueles de Audebert, Joseph e Miranda (2023), Bento (2002), Joseph (2021), Schucman (2012) e Silva e Sá (2021).

Em Audebert, Joseph e Miranda (2023) os autores descentralizam o debate das migrações internacionais contemporâneas e focam no ponto de vista dos povos africanos e caribenhos, que compõem grandemente os movimentos afrodiáspóricos. Nesse sentido, os autores debatem as políticas de controle de fronteiras do Norte Global, a governança migratória da América do Sul para a migração haitiana, a migração protagonizada por indivíduos ou famílias, e a relação existente entre aqueles que migram e aqueles que ficam. Em meio a isso, centralizam a migração de pessoas negras no momento atual da mobilidade humana. Assim, compreendem que o Brasil se tornou um dos principais destinos das diásporas negras contemporâneas, e que isso se deu por conta da participação do Estado na migração, das redes de migrantes e das agências internacionais de migração (Audebert; Joseph; Miranda, 2023).

Isso em grande medida dialoga com aquilo que Joseph (2021) chama de “negrização das migrações” (Joseph, 2021, p. 79, tradução própria⁷). O autor, ao estudar os movimentos recentes dos negros latinoamericanos e caribenhos, sublinha que se faz necessário perceber as subjetividades e o protagonismo que esse grupo possui nos movimentos migratórios. Ao arguir que eles são “agentes históricos nas mudanças sociais e migratórias” (Joseph, 2021, p. 79, tradução própria⁸), o autor empreende uma argumentação que dialoga amplamente com a teoria pós-colonial. Ele ecoa em Boaventura de Sousa Santos (2019) quando conclui que há uma dimensão anticolonial e revolucionária nessa nova forma de migração, uma vez que o foco não está mais na miséria dos migrantes negros, mas na agência e no protagonismo deles (Joseph,

⁴ Este termo será discutido mais à frente, nesta mesma seção.

⁵ O racismo estrutural, nos termos de Almeida (2021), é entendido como uma prática que vai além de episódios de preconceito contra pessoas negras, ele é parte estrutural e fundante da sociedade capitalista. Por ser estrutural, ele está difundido em todos os meios e presente nas relações sociais, seja consciente ou inconscientemente. Dessa forma, querendo ou não ele impacta as interações, as oportunidades e as práticas de pessoas negras, brancas ou de outras etnias (Almeida, 2021).

⁶ Este termo será melhor discutido mais à frente, no primeiro capítulo.

⁷ No original: “negrización de las migraciones” (Joseph, 2021, p. 79).

⁸ No original: “agentes históricos en los cambios sociales y migratorios” (Joseph, 2021, p. 79).

2021). Nesse ensejo, é fundamental também chamar atenção ao fato de que, no contexto deste trabalho, a produção de Handerson Joseph terá centralidade tanto pela sua profunda contribuição intelectual ao tema da migração haitiana quanto por este ser um dos primeiros professores haitianos das universidades federais brasileiras.

Ao mesmo tempo, a produção de Joseph (2021) é complementar à de Silva e Sá (2021) e Bento (2002). Silva e Sá (2021), ao estudar o haitianismo⁹, a migração haitiana e as implicações que a categoria de raça deveriam ter no acesso a direitos por parte dos haitianos e na política migratória, chegam à potente conclusão de que, tratando-se do estudo das migrações Norte-Sul e Sul-Sul, é imprescindível a ampliação do horizonte teórico a tal ponto que a raça seja uma categoria analítica nos estudos migratórios. Os autores defendem que, a partir do momento que o recorte racial for incluído nos debates acadêmicos e políticos das migrações, políticas públicas — como a PEB — poderão ser potencializadas para compreender melhor as necessidades desse grupo, da mesma forma como o é com relação a gênero, nacionalidade, idioma etc.

Por outro lado, ao discutir branqueamento e branquitude no Brasil, Bento (2002) concede o nome de “pacto narcísico” (Bento, 2002, p. 19) ao que pode ser interpretado como um acordo inconsciente da branquitude em se retirar do problema do racismo estrutural. Eximindo-se dessa culpa, a branquitude brasileira coloca-a inteiramente na população negra e no passado, que estes brancos já não têm poder algum sobre. Trata-se de uma postura que serve para reforçar desequilíbrios sociais, discriminações, para esquivar-se do debate público concernente ao legado da escravidão e que ensaia esconder o racismo estrutural (Bento, 2002; Schucman, 2012). É possível inferir, portanto, que esse pacto da branquitude se faz presente também na academia e na política brasileiras e impacta os migrantes afrodiáspóricos.

Tendo consciência destes aportes teóricos fundamentais ao pano de fundo da discussão a ser empreendida, bem como a sua contextualização inicial, o presente trabalho pretende testar a hipótese de que o Estado brasileiro negligenciou a migração haitiana a tal ponto que as lideranças comunitárias tiveram que assumir o protagonismo da pauta migratória no contexto pós-pandêmico e reforçar seu papel enquanto importantes atores do campo internacional. Como hipótese secundária, coloca-se que a maneira segundo a qual a política externa brasileira pautou a migração haitiana demonstra que o MRE, ainda durante o século XXI, ignora ou evade das

⁹ Conceito cunhado “para designar a aversão das elites escravistas brasileiras ao processo de libertação nacional e racial ocorrido no Haiti” (Silva; Sá, 2021, p. 4). O termo foi popularizado durante o Período Regencial e colocava o haitiano como a antítese do brasileiro, isto é, um traidor da causa brasileira, antipatriota etc. (Silva; Sá, 2021).

nuances raciais, que precisam ser reconhecidas quando tratando da migração de um povo negro, historicamente afetado pelo imperialismo e pelo colonialismo e que também faz parte do Sul Global.

Dessa maneira, a pergunta que permanece é: de que maneira as lideranças comunitárias haitianas se articularam para que a migração continuasse ocorrendo em um contexto de cerceamento de movimentos, sempre levando em conta o fato de que compõem um fluxo Sul-Sul e racializado? Para responder aos questionamentos, coloca-se o objetivo geral de entender de que maneira a migração haitiana ao Brasil aconteceu, frente à política migratória do Estado brasileiro e da judicialização da reunificação familiar entre 2020 e 2023. Assim, o trabalho se divide em três capítulos de desenvolvimento: o primeiro, onde serão contextualizadas historicamente as relações Brasil-Haiti entre 2004 e 2023, focando na temática migratória; o segundo, em que será analisado o fluxo migratório haitiano ao Brasil entre 2010 e 2023, colocando foco nas associações de haitianos que foram erigidas no Brasil e em sua atuação enquanto atores da cena internacional; e o terceiro, em que será analisado o modo segundo o qual os migrantes haitianos se articularam politicamente para garantir a continuidade da migração entre 2020 e 2023, centralizando esta análise às associações de haitianos e no caso da judicialização da migração por reunificação familiar.

Por ser um dos principais fluxos migratórios que o Brasil recebeu no século XXI, o estudo da migração haitiana sob os mais diversos prismas e pontos de vista se faz imprescindível. A pauta da MINUSTAH no século XXI foi um dos “capítulos” da política externa brasileira que serviu para que o Estado pudesse se afirmar como um líder regional e do Sul Global, tendo como efeito colateral uma variedade imensa de estudos das RI. Além disso, essa pesquisa no campo das Relações Internacionais é importante por permitir descentralizar o debate do Estado e colocar luz nas associações de migrantes, tocando os sujeitos mais afetados pela migração, agentes de impacto e que devem ter sua voz amplificada para conseguir influenciar as políticas públicas destinadas a eles. Esse estudo, então, encontra relevância ao aproximar o prisma da migração desses atores internacionais pouco explorados que são as associações de migrantes, tomando-os como agentes e porque a abordagem pós-colonial permite tal reflexão sobre a Política Externa, algo que ainda não é muito comum nas abordagens de RI. Por fim, a principal justificativa que sustenta esse estudo é a necessidade de uma análise de Relações Internacionais que alie a categoria analítica de raça ao estudo de migrações. Assim como Silva e Sá (2021) e Joseph

(2021) escrevem, as migrações afrodiáspóricas têm se tornado cada vez mais comuns e têm se complexificado nos últimos 20 anos, de maneira que os migrantes negros do Sul Global possuem um protagonismo que há de ser reconhecido. Dessa forma, no estudo das migrações afrodiáspóricas há uma séria lacuna, uma vez que a raça não é posta em análise da mesma forma como gênero e nacionalidade são (Silva; Sá, 2021), e portanto este estudo se faz importante por responder à urgência de preenchimento dessa lacuna.

Por fim, com relação aos aspectos metodológicos a serem delimitados, pretende-se, fundamentalmente, sustentar a pesquisa em quatro frentes: (i) pela revisão de literatura especializada, para compreender como aconteceram as relações Brasil-Haiti e a interação entre os povos haitiano e brasileiro de 2004 a 2023; (ii) pelo mapeamento nacional das associações e organizações de haitianos; (iii) pela realização de entrevistas semi-estruturadas com pessoas haitianas que trabalharam junto às associações; e (iv) pela análise documental envolvendo fontes primárias da imprensa e da justiça para a compreensão do processo de judicialização da reunificação familiar haitiana.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Nesta seção, por meio da revisão de literatura especializada, será realizada uma contextualização histórica das relações Brasil-Haiti, intermediadas pelos paradigmas da política externa, dos direitos humanos e da segurança nacional¹⁰, no âmbito da migração haitiana ao Brasil, considerando a janela de 2004 a 2023. As produções de Joseph (2017), Dieme (2017) e Pereira (2023) serviram como guia para a escrita deste capítulo, e também foram selecionadas mais referências que dialogam com as Relações Internacionais e as ciências sociais aplicadas. Para isso, faz-se necessário também levar em consideração eventos e explicações relativas a capítulos anteriores da história dos dois países. Dessa maneira, a divisão da seção se dá como exposto: (i) o paradigma da Política Externa Brasileira; (ii) o paradigma dos Direitos Humanos; e (iii) o paradigma da Segurança Nacional. Ainda previamente ao debate dos paradigmas, é importante chamar atenção ao fato de que, apesar da segmentação, eles não seguem um padrão linear-evolucionista. Na verdade, à medida que um padrão dá lugar a outro, os elementos daquele que precederam seguem vigentes, mas agora menos pujantes que aqueles que caracterizam a norma de cada época. É necessário ter isso em mente, pois a passagem de um momento a outro não significa que revolver a um paradigma anterior se torna impossível.

2.1 PARADIGMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2004-2017)

Com o final da Ditadura Militar, a Constituição Cidadã de 1988 e o início da Nova República, o aparato Estatal brasileiro foi alterado, dando início a um novo momento da diplomacia brasileira e da política externa como um todo, quando houve uma reintegração do Brasil às pautas internacionais de modo a mostrar-se disponível, engajado e no centro do debate liberal do momento (Sampaio, 2016). Assim, em 2004, após uma década de trabalho mais aproximado junto às Nações Unidas, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil apoiou o envio de tropas ao Haiti e foi eleito para o comando da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH). À época, a MINUSTAH representou a assertividade da

¹⁰ A sistematização deste trabalho nas três seções assim como estão dispostas faz referência ao trabalho de Pereira (2023), que seguiu em uma maneira semelhante e serviu de base para a realização deste capítulo.

Política Externa Brasileira (PEB), que se firmava enquanto hegemonia da América Latina e representante internacional do Sul Global. Isso foi resultado desse esforço da PEB, que tinha como focos “o multilateralismo, a promoção de paz e segurança e a liderança regional” (Pereira, 2023, p. 22).

Dessa forma, de 2004 a 2017 a Missão de Paz do Haiti foi uma das principais atuações da PEB. A Missão tinha o objetivo de restabelecer a ordem no país, reconstruir a estabilidade e a paz nacionais, bem como dar continuidade ao processo político e assegurar os direitos humanos no Haiti, todas questões que haviam sido fragilizadas em função da instabilidade sociopolítica e econômica a qual o país foi sujeito¹¹ (MINUSTAH, 2023; Peixoto, 2017). Ainda que a Missão tenha sido considerada um sucesso por ter enfrentado questões de ordem de segurança pública e pela aproximação entre os povos brasileiro e haitiano — valores aparentemente louváveis —, a atuação das tropas sob liderança brasileira foi marcada por críticas contundentes que serão apresentadas agora (Pereira, 2023).

A MINUSTAH também foi marcada por críticas no que tange à conduta do Estado brasileiro e dos pacificadores. Dentre elas, as principais são as de que intervenções de paz como esta, patrocinadas pela ONU e idealizadas no Norte Global, são necessariamente coloniais-imperialistas, uma vez que seguem parâmetros criados pelo Norte, e não estão alinhadas às epistemologias do Sul. Quanto ao Estado, pontua-se que primeiramente o posicionamento brasileiro era de não intervir, e então a PEB mudou o voto a ponto de não somente aprovar a Missão Humanitária, mas também enviar tropas e liderar a empreitada. Com relação aos pacificadores, é apontado que eles foram protagonistas nas principais violações de direitos humanos que aconteceram, abusando de mulheres e crianças, disseminando doenças no Haiti, sendo acusados de estupro, de não terem assumido filhos que tiveram no país e também de serem ineficientes na emergência do terremoto de 2010 (Pereira, 2023; Marques, 2013; Thomaz, 2010).

Em 2017 a MINUSTAH é encerrada após pressão dos EUA por corte de gastos na ONU, não após reflexões quanto à efetividade da Missão em restabelecer a ordem no Haiti, bem como aos demais objetivos anteriormente postulados. Olhando em retrospecto, é possível constatar que o Haiti após 13 anos de MINUSTAH era muito semelhante àquele do princípio do ciclo de mandato brasileiro, ainda em 2004. Dessa maneira, ainda que a Missão tenha sido prospectada

¹¹ Para mais detalhes, ler Buss (2015).

para melhorar a situação do país, pouco progresso foi conquistado e mais violações de direitos humanos ocorreram. O que se leva da Missão é que ela foi fruto da Política Externa Brasileira, auxiliando na projeção de poder do Estado e que permitiu que houvesse uma certa aproximação entre Brasil e Haiti, ocasionando na migração haitiana ao Brasil após o terremoto de 2010 (Abdenur et al., 2017; Mendonça, 2017; Pereira, 2023).

O terremoto que atingiu o Haiti em 2010 tornou ainda mais dificultosa a situação do país, que já experienciava instabilidades há tempos. Além da infraestrutura, mais de 1,3 milhão de pessoas foram deslocadas internamente, 3 milhões foram afetadas pelo terremoto e mais de 230 mil morreram durante o incidente. Somando o cenário de fragilidade acentuada pelo terremoto à liderança brasileira da MINUSTAH e a ponte entre as sociedades brasileira e haitiana que foi sendo erigida ao longo dos anos, o resultado foi o fluxo migratório de haitianos ao Brasil ainda em 2010, com inclusive uma série de expectativas desconectadas da realidade material a ser encontrada em território brasileiro (Dieme, 2017; Joseph, 2017).

Ainda que o Brasil e o Haiti tenham relações formais na diplomacia desde 1928 e a MINUSTAH tenha começado em 2004, foi somente em 2010 que houve um *mélange* significativo entre as duas nações. Com o terremoto, a migração ao Brasil principia e há um aumento considerável de haitianos que vêm ao Brasil. Dessa forma, até 2022 cerca de 170 mil haitianos foram registrados no Brasil e o país foi inserido no circuito internacional de migrações. Ainda em 2010, alguns haitianos entraram no Brasil através da fronteira compartilhada com a Colômbia e o Peru, em Tabatinga, de modo a chegar na Guiana Francesa, mas as ofertas de emprego e o acolhimento feito pelas igrejas impactou o horizonte desses migrantes a ponto de fazê-los ficar no Brasil (Joseph, 2017; Pereira, 2023).

Essa chegada inicial foi crucial aos fatores que se somaram posteriormente à ponderação da mobilidade internacional haitiana rumo ao Brasil. Primeiramente, de modo a não serem expulsos do Brasil e tampouco devolvidos ao Haiti, eles solicitaram refúgio segundo trâmites da Polícia Federal (Joseph, 2017). Em segundo lugar, a percepção do Brasil enquanto parceiro do Haiti e líder internacional, com economia pujante e aquecida; os testemunhos com relação às oportunidades de vida, salário, educação e segurança no país; e quiçá inclusive jogos internacionais — Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 — tornaram o Brasil um interessante destino para haitianos que precisavam recomeçar a vida fora do território natal (Dieme, 2017; Joseph, 2017; Pereira, 2023).

A questão, contudo, é que a realidade material a ser encontrada no Brasil era significativamente diferente daquela projetada pelos haitianos previamente à chegada no país. Algumas crenças foram compartilhadas entre a população migrante de que os brasileiros seriam mais receptivos do que eles de fato foram, de que os salários recebidos logo no início já seriam altos inclusive para os padrões brasileiros, de que o histórico do Brasil enquanto Estado de população majoritariamente negra faria dele um país menos racista e de que inclusive poderiam ter habitações e alimentação gratuitas fizeram com que, no princípio, muitos acreditassem na existência de um *brazilian dream*, que quando justaposto à realidade se mostrava plenamente ilusório (Joseph, 2017).

A realidade no Brasil, tanto em 2010 quanto em 2023, é muito diferente daquela imaginada pelos haitianos em mobilidade. O Brasil se consolidou enquanto um dos epicentros das migrações Sul-Sul, como o é a haitiana, e em razão disso foi necessário aplicar uma série de medidas e políticas que permitissem uma estrutura atualizada para abarcar as necessidades dos novos perfis migratórios que se formaram no século XXI — majoritariamente haitianos a partir de 2010 e venezuelanos a partir de 2016. Contudo, mesmo que tenham sido criados aparatos legais para as migrações, ainda faltam políticas que pensem para além da regularização migratória, isto é, que lidem com a inserção digna dos migrantes na sociedade. Sobretudo no caso dos haitianos, a empregabilidade, a sociabilidade e a inserção na educação se mostram como faltas muito significativas. Ainda que estas ocorram em alguma medida, lhes falta dignidade. Os migrantes trabalham, vão à escola e constroem redes no Brasil, mas muitas vezes as oportunidades de emprego, por exemplo, são em atividades que os brasileiros não estão dispostos a realizar (Cavalcanti et al., 2020). É viável analisar esta situação, em que é possível regularizar-se e emitir a documentação no Brasil, mas não ser inserido com dignidade no país, como uma maneira de atualizar relações escravocratas, uma vez que por muitos anos estas atividades foram realizadas pelos próprios negros brasileiros.

Nesse sentido, as redes de migrantes, as amizades construídas ao longo do tempo e dos caminhos, as organizações da sociedade civil, não governamentais e muitas vezes associadas a igrejas tomam essa tarefa, que deveria ser do Estado, e lideram-na por falta de envolvimento ou interesse das autoridades oficiais. Além da questão da empregabilidade, estes entes também tentam viabilizar o acesso dos migrantes à saúde e à educação no Brasil. O que se nota é que de 2010 a 2023 a situação se manteve muito similar — quase que em paralelo à situação no Haiti ao

longo da existência da MINUSTAH —, uma vez que o Estado focou a sua atuação em somente um dos lados da moeda: a regularização da migração associada à documentação legal (Cavalcanti et al., 2020; Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

Retornando à questão da regularização migratória em 2010, é importante ressaltar que os pedidos de refúgio solicitados naquele ano passaram a ser indeferidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) em 2011. A razão que fundamentou a decisão do Comitê era de que os haitianos solicitavam tal documento alegando que estariam amparados no cenário de desastre ambiental do terremoto de 2010 e portanto poderiam ser compreendidos como refugiados ambientais segundo a Convenção de Refugiados de 1951¹². Em 2011, então, o CONARE decide que esta documentação de refúgio não abarcava a situação dos haitianos e encaminha-os ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg) para que fossem feitos vistos de residência permanente, de modo a viabilizar a permanência dos haitianos e a não-devolução ao país de origem (Fernandes; Faria, 2017; Pereira, 2023).

Durante esse período, dá-se início a um duradouro debate com relação ao enquadramento legal que serviria ao contexto da mobilidade haitiana. À época, no pano de fundo da gestão migratória oficial brasileira estava o Estatuto do Estrangeiro, lei que pertencia a um arcabouço jurídico ultrapassado e já obsoleto, datada de 1980 e para um contexto migratório diferente daquele a ser encontrado na segunda década do século XXI. Naquele momento da década de 1980 o Brasil não era um Estado receptor de migrantes, via a migração a partir de um prisma securitário — sobretudo aquela afrodiaspórica¹³ —, a Guerra Fria ainda acontecia e tinha um perfil de migrante consideravelmente diferente de 2010. Efetivamente, todas essas características fundamentais ao entendimento do que representava o Estatuto do Estrangeiro foram alteradas ao longo dos anos, e, portanto, fazia-se necessário uma atualização da Lei, elementos que serão melhor pontuados na próxima seção (Pereira, 2023; Redin; Barbosa, 2014).

¹² Esta convenção será melhor abordada na próxima seção.

¹³ No prólogo de *O Genocídio do Negro Brasileiro*, Abdias do Nascimento (1978) relata uma experiência vivida no Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negras, que se deu em Lagos, na Nigéria, no ano de 1977. Neste evento, Nascimento observou um episódio de arrogância por parte de um delegado oficial do Brasil, representando o interesse nacional, que tentou barrar uma proposta de estudar a situação do negro no Brasil, incluindo tanto o migrante quanto o nacional. O autor rememora o episódio alegando que, ao tentar vetar a proposta, o delegado inclusive sinalizou a possibilidade de complicações e dificuldades nas relações Brasil-Nigéria. Ao mesmo tempo que neste Colóquio houve apresentações que defendiam a ideia de uma democracia racial no Brasil, a posição oficial do Estado brasileiro foi aquela de boicotar uma investigação com relação a esta suposta democracia racial, uma vez que poderia denunciar a situação a qual migrantes e nacionais negros viviam no país (Nascimento, 1978).

A Resolução Normativa Nº 97, publicada em 12 de janeiro de 2012, instituía o visto de acolhida humanitária aos nacionais haitianos no Brasil por um período de 5 anos. De caráter especial, este visto era concedido pelo Ministério das Relações Exteriores através da Embaixada brasileira em Porto Príncipe, e foi posto como humanitário em razão das considerações feitas frente às condições que fragilizaram a população haitiana após o terremoto de janeiro de 2010. Além disso, o citado visto estava condicionado a duas questões fundamentais à análise aqui empreendida. Em primeiro lugar, ele possuía um número limite anual a ser respeitado; na RN 97/2012, o Estado brasileiro explicitava que seriam concedidos uma média de 100 (cem) vistos ao mês, de modo a totalizar 1.200 (mil e duzentos) ao ano, não excedendo esse número para que não houvesse algum “prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País” (Brasil, 2012, p. 59). Em segundo lugar, ao final do prazo de 5 anos, o haitiano possuidor do visto deveria comprovar que possuía emprego formal para que fosse autorizada a permanência em território brasileiro e de modo a prolongar a situação regular no Brasil (Brasil, 2012).

Tendo em vista o funcionamento prático do visto por acolhida humanitária, compreende-se que ele guarda uma importância na medida em que foi uma decisão discricionária do Governo de Dilma Rousseff e foi fruto da PEB, que no século XX participou do debate internacional pós-Segunda Guerra que resultou nos tratados internacionais de migrantes e refugiados¹⁴, e que no século XXI galgou a liderança da MINUSTAH, colocando-se como hegemonia regional da América Latina. Assim, mesmo que na resolução esteja posto que se tem consciência das violações de direitos humanos, essa interessante inovação na legislação brasileira pelo visto de acolhida humanitária e não pelo refúgio representou um descompasso entre a imagem construída internacionalmente e a realidade vivida internamente. Por um lado, a PEB encabeçava a Missão de Paz no Haiti, assinava tratados internacionais de direitos humanos, migração e refúgio e participava de cúpulas e reuniões internacionais voltadas a essas pautas¹⁵; por outro, se negava a conceder o aparato legal que melhor compreendia a situação migratória haitiana, distanciando-se daquela referente ao refúgio e aproximando-a do conceito de migração voluntária, além de negligenciar políticas e medidas após a chegada no Brasil (Annoni; Manzi, 2016; Cavalcanti, 2020; Pereira, 2023; Redin; Barbosa, 2014).

¹⁴ A exemplo da Convenção de Genebra de 1951, do Protocolo de Nova York de 1967 e da Convenção de Cartagena de 1984 (Pereira, 2023).

¹⁵ Para mais detalhes, ler Uebel e Ranincheski (2020).

Por fim, o limite de 1.200 vistos ao ano foi revogado em 2013 por motivo da pressão dos migrantes e de grupos organizados, mas isso ainda não foi suficiente para resolver as dificuldades, apesar de mitigá-las momentaneamente. A dificuldade permanecia por chegarem muitos haitianos e a estrutura disponível para o acolhimento ser ínfima frente à demanda apresentada. Cerca de 40 mil haitianos chegavam ao Brasil clandestinamente e a Embaixada de Porto Príncipe era incapaz de lidar com todos os pedidos. Assim, em 2015 é estabelecida uma cooperação do Estado brasileiro com a Organização Internacional para Migrações (OIM) para adotar um sistema que permitisse a emissão de vistos — tanto humanitários quanto permanentes e de reunião familiar — em um processo mais acelerado (Pereira, 2023). As especificidades do processo para a emissão de vistos por acolhida humanitária e de reunificação familiar, bem como a judicialização deste processo, em 2021-2023, serão mais aprofundadas no terceiro capítulo.

2.2 PARADIGMA DE DIREITOS HUMANOS (2017-2020)

Até chegar na política migratória brasileira dos anos 2010, intermediada pela política externa do Estado, o Brasil passou por algumas mudanças com relação à maneira segundo a qual os migrantes eram tratados, e variações importantes inclusive em se tratando de grupos migratórios diferentes. Nesse ínterim, os migrantes de modo geral — mas sobretudo os haitianos — continuavam a ter a sua migração influenciada pelo legado do Estatuto do Estrangeiro (1980) e por um espectro securitário, apesar do Estado brasileiro compor uma série de tratados e agregar à discussão dos direitos humanos no tocante à migração e ao refúgio. Essa aparente discordância e paradoxo será discutida nesta subseção de modo a compreender os principais acontecimentos da política migratória brasileira de 2017 a 2020, fortemente influenciada pelos direitos humanos. Dessa maneira, apesar de ter brevemente passado pelos tratados e pela obsolescência do Estatuto do Estrangeiro no segmento anterior, serão discutidas essas questões em maior profundidade para melhor compreender o porquê de 2017 ter representado uma guinada fundamental para a migração haitiana.

Existem três principais tratados que o Brasil compõe e que deram as bases para a mudança da forma a tratar a migração internacional. São eles: a Convenção de Genebra de 1951; o Protocolo de Nova York de 1967; e a Declaração de Cartagena de 1984. Em 1951 foi criada a

definição para fins jurídicos do que seria o refugiado, aplicando o termo àqueles que, até o primeiro dia de 1951, possuísem

Fundado temor de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, filiação a determinado grupo social ou opinião política, esteja fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido a esse receio, não queira valer-se da proteção desse país; ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país de sua residência habitual anterior como resultado de tais eventos, não possa ou não queira retornar a ele (United Nations High-Commissioner for Refugees, 2010, p. 14, tradução própria¹⁶).

Além disso, a Convenção também criou o princípio de “não-devolução” e aliou a definição ao território europeu tendo em vista a migração decorrente da Segunda Guerra Mundial. A Convenção mostrou-se desatualizada quando, a partir da década de 1960, ditaduras militares tomaram conta da América Latina e o marco temporal criado para o tratado não abarcava aqueles que se encaixavam quase que por completo na definição de refugiado. Tendo em vista a necessidade de um novo aparato internacional para atualizar a obsoleta Convenção de Genebra, em 1967 é assinado o Protocolo de Nova York, que libertava a definição de refugiado do marco temporal e das fronteiras territoriais (United Nations High-Commissioner for Refugees, 2010).

Fazendo parte de ambos os tratados, o Brasil continuou a participar das discussões internacionais sobre refúgio e migrações e, em 1984, entendendo que era ainda mais necessário ter convenções que se encaixassem às periferias do Sistema Internacional, foi assinada a Declaração de Cartagena. Visando abrandar os efeitos das ditaduras e das violações de direitos humanos que aconteciam na região, a Declaração adapta o conceito de refugiado à América Latina. Dessa maneira, na declaração são postos também em cheque os conflitos internos, as violações maciças de Direitos Humanos e as ameaças generalizadas, aceitando mais cenários que aqueles postos nos documentos de 1951 e 1967. Dessa forma, os tratados assinados foram considerados e influenciaram as políticas migratórias que se seguiram no Brasil, mas estas ainda estavam em grande parte influenciadas pelo Estatuto do Estrangeiro (Pereira, 2023; Sartoretto, 2018).

Feito lei em 1980, o Estatuto do Estrangeiro foi o resultado da junção de uma visão interna à conduta externa do Governo militar-ditatorial brasileiro com relação a todos aqueles que

¹⁶ No original: “[O]wing to wellfounded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it” (United Nations High-Commissioner for Refugees, 2010, p. 14).

eram *estrangeiros*, isto é, que não eram cidadãos nativos do Brasil e que representavam ameaça à ordem nacional. O Estado era ditatorial e um espectro do Comunismo rondava as mentes dos militares brasileiros. Essa suposta ameaça comunista podia penetrar a sociedade brasileira por diversas frentes e se fazia necessário adotar medidas para enfrentá-la, de modo a manter a soberania, os valores e o Brasil como um todo. Para tanto, os militares adotaram uma postura de guerra, que consistia em perseguição política, torturas, mortes e outras violações de Direitos Humanos a todos aqueles que se opusessem ao regime ditatorial (Moraes, 2016; Pereira, 2023).

Para que o objetivo fosse cumprido foi preciso que, internacionalmente, o Brasil também adotasse uma postura de distanciamento, não autorizasse a entrada de Organizações Internacionais, tampouco permitisse ser investigado — supostamente em nome da soberania nacional e dos conceitos westfalianos — e portanto não concedesse a chance das vítimas das violações de direitos humanos serem percebidas pela Comunidade Internacional. Essa gama de razões deu espaço à criação do Estatuto do Estrangeiro, neste momento da política doméstica que queria se blindar de ameaças à ditadura e do Comunismo; e da política externa que pretendia se isolar do regime internacional de direitos humanos, apesar de ter feito parte dele desde a década de 1940 (Moraes, 2016).

Atenta às possíveis ameaças que os estrangeiros representavam, a Lei aproximou a Polícia Federal da pauta migratória e tornou os olhos também a detalhes como a participação política, trabalhista ou sindical daqueles recém-chegados no Brasil, de modo a barrar quem não estivesse de acordo com o paradigma securitário que se firmou com a Ditadura Militar (Moraes, 2016; Sartoretto, 2018). Esse Estatuto vigorou até 2017, quando, em razão da pressão pública que debatia a necessidade da criação de outro aparato jurídico que melhor se adequasse ao momento do Brasil, foi criada a Lei 13.445/2017, a nova Lei de Migração (Pereira, 2023).

Sabendo que o Estatuto de 1980 entrava em conflito com a Constituição Federal de 1988, foram revogadas algumas das decisões oriundas dele, como a proibição da participação política de migrantes, haja vista a defesa da liberdade de expressão feita pela Constituição Cidadã. Além disso, outras conquistas que acompanharam a Lei de Migração em contraste ao paradigma estabelecido pelo Estatuto foram: o foco na proteção dos Direitos Humanos, a retirada do emprego enquanto condição *sine qua non* para a conquista da residência no Brasil, a reunificação familiar — que era citada já na Convenção de 1951 — e o generalizado respeito pelos tratados internacionais dos quais o Brasil foi signatário e integrou à própria legislação. Com isso, é

perceptível que houve uma mudança na forma como a legislação passou a acolher os migrantes, anteriormente colocando-os como indesejados e, a partir de 2017, passando a ser vistos por outro prisma, o dos Direitos Humanos (Pereira, 2023; Sartoretto, 2018).

Amontoando-se a isso, e tendo em consideração que este trabalho é focado sobretudo na migração haitiana, é fundamental levantar também que a Lei 13.445/2017 inovou ao aplicar os vistos temporários com base na acolhida humanitária e para reunificação familiar à migração desse grupo. A mobilidade dos haitianos acontece, em grande medida, com um membro da família que sai do país de origem em busca de melhores condições, inicialmente tendo apoio financeiro da família para fazer o movimento, mas a partir do momento em que chega à nova residência, passa a enviar dinheiro àqueles que ficaram para apoiá-los. Assim, com o respaldo da Lei e as condições financeiras necessárias, tornava-se possível que um membro da família trouxesse os pais, irmãos, netos, avós e/ou cônjuge com base nesse visto por reunificação familiar (Brasil, 2017; Joseph, 2017; Pereira, 2023).

É importante ressaltar, contudo, que apesar desse avanço com relação à migração haitiana, uma vez que a encaixa em um arcabouço jurídico específico e inova ao dar mais possibilidades de mobilidade regularizada a este grupo que encontrava-se sem especificação jurídica definitiva até 2017, a Lei 13.445 continua sem caracterizá-los como refugiados. Este desconfortável desencaixe ao qual os haitianos foram sujeitos pela lei brasileira continuava em desacordo com os tratados assinados e a própria legislação nacional, uma vez que eles poderiam ser interpretados como parte de um grupo que sofreu maciças violações de direitos humanos, sendo obrigados a sair do país de nacionalidade em busca de refúgio (Pereira, 2023; Sartoretto, 2018).

Junto a isso, em 2019, com o início do governo Jair Messias Bolsonaro, uma das primeiras decisões do novo governo brasileiro foi pela retirada do Pacto Global para a Migração, iniciativa que o Estado brasileiro, em mandatos anteriores, havia ajudado a construir. No seu discurso de posse da chancelaria, Ernesto Araújo garantiu que o novo governo se distanciaria das tantas pautas *globalistas*, que representavam ameaças à sua ideologia, aos valores cristãos e à família tradicional brasileira, pois colocavam o Brasil, na interpretação deles, lado a lado da abertura infundada das fronteiras aos migrantes — é possível notar que o novo governo admitia uma similaridade ao Regime Ditatorial, quando os migrantes eram vistos como estrangeiros e perigosos à segurança nacional (Folly, 2019; Monteagudo, 2021). Percebe-se, ainda, que Ernesto pintava essa imagem ameaçadora dos migrantes do Sul Global, e não aqueles do Norte, impondo

um viés racista que era representativo da visão do já passado governo Bolsonaro, mas que também é sintomático da maneira como o Estado brasileiro, ao longo dos anos, tratou as migrações Sul-Sul e racializadas. Entre indas e vindas, os migrantes sempre estiveram sujeitos à colonialidade do poder¹⁷ que é inerente ao Estado burguês e eurocêntrico (Quijano, 2005).

Assim, mesmo havendo novos mecanismos para a migração regular dos haitianos, a conduta do Estado como um representante do poder colonial e racista continua sendo posta. Isso permite compreender, certa face, que o descompasso entre a política interna e a política externa neste período foi fortalecida. Ao passo que se ampliaram os caminhos para a obtenção de vistos, afirmando também o direito à reunificação familiar em um momento que a migração tinha o protagonismo de pessoas negras haitianas, ela manteve dificuldades históricas no sentido de cercear o reconhecimento completo dos direitos que os migrantes haitianos deveriam ter — sendo o reconhecimento enquanto refugiados um deles (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023; Joseph, 2021; Redin; Barbosa, 2014). Com esse horizonte posto, em 2020 a pandemia da Covid-19 coloca de lado o paradigma dos direitos humanos e dá início ao paradigma securitário, como será discutido na seção a seguir.

2.3 PARADIGMA DE SEGURANÇA (2020-2023)

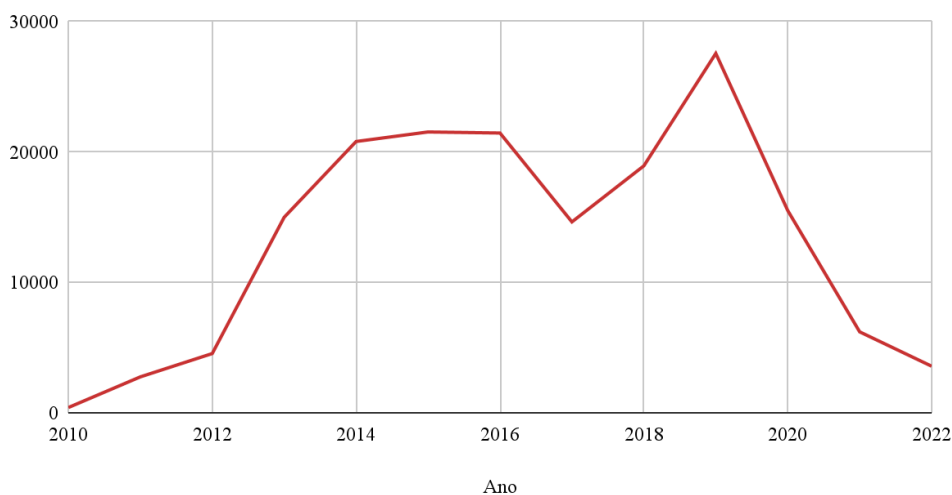
O ano de 2020 representou outra virada na migração haitiana ao Brasil por ter sido o marco do início da pandemia da Covid-19, quando uma série de barreiras foram postas internacionalmente e a migração internacional teve que desacelerar. Tendo dado os seus primeiros sinais ainda em 2019, em 2020 o novo coronavírus foi uma doença respiratória proveniente do vírus SARS-CoV-2, com alto contágio e que muito rapidamente se espalhou pelo mundo, caracterizando-se como uma pandemia (Organização Pan-Americana da Saúde, 2023).

O cenário, que foi construído no início de 2020, impulsionou decisões de distanciamento social, isolamento, fechamento de lugares públicos e do controle das fronteiras de modo a mitigar

¹⁷ Quijano (2005) faz o debate da violência epistêmica, denunciando que o Estado-nação moderno é colonial e eurocêntrico e inclui a categoria de raça à análise como fundamental à organização e às dinâmicas do poder global moderno. Para Quijano (2005) é através da raça que acontece a dominação para exploração, e isso baliza o poder capitalista moderno, fundamentalmente, dando as bases para a modernidade e para o que ele entende enquanto colonialidade do poder, que reside nas mãos brancas capitalistas. Essa colonialidade do poder é resultado do colonialismo, pois, na mesma medida que criou o imaginário coletivo da Europa moderna e evoluída, também criou o conceito da África, da América Latina e da Ásia bárbaras e atrasadas (Quijano, 2005).

o contágio da doença. Assim, a migração foi fundamentalmente desacelerada, uma vez que os aeroportos foram fechados, as fronteiras tornaram-se mais vigiadas e foi adotada uma lógica muito securitária com relação à entrada de migrantes. Quanto ao contingente migratório de 2020, naquele ano o SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório) registrou 15.506 haitianos¹⁸, um número que, quando em comparação aos anos anteriores, revelou um retrocesso, uma vez que aproximou-se àquele de 2013, quando a mobilidade haitiana ainda estava se consolidando. Além disso, nos anos de 2021 e 2022 o contingente de haitianos registrados foi ainda menor, o que pode sinalizar um aumento de entradas irregulares, através de coioetes — haja vista a política securitária, que desencorajou a migração Sul-Sul —, ou então uma subnotificação por parte do Governo Bolsonaro, que negligenciou a política migratória nestes anos (Observatório das Migrações Internacionais, 2023). O gráfico 1 nos ajuda a perceber melhor a progressão deste fluxo.

Gráfico 1 - Entrada de Haitianos por ano (2010-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em OBMIGRA (2023).

A nível Federal, uma das principais decisões foi a lei 13.979/2020, onde se decidiu pela restrição — temporária — da entrada de migrantes por meio de rodovias, portos ou aeroportos (BRASIL, 2020). A essa lei também foi aglutinada a Portaria Nº 152, publicada em março daquele ano, onde também se especificava que as restrições à entrada em território brasileiro não

¹⁸ Dados extraídos do SISMIGRA na plataforma DataMigra BI. No ano de 2020, segundo a seção “Ano de Entrada”, um total de 70.431 migrantes foram registrados, sendo a nacionalidade haitiana a segunda mais registrada, atrás somente da venezuelana e contando com 14.679 classificados enquanto temporários e 827 como residentes (OBMIGRA, 2023).

se aplicavam a brasileiros, migrantes de status definitivo, com Registro Nacional Migratório (RNM), com prazo determinado ou indeterminado à residência e outros grupos. Ainda que seja notada a priorização daqueles migrantes que já possuem histórico no Brasil — estendendo-se a seus familiares também —, os que ainda não tinham assentado suas bases no território brasileiro teriam de ficar do lado de fora das fronteiras nacionais. A dificuldade imposta por essa decisão se coloca por ela entrar em conflito com a legislação que fundamenta as solicitações de vistos por acolhida humanitária ou reunião familiar. Juntamente, é importante sublinhar que esses vistos foram fruto de discussões já relacionadas a tais contradições percebidas na lei brasileira e também às ameaças aos direitos humanos às quais os migrantes estavam sujeitos, e a isso se somam também os tratados internacionais aos quais o Brasil faz parte (Pereira, 2023).

O contexto da pandemia internamente no Brasil reverteu fortemente o lento progresso institucional conquistado desde o princípio dos anos 2010, colocando em voga mais uma vez o *modus operandi* securitário e refletindo no terceiro ano com menor migração haitiana dos últimos 10 anos. Agora, os migrantes que não se encaixassem na lei 13.979 e na portaria 152 poderiam sofrer inclusive deportações, como aconteceu nos Estados Unidos em 2021 (EUA..., 2021). A partir do ano de 2021, inclusive, a situação no Haiti se tornou ainda mais aguda à medida que um outro terremoto de grande magnitude atingiu o país, o presidente foi assassinado e a violência mais uma vez escalou. Na perspectiva dos migrantes que partiam do Haiti e tentavam conseguir os vistos, esta era uma tarefa fracassada uma vez que a Embaixada do Brasil no Haiti parou as suas atividades frente à situação violenta no país, mas desde 2019 o processo para adquirir os vistos já era difícil (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

Assim, até aquele momento amontoavam-se as barreiras e os requerimentos para a entrada regular de migrantes no Brasil. Hirsch (2017) relaciona esse aumento de exigências para migrar ao discurso securitário dos governos, implicando que para eles existem nacionalidades que seriam menos bem-vindas que outras e que exigir um visto também serve ao propósito de poder negar certos perfis de migrantes. Assim, mais uma vez vem à tona a imagem do que seria o migrante *ideal*, que remete ainda aos anos 1980, quando da criação do Estatuto do Estrangeiro. Enquanto os direitos dos migrantes haitianos eram barrados, as barreiras para a entrada de europeus caíam, uma conduta que já se percebe há muito tempo no Brasil (Redin; Barbosa, 2014).

Alguns autores ajudam a entender melhor exatamente o que está em jogo com a volta do paradigma securitário por parte do Estado brasileiro e como os migrantes haitianos conseguem se

contrapor a isso. Tendo em mente que a migração haitiana é caracterizada enquanto um fluxo Sul-Sul e de pessoas racializadas, Joseph (2021) comenta que, na década de 2010 a migração afrodiaspórica ganhou mais visibilidade internacional que nas décadas anteriores, com migrações motivadas em grande medida por fatores humanitários e climáticos. Esse fluxo se diferencia dos demais no sentido de que os migrantes conseguem conquistar mais agência e protagonismo através das redes, que potencializam a atuação deles, permitem uma maior representação nos espaços de tomada de decisão e de poder, e assim se tornaram fundamentais para que a migração haitiana fosse de fato negracizada (Joseph, 2021).

A rede da migração haitiana se concretiza no Brasil na forma das associações, que são criadas em cidades de todas as regiões do país e configuram importantes atores internacionais à mobilidade haitiana e às relações internacionais. A demanda por associações parte da necessidade de promover integração digna entre os haitianos que migraram, mas também para servir de representação para estes haitianos frente aos governos locais nas suas diversas instâncias (Joseph, 2016, 2020).

No Brasil, assim como Silva e Sá (2021) argumentam, a colonialidade do poder de Quijano (2005), citada na seção anterior, é evidenciada pela violência epistêmica posta pelas políticas públicas, reproduzidas nas contradições expostas anteriormente e inclusive nas barreiras institucionais que são criadas ao longo do caminho. Isso se dá muito em razão da raça e da nacionalidade desses migrantes (Silva; Sá, 2021). A construção do Brasil se deu em cima da discriminação racial enquanto regra, e, portanto, não é pouco esperar que em 2021 os ecos da história racista brasileira ainda sejam escutados (Almeida, 2019). Dessa forma, a tela pintada neste ano mostrava que, ainda em 2021, apesar das inovações na legislação e da adesão a tratados que defendem os direitos humanos dos migrantes, o Estado continuava reproduzindo padrões racistas de violência. Uma maneira de reproduzi-la é a renúncia do apoio à entrada de haitianos em razão da emergência vivida no Haiti, que se agrava quando é pontuado que também nunca foram criadas políticas específicas para os migrantes afrodiaspóricos que chegam ao Brasil na atualidade, tendo em vista a importância histórica que eles tiveram para erigir esta nação (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023; Redin, Barbosa, 2014; Silva; Sá, 2021).

Bento (2002, 2022), sobretudo por residir no campo da Psicologia, em muito conversa com as contribuições dos autores quando permite ler esse *modus operandi* securitário, mas também ativamente negligente — no sentido de não parar o racismo — e diretamente racista, do

Estado brasileiro, como um resultado do pacto da branquitude. Partindo do pressuposto que a sociedade moderna é profundamente influenciada pelas relações de gênero, raça e classe, a autora emprega o termo de “pactos narcísicos” (Bento, 2022, p. 15) a um tipo de acordo tácito firmado silenciosamente pelos brancos no Brasil, sobretudo aqueles da elite ou detentores de algum poder, seja público ou privado. Tais pactos funcionam de tal forma que, apesar do reconhecimento do racismo estrutural, do peso da escravidão no desenvolvimento social e da desigualdade racial no Brasil, o legado destas questões supostamente em nada tem a ver com os brancos, não sendo alvos de atenção ou consideração de sua parte (Bento, 2002).

Assim, o Estado brasileiro, profundamente embranquecido e europeizado, não problematiza as origens da sua estrutura e a responsabilidade que ele também tem em reverter esse legado que culpabiliza o negro por sua condição de exclusão ao invés de reconhecer a agência dos brancos. Eximindo-se dessa tarefa, o racismo estrutural é cristalizado e a situação encontrada em 2021 é plenamente aceitável na visão do Estado (Bento, 2002; Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023). Dessa maneira, compreendendo os fatores mais profundos que influenciaram as barreiras impostas na pandemia da Covid-19, protagonizadas pela dificuldade da emissão de vistos para reunificação familiar e acolhida humanitária, as associações de haitianos tiveram um papel fundamental no sentido de lutar pela entrada de haitianos no país sem a necessidade de vistos (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

Tendo realizado este debate com relação aos principais momentos e acontecimentos que dizem respeito à migração haitiana ao Brasil, intermediada pelas relações Brasil-Haiti e pela política migratória do Estado brasileiro, é importante chamar atenção, mais uma vez, ao fato que esta discussão não pretende designar um caráter linear-evolucionista aos paradigmas. Ainda que existam momentos em que um está vigente e o precedente entra em segundo plano, os elementos de todos ainda podem ser percebidos e seguem influenciando as decisões tomadas. Essencialmente, o que se passa é um predomínio daquela norma pelo período percebido, mas não há uma negação das características pregressas e tampouco uma impossibilidade do retorno ao padrão anterior. Sendo assim, no próximo capítulo será feito um debate mais aproximado das associações de haitianos.

3 ONDE ESTÃO AS ASSOCIAÇÕES DE HAITIANOS NO BRASIL?

Neste capítulo, há uma combinação de abordagens para a escrita relativa às associações, suas atribuições, onde elas estão e o impacto que pode ser percebido do seu trabalho. Por meio de revisão de literatura especializada — com foco nos trabalhos de Joseph (2016, 2017, 2020; Joseph; Neiburg, 2020) —, de um mapeamento exploratório das associações e de entrevistas, apresenta-se uma seção que se divide em três partes. Na primeira, discute-se o que são as associações, mira-se as específicas de comunidades haitianas e delimita-se o seu trabalho. Na segunda, é apresentado o mapeamento realizado para este trabalho, também apresentando levantamentos anteriores que são relevantes a este contexto. Por fim, na terceira parte deste capítulo, é apresentado um breve diagnóstico dos dados encontrados frente àqueles disponibilizados pela OBMIGRA.

3.1 SOBRE AS ASSOCIAÇÕES

Quando se discute a migração de grupos subalternizados, principalmente aqueles que têm origem no Sul Global, muitas vezes é observado que eles utilizam de estratégias que se situam fora da política oficial e regularizada, segundo os moldes do Estado europeizado e burguês para serem representados e defender os seus objetivos. Pois bem, no caso da mobilidade haitiana, essa representação toma forma nas associações. Sendo assim, nesta seção será apresentado um breve histórico delas, o seu conceito, como elas surgem, o porquê do seu surgimento e quais são as suas atribuições.

De modo a compreender o contexto que leva à criação das associações, Joseph (2016) se volta à experiência haitiana na Guiana Francesa e no Brasil, dois países que conquistaram uma grande importância na mobilidade haitiana e para as associações, o primeiro desde a segunda metade do século XX e o segundo a partir dos anos 2010. Nos anos 1960, com a ditadura de François Duvalier no Haiti, muitos haitianos migraram para lugares como Boston, Chicago, Miami, Montreal e Quebec, uma vez que a ascensão do ditador se colocava como uma ameaça à intelectualidade e à classe média haitianas da época. Também nesse período, um momento que a

mobilidade haitiana tinha uma amplitude e escala maiores que os períodos que precederam, muitos haitianos optaram pela migração à Guiana Francesa, uma vez que esta, em função da sua característica enquanto departamento ultramarino francês, facilitava a migração ao território europeu da França. Assim, ao longo das décadas que se seguiram, os haitianos continuaram a mobilidade ao país sul-americano, assentando bases e criando associações para representá-los (Joseph, 2016, 2017).

O autor continua a esmiuçar o histórico dessa mobilidade, apontando que a primeira associação de haitianos na Guiana Francesa foi criada em 1986 e era chamada de *Association pour le Développement Communautaire de la Jeunesse Colinoise*. Em 1992, tornou-se *Association pour l'Insertion, le Développement et l'Éducation*. Tanto o nome original quanto aquele que veio na década de 1990 ajudam a entender quais eram os focos da associação em momentos diferentes — esta não era a única na Guiana Francesa, mas ela permite apresentar a situação de uma maneira geral. Na sua criação, o foco era principalmente o desenvolvimento da comunidade daqueles haitianos migrantes que vieram da região de *La Coline*, no Haiti; em 1992, a inserção societal, no mercado de trabalho e a educação também se colocam como tão importantes quanto o desenvolvimento. Além disso, para movimentar ainda mais as pautas defendidas pela associação, em 1998 foi criada a Rádio Cayenne — renomeada Rádio Mosaïque em 2000 —, que pretendia ajudar na educação de haitianos. Esses instrumentos criados facilitam entender um dos lados desse movimento associativista haitiano em outros países (Joseph, 2016).

Assim, ao longo dos anos, as associações se multiplicaram pelos espaços percorridos por esse povo e se consolidaram enquanto representações muito importantes da mobilidade haitiana e fundamentais atores das relações internacionais. Servindo tanto de referência para os que chegam quanto para os que partem, elas fundamentalmente se adaptam à realidade local de modo a auxiliar os haitianos que ali estão nas demandas que lhes são urgentes. É apresentado, inclusive, que é possível estar em mais de uma associação ao mesmo tempo (Joseph, 2016). Isso em muito dialoga com aquilo que Joseph (2021) discute quanto à dinâmica dos que ficam com aqueles que partem. Existe uma relação de mutualismo entre aqueles que estão em um lugar e aqueles que estão em movimento, haja vista que um só pode partir se o outro ficar, e esse movimento torna-se conjunto a partir dessas estruturas comuns que são criadas ao longo dos caminhos (Joseph, 2016, 2021).

Para povos que têm a mobilidade como um dos fatores mais importantes na sua identidade, a criação de associações é uma coisa comum. Joseph (2016) traz o exemplo de mexicanos que emigraram aos Estados Unidos e mantiveram uma relação forte com o seu local de origem através das associações. Para os senegaleses, este também é um elemento relevante, uma vez que este povo também tem a migração como característica central da própria identidade. Com os haitianos não é muito diferente. Além das questões que serão apresentadas mais adiante, entende-se que as associações servem como uma maneira de “organizar a sua vida social longe do Haiti” (Joseph, 2016, p. 43).

Nessa medida, a migração haitiana ao Brasil, somada à criação das associações, é fundamental para entender em que passo está o movimento associativista atualmente. Assim como foi discutido no capítulo anterior, o que influenciava os migrantes a continuarem no Brasil ou partirem para outros países era uma confluência de diversas questões, desde as condições de vida, a conquista de emprego, de educação, de qualidade de vida, e também a regularização migratória. Sendo assim, ainda que conseguissem regularizar-se e tirar seus documentos, se eles não tivessem como reivindicar aquelas outras condições, a permanência no Brasil seria muito reduzida e dificultada (Joseph, 2016).

Desse modo, em 2011, com a chegada de muitos haitianos que atravessaram a tríplice fronteira, que une Brasil, Colômbia e Peru, foi criado o Comitê dos Haitianos em Tabatinga (Amazonas), que tinha o apoio da Pastoral da Mobilidade Humana. O Comitê teve o auxílio de diversos atores que trabalham na defesa dos direitos humanos dos migrantes e mobilizou capacidades em níveis nacional e internacional para, à época, impulsionar as demandas dos haitianos e a necessidade da ação do Estado naquela pauta. Isso se deu através de debates, que receberam uma ampla repercussão jornalística — jornais impressos como O Globo e Folha de São Paulo e emissoras de televisão como Globo, SBT e Record —, e que resultaram já em 2012 na promulgação da Resolução Normativa Nº 97, que instituiu o visto por acolhida humanitária. É importante sublinhar que o Comitê foi criado em dezembro de 2011 e conseguiu impactar de maneira significativa a migração haitiana, apontando um dos resultados históricos que o movimento associativista teve ao longo da mobilidade deste grupo ao Brasil (Joseph, 2016).

Além disso, o Comitê também serviu para organizar a distribuição de refeições a haitianos que residiam próximo a Tabatinga e estavam enfrentando algum tipo de situação vulnerabilizante. Atuando junto a representantes da igreja, foi necessário que o Comitê dos Haitianos encontrasse

caminhos para auxiliar no sustento dos seus conterrâneos, uma vez que até o início de 2012 o silêncio era a única resposta das diversas instâncias governamentais brasileiras. Compreende-se, portanto, que o Comitê dos Haitianos representa um dos primeiros esforços de haitianos no Brasil para formar uma associação que tinha o intuito de defender as demandas haitianas, fortalecer os seus direitos e dar continuidade à migração. Para isso, ele uniu elementos que Joseph (2016) apontou primeiramente nas associações na Guiana Francesa, mas que guardam semelhanças às suas contrapartes no Brasil, sendo estes: a “consciência organizacional” dos haitianos frente aos problemas enfrentados no país de destino; a relação entre representantes religiosos e políticos; e o engajamento de haitianos na vida social e política do país de origem, ainda que fora dele (Joseph, 2016, p. 47).

O Comitê dos Haitianos escancarou a necessidade de espaço para uma ampla atuação de associações que defendam as pautas que são mais caras a este grupo. Em abril de 2012, então, foi criada a Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil, a primeira no país. Como pautas, ela pretendia levar a frente a defesa dos direitos humanos de maneira plena, e não somente aqueles que se ligavam às questões laborais, algo que estava mais associado ao Comitê, por exemplo. Na primeira Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio no Brasil (COMIGRAR), eles levantaram diversas propostas que tinham como foco aprofundar a Lei de Migração, que foi publicada em 2017 e apropriou a legislação brasileira melhor aos direitos humanos (Brasil, 2017; Joseph, 2016).

À época da publicação do texto, o autor havia feito um breve mapeamento das associações. Ainda que reconhecendo que algumas delas não estavam mais em funcionamento, listou as seguintes:

Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas (ATHAM); a Associação dos Haitianos em Cuiabá, em Mato Grosso; a Associação dos Haitianos de Balneário Camburiú, a Associação Kay Pa Nou em Florianópolis e a Associação dos Haitianos e amigos de Itapema, as três em Santa Catarina; a Associação para a Solidariedade aos Haitianos no Brasil, em Curitiba, no Paraná; a Associação dos Haitianos no Rio de Janeiro; a Associação dos Haitianos em Porto Velho, Rondônia; a Associação dos Haitianos em Brasília, no Distrito Federal; a Associação dos Haitianos de Navegantes; a Associação dos Haitianos na Grande Belo Horizonte, em Minas Gerais; a Associação dos Imigrantes Haitianos de Salto/São Paulo; além de quatro associações no Rio Grande do Sul nas cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Lajeado e Encantado, entre outras (Joseph, 2016, p. 62).

Essa organização sociopolítica mostra a capacidade que os haitianos tiveram de, em pouco mais de cinco anos, criar cerca de 20 associações ao longo do Brasil. Sendo assim, é possível compreender que as associações atuam como um tipo de agrupamento que pretende representar

os migrantes de determinada nacionalidade e defender os seus interesses e as suas pautas no lugar de residência. Entendendo que se faz necessário mobilizar as lideranças comunitárias, as associações são criadas nos espaços percorridos pelos haitianos de modo a proteger o povo, promover os seus direitos, fortalecer espaços de convivência social e garantir que a rede migratória se faça presente para aqueles que vivem em mobilidade. Ainda, elas conseguem mobilizar as capacidades nacionais e percorrer as esferas de governo — como aconteceu no Brasil em 2012 — para influenciar na criação de políticas que sejam mais cabíveis e adequadas ao grupo migratório por eles defendido (Baeninger et al., 2021; Joseph, 2016; Joseph; Neiburg, 2020). Salientamos, por fim, que essas associações também tratam de manter a dignidade do povo haitiano, uma vez que escapam das narrativas miserabilistas, que recorrem à piedade, e apostam no repertório da justa luta por direitos. Tendo todos esses elementos no horizonte, o movimento associativista tem a capacidade de criar importantes agentes sociais à mobilidade internacional haitiana.

No contexto do início dos anos 2010, a atenção das associações criadas estava mais voltada às pautas trabalhistas, mas, à medida que o tempo passou, a atuação delas ganhou profundidade posto que os próprios fluxos migratórios se complexificaram conforme os contextos políticos e econômicos diversos dos locais de residência. Em 2020, apesar da consolidação dos fluxos migratórios Sul-Sul, a pandemia teve como consequência políticas que tentaram minar esse fluxo, contendo-o por meio de medidas que foram comentadas no capítulo anterior. Através disso, a imobilidade foi imposta sobre aqueles que vivem em constante mobilidade, o desemprego aumentou consideravelmente entre os grupos migrantes e a inserção laboral se tornou ainda mais difícil. Dessa forma, nesse tipo de cenário faz-se ainda mais urgente que as associações existam para fortalecer a defesa dos direitos dos migrantes e a dignidade haitiana, que já compõem grupos em situações vulnerabilizantes e são atravessados por fatores étnico-raciais e de gênero (Baeninger et al., 2021; Joseph; Neiburg, 2020).

3.2 O MAPEAMENTO

Nesta seção será feita uma exposição do mapeamento exploratório das associações de haitianos no Brasil, realizada por ocasião deste TCC. Para isso, serão apresentadas referências

anteriores de mapeamentos já feitos, a metodologia que este mapeamento obedeceu, a maneira como a migração se divide entre as instâncias estatais e, por fim, os resultados obtidos nesse mapeamento.

Ao abordar a realização do mapeamento de associações de haitianos no Brasil, foi mantido em mente primeiramente os esforços que precederam este mapeamento específico. Dessa maneira, é importante rememorar aquele da autoria de Joseph (2016), citado na seção anterior, que foi atualizado em 2020 e que levou em conta associações de haitianos que existiram no Brasil, mesmo que por um breve período, e que não necessariamente continuavam a existir à época da publicação dos seus trabalhos. Nele, são apresentados os nomes das associações e as cidades onde elas ficam, e assim é possível observar que há uma preponderância de associações nas regiões Sul e Sudeste, algumas nas regiões Norte e Centro-Oeste, e nenhuma no Nordeste do Brasil (Joseph, 2016, 2020).

No Rio Grande do Sul, dentro da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS), realizou um mapeamento de associações e coletivos de migrantes e refugiados no estado. Neste mapeamento, por sua vez, são citadas quatro associações haitianas: a Associação da Integração Social (AINTESO), sediada em Porto Alegre; a Associação de Haitianos de Erechim; a Associação Familiar “Eu vos amo”, de Guaporé; e a Associação de Haitianos de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul, [2022]).

Em seguida, o terceiro mapeamento que foi levado em conta, e que influenciou o trabalho a ser apresentado a seguir, foi o realizado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Neste, são explanados os Comitês Estaduais que compõem o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes (FONACCERAM), uma iniciativa nacional, que partiu do Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS) em parceria com o ACNUR. Sendo assim, os comitês componentes do FONACCERAM são: o COMIRAT/RS; o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA); o Comitê Estadual de Atenção à Migração, Refúgio e Apatridia, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate-MG); o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM/RJ); o Comitê Estadual para Refugiados (CER) / Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP/SP); o Comitê

Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados do Acre (CEAMAR/AC); o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS); o Comitê Intersetorial de Política Estadual para Migração e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Estado de Goiás (COMITRATE – GO); o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN); e o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (Cemigtra-P-CE). A partir dessa informação, é possível notar que, nas instâncias estaduais, todas as regiões do Brasil estão representadas no Fórum — com uma maioria no Sudeste —, de modo a construir uma rede focada em debater a temática de migração e refúgio como política pública necessária em todo o Brasil (ACNUR, 2024).

Assim, quanto ao mapeamento feito para este trabalho, é importante ressaltar que este foi um esforço individual e inédito, uma vez que partiu de uma compilação dos outros mapeamentos precedentes, a identificação de lacunas existentes neles, seja a nível temporal, regional ou de escala, objetivando preencher os vácuos observados. Dessa forma, ele iniciou com uma consulta de secretarias estaduais de todos os 26 estados e Distrito Federal, de organizações da sociedade civil e Organizações Internacionais, de modo a construir uma rede de contatos a ser acionada para a solicitação de informações. A razão por trás deste foco em secretarias se deu pela compreensão de que, uma vez que a política migratória e a política externa brasileiras são orquestradas, em termos gerais, pela instância Federal através das resoluções normativas e de políticas como a interiorização de refugiados (Baeninger et al., 2021), são as instâncias estaduais que levam à frente as práticas e as políticas específicas voltadas à migração, como no caso da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, representada pelo COMIRAT/RS, que realizou o mapeamento exposto anteriormente. Entende-se, portanto, que é nesse espaço de encontro dos migrantes e das associações com as secretarias estaduais onde deveria haver um espaço mais propenso à participação política e ao diálogo focado no fortalecimento dos direitos de migrantes.

Desse modo, as tendências observadas foram que as secretarias estaduais alocam a pauta migratória nas Secretarias de Justiça, Direitos Humanos ou Assistência Social. Em razão disso, de novembro de 2023 a janeiro de 2024, a estratégia tomada nesse TCC foi de acionar a rede de contatos construída através de *e-mails* às respectivas secretarias estaduais, a organizações da sociedade civil — representadas majoritariamente pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) e outras organizações — e a Organizações Internacionais — representadas pelo ACNUR

Quadro 1 - Mapeamento de Associações de Migrantes Haitianos no Brasil

ASSOCIAÇÕES DE HAITIANOS NO BRASIL		
Regiões do Brasil	Estados	Nome da Associação
Sul	RS	Associação de Integração Social (AINTESO)
	PR	Não tem conhecimento de associações no estado
	SC	Associação dos Jovens Haitianos em Áreas de Saúde
		Associação des Jeunes Haitiens en Sciences de la Santé (AJHASS)
	AISC	
Sudeste	SP	União Social dos Imigrantes Haitianos
	MG	Sem resposta
	RJ	Associação Mawon
	ES	Sem resposta
Centro-Oeste	DF	Não tem conhecimento de associações no estado
	MT	Sem resposta
	MS	Associação de Haitianos de Campo Grande
		Associação de Haitianos de Dourados
	GO	Associação dos Haitianos no Brasil (AHB)
TO	Sem resposta	
Nordeste	BA	Sem resposta
	PE	Sem resposta
	RN	Sem resposta
	PB	Não tem conhecimento de associações no estado
	AL	Não tem conhecimento de associações no estado
	SE	Sem resposta
	CE	Não tem conhecimento de associações no estado
	PI	Não tem conhecimento de associações no estado
	MA	Não tem conhecimento de associações no estado
Norte	PA	Não tem conhecimento de associações no estado
	AM	Sem resposta
	RR	Associação dos haitianos Roraima (AHRR)
	RO	Associação dos Haitianos em Porto Velho (ASSHAPO)
	AP	Não tem conhecimento de associações no estado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Durante o processo de mapeamento, foi feito mais de um contato com as secretarias estaduais, mas nem todos foram exitosos, uma vez que as secretarias do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do Mato Grosso, do Tocantins, da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Sergipe e do Amazonas não responderam aos contatos feitos. Apesar de não ter conquistado respostas das secretarias estaduais do RS, de SP e do RJ, as informações com relação a associações nos estados vieram por meio de outras autoridades que trabalham com a migração e os direitos humanos em cada estado. Por outro lado, houve ainda aquelas que responderam aos contatos, mas informando que não há um mapeamento de associações no estado ou mesmo que não se sabe de haitianos naquele território, como foram as secretarias do Paraná, do Distrito Federal, da Paraíba, do Alagoas, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Pará, do Amapá e do Acre. Ademais, os contatos com os escritórios centrais e/ou regionais do ACNUR, da OIM e do SJMR, não tiveram respostas.

Quanto aos dados obtidos, com os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso do Sul, do Goiás, de Roraima e de Rondônia foram mapeadas as seguintes associações: Associação de Integração Social (AINTESO), no Rio Grande do Sul; Associação dos Jovens Haitianos em Áreas de Saúde, Associação *des Jeunes Haitiens en Sciences de la Santé* e AISC em Santa Catarina; União Social dos Imigrantes Haitianos em São Paulo; Associação Mawon, no Rio de Janeiro; Associações de Haitianos de Campo Grande e Associação de Haitianos de Dourados, no Mato Grosso do Sul; Associação dos Haitianos no Brasil, no Goiás; Associação dos Haitianos em Roraima e Associação dos Haitianos em Porto Velho, em Rondônia.

Assim, com base nas respostas adquiridas, foi possível verificar que, do conhecimento dos contatos estabelecidos, existem ao menos 11 associações de haitianos ativas no Brasil, distribuídas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, mas não no Nordeste. Na próxima seção será realizado um diagnóstico dos resultados encontrados com esse mapeamento, colocando-o em frente a informações da OBMIGRA e de literatura especializada nesse movimento migratório ao Brasil.

3.3 UM BREVE DIAGNÓSTICO

O Observatório das Migrações Internacionais é uma iniciativa criada em 2013 e que congrega o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a Universidade de Brasília (UnB) e o Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP). Nele são realizados estudos quanto aos fluxos migratórios internacionais que chegam ao Brasil, de modo a disponibilizar dados empíricos, conhecimento teórico e propor estratégias apropriadas às políticas públicas no Brasil. Assim, segundo dados compilados pelo OBMIGRA com relação ao contingente de haitianos registrados no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) de 2010 a 2022, 257 haitianos foram registrados na região Nordeste, 8.098 foram registrados na região Norte (com destaque ao Amazonas e a Rondônia), 14.325 na região Centro-Oeste (cerca de metade no Mato Grosso), 58.641 estavam na região Sudeste (48.322 desses foram registrados em São Paulo) e 92.161 foram registrados na região Sul (com destaque a Santa Catarina, que teve 39.253 haitianos registrados ao longo dos 12 anos) (OBMIGRA, 2023, 2024). Tais discrepâncias podem esclarecer melhor a maneira segundo a qual as associações de haitianos encontradas estão dispostas pelo Brasil.

Como exposto na primeira seção deste capítulo, a criação de associações, a capacidade de mobilizar a própria comunidade e a necessidade de fazer política através do associativismo são características comuns ao povo haitiano (Joseph, 2016). Dessa maneira, entende-se que o movimento migratório desta comunidade é seguido pela criação de associações e a sua manutenção ao longo do caminho. Por conta disso, as regiões onde o contingente migratório haitiano é maior são justamente aquelas onde são encontradas mais associações. No Sul e no Sudeste há uma espécie de foco da migração, que além de ser mais consistente ao longo dos anos, também são as duas regiões com mais haitianos, onde eles criaram mais associações e de onde saem mais iniciativas inéditas²⁰. Por outro lado, no Nordeste algo que pode explicar não ter sido encontrada nenhuma associação, além das respostas das secretarias de que não se tinha consciência de haitianos nos estados e tampouco de associações, é a ideia de que as redes criadas naquela região ainda não estão muito bem articuladas entre si e com a estrutura política de cada estado. Portanto, essas faltas, somadas ao baixo número de migrantes haitianos pela região

²⁰ Tais iniciativas serão exploradas no terceiro capítulo por meio de entrevistas com haitianos que possuem vínculos com associações de São Paulo e de Porto Alegre.

podem inibir a criação de organizações pela região. Todas essas hipóteses devem ser confirmadas com novas pesquisas e constituem um campo aberto.

Quanto aos vácuos de conhecimento evidenciados pelos estados onde não foi possível colher dados, é cabível interpretá-los a partir de três caminhos de certo modo interligados. Em primeiro lugar, a falta de *savoir faire* do Autor com relação a contatos mais apropriados, para além de secretarias estaduais, escritórios regionais de OIs ou organizações da sociedade civil que possam trabalhar de maneira mais aproximada à temática migratória. Ressalta-se o fato, ainda, de que a secretaria do Distrito Federal sugeriu três contatos: o Aldeias Infantis SOS Brasil, o Instituto Migrações de Direitos Humanos e a Cáritas Brasileiras do DF, e que, apesar de trabalharem com a temática migratória e os direitos humanos, estes não se encaixam enquanto associações de migrantes haitianos. O segundo caminho é o do silêncio, que pode sinalizar uma sobrecarga das autoridades contatadas com relação ao tema da migração e a defasagem de informações nos *sites* institucionais, tomando por exemplo o estado de Pernambuco e o do Tocantins. No caso de Pernambuco, por falta de esclarecimento sobre onde a migração cabia ao governo estadual, contactou-se tanto a Secretaria de Direitos Humanos quanto a de Justiça, e ambas indicaram que a temática migratória não lhes pertencia. Por outro lado, no Tocantins todos os contatos disponibilizados no *site* do governo estavam inativos ou já eram inexistentes, sinalizando que poderiam estar desatualizados há anos. A terceira razão é a genuína falta de um mapeamento estatal quanto a associações de migrantes, o que ocorreu, de certa face, com três estados: o Paraná, o Maranhão e o Ceará. Houve resposta quanto aos contatos realizados, e seus representantes alegaram que iriam enviar a demanda aos responsáveis técnicos para o preenchimento do formulário, mas posteriormente demonstraram não saber de associações nos seus respectivos territórios.

O que todos esses caminhos encontrados denunciam, de certa maneira, é que o pacto da branquitude e a colonialidade do poder que dão base ao Estado brasileiro também estão profundamente enraizados nas instâncias estaduais (Bento, 2002; Quijano, 2005). A escolha por priorizar realizar o mapeamento através do caminho institucional dos governos estaduais, representados pelas suas secretarias especializadas na pauta migratória não foi por acaso. O intuito disso foi justamente aquele de aferir se a migração encontrava lugar nas secretarias e, se isso acontecesse, entender onde. O que foi encontrado ao longo do trajeto dialoga com aquilo que Silva (2022) defende quando diz que o Estado brasileiro tem, por essência, o objetivo de realizar

a manutenção de hierarquias de classe, gênero e raça. Dessa forma, não se fazer presente na temática migratória, não ter consciência das diversas organizações criadas por migrantes, que nos últimos anos têm tido um perfil ainda mais racializado, do Sul Global e feminino (Joseph, 2021), demonstra na prática que os representantes governamentais fecham os olhos às iniciativas migrantes e podem dificultar a conversação com canais que são caríssimos aos haitianos.

É, então, nesse contexto, que a negrização da migração ganha um caráter ainda mais crucial. Assumir o protagonismo da própria trajetória, criar associações nos espaços percorridos e assentados vai além da defesa de pautas como a melhoria da empregabilidade, do acesso à educação, aos direitos humanos, da ascensão financeira e do fortalecimento da relação entre os migrantes haitianos e as suas origens. Está, também, além do aumento no número de migrantes que vêm ao Brasil e da consolidação desse fluxo com o passar dos anos (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023; Joseph, 2021). Com os resultados obtidos, compreende-se que a negrização da migração, nos termos de Joseph (2021) e previamente expostos, precisa acontecer porque, a partir do momento em que não existem políticas públicas de fato adequadas a esse perfil migratório específico, os próprios migrantes acabam assumindo o controle da situação e tentando impactar a realidade a partir das ferramentas que estão disponíveis. É possível que, mesmo em um cenário no qual a política migratória fosse mais adequada às especificidades haitianas, as associações ainda existiriam, mas no contexto encontrado elas se fazem ainda mais necessárias (Joseph, 2016; Silva, 2022; Silva; Sá, 2021). Apesar disso, é importante sublinhar que há um limite até onde eles conseguem impactar medidas e influenciar na criação de políticas públicas, e então é absolutamente necessário que os governos estaduais se disponham a dialogar melhor com as associações, pois foi percebido que esta conversa, pelo lado institucional, não é bem sucedida.

Para perceber melhor esse tipo de negligência exercida pelos Governos Federal e estaduais na migração, dois exemplos são incontornáveis. Em primeiro lugar, a Lei de Migração, de 2017. Ainda que ela tenha acenado a mais garantias laborais, ao respeito dos direitos humanos e à possibilidade de uma construção digna de vida no Brasil, depois de sua promulgação a melhora na qualidade de vida não se concretizou. Mesmo com o aprimoramento do processo para documentação e regularização migratória, ademais dessas questões, como acesso a empregos formais e a saída da informalidade, não foram alcançadas. Esse tipo de fragilidade na atuação institucional ficou ainda mais evidente durante a pandemia da Covid-19, quando o aumento do desemprego e da informalidade retornaram, em um contexto que somou a fragilidade sanitária

conjuntural a uma séria recessão econômica mundial (Baeninger et al., 2021; Cavalcanti et al., 2020).

Esses exemplos fundamentam como a colonialidade do poder, o pacto da branquitude e o racismo estrutural ainda são muito pujantes na forma de agir dos governos brasileiros, uma vez que estes não consideraram políticas específicas ao público migrante haitiano como uma forma de fortalecer a garantia de seus direitos e a permanência deles no Brasil. Pelo contrário, na verdade foram publicadas decisões que dificultaram a entrada desse grupo, ressaltando mais uma vez os estigmas que atuam sob a imagem dos migrantes, pontuando que aquele perfil racializado, do Sul Global e majoritariamente feminino não é bem-vindo ao Brasil (Bento, 2002; Quijano, 2005; Joseph, 2021; Silva, 2022; Silva; Sá, 2021). Tendo esse panorama do cenário encontrado pelos haitianos no Brasil, o próximo capítulo pretende discutir as práticas e os caminhos percorridos por duas associações frente às demandas mais urgentes e, especificamente, a reunificação familiar. Para isso, foram realizadas entrevistas com três haitianos que possuem relações com associações do Rio Grande do Sul e de São Paulo, além de basear-se também em revisão de bibliografia.

4 RELATOS E ENTRAVES ENCONTRADOS NA BUSCA PELA REUNIÃO FAMILIAR

Neste capítulo é feita uma explanação dos processos mais recentes da reunião familiar, que passou por uma judicialização, movida por haitianos, e que resultou no aprimoramento da reunificação familiar de haitianos no Brasil. Posteriormente, aliado a isso, é feito o relato de três entrevistas realizadas com migrantes que já trabalharam em associações de haitianos no Brasil; para isso, é explicado como as entrevistas se deram, o porquê da escolha dos entrevistados e os resultados obtidos através dessas experiências. Por fim, são levantadas, por meio desses dois caminhos, as pautas mais urgentes ao povo haitiano no Brasil e é feita uma discussão por meio da lente pós-colonial. Para construir essa argumentação, baseia-se em revisão de bibliografia temática e teórica especializadas, análise de documentos oficiais e entrevistas semi-estruturadas.

4.1 A JUDICIALIZAÇÃO DA REUNIÃO FAMILIAR

Após quase uma década de migração haitiana ao Brasil, o contexto que somava os resultados da MINUSTAH com a pandemia da Covid-19 evidenciou algumas falhas na infraestrutura construída pelo Estado brasileiro para receber os migrantes. Durante a década de 2010, como foi discutido no primeiro capítulo, a decisão tomada pelo Estado foi a de implementar o visto humanitário para os haitianos que chegavam ao Brasil, e não categorizá-los enquanto refugiados. Assim, o fim da MINUSTAH e a nova legislação migratória vieram em um contexto que denunciava possíveis perigos a estes migrantes caribenhos e afrodiáspóricos. Quando a pandemia da Covid-19 maculou todo o mundo, medidas que defendiam a imobilidade e a criminalização da migração desaceleraram consideravelmente a diáspora haitiana (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

Essencialmente, ao caso haitiano, a pandemia ocasionou em maiores retornos de sua população ao país de origem, fossem voluntários ou compulsórios, como no caso das deportações, que aumentaram também no Brasil (EUA..., 2021). A situação se complica em 2021 no Haiti e para os haitianos a partir do momento em que as condições de vida pioram consideravelmente — com mais um terremoto, a morte do presidente Jovenel Moïse e o aumento

da violência generalizada. Como resposta, o Brasil concedeu a acolhida humanitária de haitianos e apátridas residentes no Haiti, justificando a decisão com base na situação de emergência aguda vivida naquela conjuntura em razão do desastre ambiental que foi o terremoto de 2021 (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

Ainda que a decisão possua o objetivo de auxiliar na migração, e também tenha os isentado da apresentação de comprovante de vacinação e solicitar somente antecedentes criminais, a dificuldade para conseguir emitir o visto por acolhida humanitária na Embaixada brasileira em Porto Príncipe atravancava o amparo legal. Nesse cenário, o corpo diplomático brasileiro no país recebeu diversas denúncias de corrupção, apontando inclusive demandas por propinas para acelerar a emissão dos vistos. Como contramedida, ainda em 2021 houve uma mobilização de migrantes haitianos residentes no Rio Grande do Sul de modo a reivindicar o direito à reunião familiar e a entrada no Brasil sem a obrigatoriedade do visto por acolhida humanitária (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

O que se seguiu a isso foi uma disputa judicial que teve alguns acontecimentos chave desde o ano de 2021 até 2023, e que serão explanados a partir de agora. A Embaixada brasileira em Porto Príncipe foi denunciada diversas vezes por conta da demora para o agendamento e pelo seu sistema insuficiente para a demanda de haitianos que precisavam emitir os vistos para viajar ao Brasil. Nesse sentido, foi do entendimento dos haitianos, tanto no Haiti quanto no Brasil, que aqueles que precisavam migrar deveriam poder requerer o direito de fazê-lo sem a obrigatoriedade do visto, uma vez que a Constituição Federal dava base para uma decisão com esse intuito. Assim, a Associação pela Integração Social (AINTESO) fez um pedido pela entrada no Brasil de 183 haitianos sem o visto, que foi negado em primeira instância mas pôde ser revertido após análise do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A partir dessa decisão, em 26 de junho de 2021, os haitianos passaram a chegar ao Brasil por meio de um voo fretado pela AINTESO (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023; Pinheiro, 2021).

A chegada dos irmãos haitianos em 2021 rendeu um emocionante relato de Ana Paula Pinheiro (2021) e recebeu cobertura midiática (Chagas, 2021), uma vez que foi a primeira vez que um voo fretado por migrantes e desta magnitude chegou ao Brasil. No relato, Pinheiro (2021), então extensionista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações da UFRGS (NEPEMIGRA), conta que acompanhou a chegada do voo ao lado de Rebecca Bernard, pedagoga haitiana e, à época, integrante da AINTESO, que esperava a chegada de sua mãe e de

seu sobrinho, os quais não via desde a década anterior. O que pôde ser percebido a partir do lugar da brasileira que presenciou a chegada foi uma certa inquietude dos seguranças e de algumas autoridades do Aeroporto Salgado Filho, impacientes dada a quantidade de haitianos que estavam no saguão, sentimento que se intensificava à medida que mais migrantes chegavam e se reuniam com as suas famílias. Apesar do racismo observado, a euforia da reunião dos haitianos com os seus entes, que, assim como foi com Rebecca, não viam mães, pais, filhos e irmãos há tempos, foi o que prevaleceu (Pinheiro, 2021).

Na esfera jurídica, o que seguiu foram iniciativas com o mesmo intuito que aquela ação pioneira da AINTESO teve. Alguns juízes autorizaram a entrada no Brasil sem vistos após uma declaração do embaixador brasileiro em Porto Príncipe que admitia a falta de capacidades técnicas para expedi-los e a situação calamitosa da embaixada. Outros juízes não corroboravam com aquela linha de raciocínio, argumentando que as denúncias de corrupção e a alegada falta de condições careciam de embasamento efetivo e, portanto, não poderiam fundamentar a entrada de migrantes haitianos sem visto no Brasil. Esse segundo grupo de magistrados, ainda, chegou a questionar se era assim tão urgente realizar a reunificação familiar e defendeu que a política migratória do Brasil já era suficiente, não havendo necessidade de interferir nela (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

Em 2022, por decisão do STJ, foram suspensas todas as atividades com esse propósito a partir de maio daquele ano. Dentre os argumentos postos pelo STJ estava que aquele tipo de mobilidade poderia significar, inclusive, o tráfico internacional de pessoas. Além disso, também sustentou-se a decisão com base na interpretação de que realizar a reunião familiar nos moldes que estavam sendo propostos seria uma espécie de ingerência no processo estabelecido pela embaixada brasileira em associação com a OIM, visando, então, manter o processo já institucionalizado. Em dezembro, por sua vez, a decisão foi revista pela Corte Especial do STJ e foi concordado em permitir a análise em 1ª instância da entrada sem vistos para reunião familiar uma vez que exauridos todos os caminhos administrativos (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023).

Durante esse período de análise judicial da reunião familiar, os voos fretados pela AINTESO foram suspensos, uma vez que o judiciário brasileiro não mais os permitiu. Assim, os haitianos que haviam contratado o serviço e pretendiam trazer seus familiares não puderam mais fazê-lo e denunciaram a Associação, argumentando que perderam o seu dinheiro. A situação foi

levada às esferas executiva e judiciária de Porto Alegre, mas, o que pôde ser apreendido com base na análise das decisões do Supremo Tribunal de Justiça, foi que a Associação não poderia mais realizar os voos em razão das decisões publicadas, e, portanto, que, até uma revisão dessas decisões, os voos de fato estavam suspensos (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023; Trezzi, 2022).

Já em abril de 2023, após quase dois anos de disputa judicial para realizar a reunião familiar sem a apresentação de vistos, o Estado brasileiro publicou a Portaria Interministerial Nº 38, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das Relações Exteriores. Na portaria, foi concedida “a autorização de residência prévia e a respectiva concessão de visto temporário para fins de reunião familiar para nacionais haitianos e apátridas, com vínculos familiares no Brasil” (Brasil, 2023, p. 1). Vigorando até dia 31 de dezembro de 2024, a portaria enquadrava como chamantes todos os nacionais haitianos ou apátridas que possuam autorização de residência baseada na acolhida humanitária, seja a prazo determinado ou indeterminado. Aqueles que se enquadram nesta definição, portanto, possuem o direito de chamar seus familiares, sendo estes: avós, pai, mãe, irmãos, cônjuge, filhos, enteados e/ou netos. O processo para reunir a família foi centralizado em uma plataforma específica do Estado e é analisada pelo Departamento de Migrações do MJSP (Brasil, 2023).

A partir desta recapitulação do processo de judicialização da reunião familiar e dos fatores que a atravessaram ao longo do período que se deu, interpreta-se que foi fundamental que associações, como a AINTESO, e forças-tarefa para a reunificação familiar — como aconteceu em Campinas e é relatado em Demétrio, Baeninger e Domeniconi (2023) — pressionassem o Estado brasileiro para que fosse criado um amparo que estivesse melhor atualizado ao contexto. A cobertura midiática (Chagas, 2021; Pinheiro, 2021), bem como as denúncias de corrupção da Embaixada brasileira em Porto Príncipe podem ter influenciado na conduta assumida pelo Estado, mas a movimentação jurídica que levou a decisões de magistrados e do STJ ao longo de 2021 e 2022 partiram de uma associação de migrantes haitianos, que assumiu a responsabilidade enquanto importante ator nas relações internacionais Brasil-Haiti e protagonista para que acontecesse a diáspora de haitianos ao Brasil (Demétrio; Baeninger; Domeniconi, 2023). Vale ressaltar, ainda, que apesar da atualização do amparo legal para a reunificação familiar em 2023, até o momento da publicação deste trabalho não foram divulgados dados com relação a haitianos que foram exitosos na reunificação familiar.

Sendo assim, de modo a aproximar-se ainda mais de relatos de haitianos que estão inseridos nas associações, a próxima seção tem o intuito de apresentar o diálogo que foi estabelecido com eles. Nela é descrita a experiência de entrevistas realizadas com três migrantes haitianos, desde a razão para a conversa com aqueles três específicos até a maneira como as conversas se deram e os resultados encontrados.

4.2 AS ENTREVISTAS

Nesta seção será feita uma apresentação das entrevistas realizadas com três haitianos, residentes no Brasil, que possuem relações diversas com associações de migrantes haitianos, duas delas sendo em Porto Alegre e uma delas sendo em São Paulo. Além disso, também é discutido o que se encontrou com essas conversas e semelhanças notadas entre os interlocutores.

Entre novembro e dezembro de 2023 foram feitas três entrevistas com haitianos residentes no Brasil. A primeira entrevista realizada foi feita com Fedo Bacourt²¹, presidente da União Social dos Imigrantes Haitianos, associação de haitianos em São Paulo, em modalidade *online*; a segunda entrevista foi também *online* com Rood Marline²², haitiana residente de Porto Alegre e que integra a Associação de Integração Social; e a última entrevista foi feita presencialmente com Maria²³, haitiana que reside também em Porto Alegre e que já foi relacionada à AINTESO, mas que atualmente não mantém mais relações com a associação. As entrevistas foram semi-estruturadas, tendo sido criado um breve questionário, de até dez perguntas, mas que foram adaptadas à medida que a conversa se deu. Dessa forma, o questionário criado perguntava: (i) por uma breve apresentação do entrevistado; (ii) comentários sobre a trajetória deles e a relação que possuíam com as associações às quais são/eram relacionados; (iii) o que a associação representa para eles; (iv) que importância possuem as associações de haitianos no Brasil para a própria comunidade haitiana; (v) se possui conhecimento de associações em outros estados do Brasil; (vi) se as associações de haitianos no Brasil possuem alguma relação entre si; (vii) que papel as associações de haitianos no Brasil têm para o acolhimento da comunidade e se elas também atuam com migrantes de outras nacionalidades; (viii) qual a importância das associações para que

²¹ Ver Apêndice A.

²² Ver Apêndice C.

²³ Ver Apêndice B. O seu nome foi protegido por solicitação da interlocutora.

aconteça a migração de haitianos ao Brasil; (ix) como eles caracterizariam a relação entre as associações e os governos brasileiros a nível Federal e estadual; e (x) quais desafios ainda precisam ser superados.

Dessa maneira, com relação aos caminhos que as entrevistas tomaram, cada uma teve uma especificidade interessante a ser comentada, uma vez que pôde ser atingido um nível de profundidade diferente em áreas diversas. É importante pontuar que os três representam, de maneira micro, perfis diferentes de migrantes no Brasil. Isso se dá no sentido de que Fedo é um homem haitiano de mais de 40 anos, que mora em São Paulo e chegou ao Brasil em 2013; ele é originalmente professor de línguas e teólogo, que não conseguiu trabalhar nas suas áreas de formação, mas encontrou espaço no empreendedorismo e na liderança comunitária — e começou na associação traduzindo documentos. Maria também chegou ao Brasil em 2013 e é professora, formada em pedagogia; por sua vez, conseguiu trabalhar na área de formação, tendo sido professora de idiomas. Ela mora em Porto Alegre e se inseriu nas associações por outro lado, aquele do ensino e da educação, não aquele da liderança direta, além de ter seguido a carreira acadêmica e atualmente estar cursando o doutorado. Rood, por outro lado, é mais jovem que Maria e Fedo, chegou ao Brasil em 2019 — portanto, em outro momento da migração haitiana ao Brasil —, está prestes a cursar o ensino superior em Relações Internacionais e se inseriu no movimento de associações por meio da AINTESO, de Porto Alegre, exercendo o trabalho de tradução.

Apesar das diferenças, existem semelhanças nas suas trajetórias que valem ser sublinhadas, sendo estas: todos comentaram dificuldades para inserção digna na sociedade brasileira, dificuldade de acesso a serviços, o preconceito encontrado ao longo do caminho e que, em algum momento, a introdução no movimento associativista teve que acontecer. Fedo apontou que, durante a criação da União Social dos Imigrantes Haitianos, a etapa da abertura da conta bancária do Comitê da associação foi alongada não em função da burocracia dos bancos, mas por conta da pessoa que os atendeu, que os tratou de uma maneira racista e negligenciou a sua demanda. Segundo Fedo, foi somente quando ele conseguiu que um advogado o acompanhasse nesse atendimento que a associação pôde ter a conta bancária aberta. Entende-se, aqui, que a figura de autoridade do advogado, conhecedor da Lei e das ferramentas jurídicas cabíveis, além de falante nativo da língua portuguesa, foi o que fez com que a demanda fosse atendida, resolvendo uma questão que, até ali, já tinha durado mais de um ano. Quanto à inserção, ele

também comentou o quanto é importante fazer parcerias para conseguir cursos que impulsionem o empreendedorismo, a educação e as oportunidades como um todo da comunidade, especialmente para os jovens e as mulheres. Já com relação à introdução no associativismo, Fedo disse que se associou “de uma linha pessoal”. Com isso, ele quis dizer que, desde antes de viver no Brasil, ainda na República Dominicana, quando sofria um racismo fortíssimo da força policial de lá, o trabalho na pauta de Direitos Humanos tornou-se necessidade e, com a chegada ao Brasil, percebeu que era indispensável haver uma organização que ajudasse a informar os haitianos que chegavam. A necessidade partia desde a documentação necessária para a vida no país até questões práticas da sociedade brasileira e do idioma português.

Na conversa com Maria, compreendeu-se que a inserção na sociedade aconteceu mais por meio do trabalho e do estudo. Maria trabalhou em diversas áreas e lugares desde a sua chegada ao Brasil, desde restaurantes e como cuidadora de idosos até como professora de idiomas. Não obstante, a inserção social se deu de maneira mais lenta, conhecendo pessoas e fazendo contatos no RS aos poucos. Ela conta que teve percalços nesses sentidos quando, por exemplo, foi demitida de um dos restaurantes que trabalhou após pressão feita por colegas de trabalho, que estavam insatisfeitos por ela conversar com clientes em francês e em espanhol. Esse episódio demonstrou um preconceito intelectual dos brasileiros ao ver uma pessoa racializada apresentando domínio de um idioma que não é costumeiramente falado por brasileiros e por contestar o estereótipo de pobreza e escassez intelectual ao qual o Haiti costuma ser relacionado (Marques, 2017). Ainda, Maria entendeu que o seu trabalho era importante para a comunidade haitiana com as aulas que podia dar, de português, francês e crioulo, além do cuidado da biblioteca da AINTESO. Essas plataformas permitiram que ela criasse laços com haitianas e haitianos, que confiaram nela inclusive para contar de violências e dificuldades que passavam nas suas casas. Situações como essas demonstram o quanto que a entrada no movimento associativista — e no caso de Maria, mais associada na verdade, à comunidade como um todo — foi além das pautas diretas de empregabilidade, ascensão econômica e acesso a direitos, e entrou em contato de fato com a necessidade de uma vida social dos haitianos, que tivessem uma rede orgânica no Brasil.

A partir da conversa com a Rood, os elementos supracitados também foram percebidos. O trabalho na AINTESO aconteceu ainda em 2020, no seu segundo ano em Porto Alegre, quando ela ainda não tinha conseguido terminar o Ensino Médio e era do seu interesse começar a

trabalhar como tradutora na associação. Ela comentou o quanto esse trabalho de tradução, de garantir que exista uma pessoa ou algum informativo na língua nativa do migrante na cidade onde ele se assentou, é de extrema importância, uma vez que é comum que eles ainda não tenham apreendido completamente o português. Assim, para a Rood, o trabalho na AINTESO se desenvolveu de uma maneira natural, posto que era necessário se aproximar da comunidade haitiana em Porto Alegre e apoiá-la aqui. Mesmo sem apontar inicialmente uma pauta de extrema urgência, a atuação na recepção, no atendimento, no auxílio à documentação e na introdução à vida social são coisas que Rood compreendeu serem espaços onde ela poderia se inserir, ajudando os migrantes a sentirem melhor o acolhimento. Já com relação ao preconceito percebido na vida no Brasil, Rood denunciou ter a impressão de que muitas vezes a comunidade e algumas instituições brasileiras — sem apontar o exemplo de alguma específica — impõem barreiras a projetos e tentativas autônomas da comunidade haitiana e da AINTESO. Na interpretação da entrevistada, são colocados limites muito claros de espaços que eles não devem ocupar, ter acesso e tampouco progressão, impedindo o seu desenvolvimento no Brasil, algo que remete ao mito da democracia racial. Ainda que exista uma pretensão de que o Brasil é um país receptivo e aberto aos migrantes, o racismo estrutural continua servindo ao propósito de dificultar a experiência dessas pessoas, que são racializadas e muitas vezes postas em situações vulnerabilizantes (Martínez; Dutra, 2018; Silva; Sá, 2021).

Também no que diz respeito às conversas, foi observado que, nas três trajetórias, apesar das características centrais que diferenciam os interlocutores entre si, o exercício da vida em comunidade esteve presente de maneira intrínseca. Essa prática de fortalecer a comunidade da maneira que podem, com as ferramentas que eles têm à disposição, é diluída desde práticas particulares até políticas de atuação das associações. Sendo assim, no que se refere às pautas compartilhadas entre as duas associações, em ambas foram comentadas a necessidade de traduções em crioulo, das iniciativas de cursos focados no aumento da empregabilidade e no empreendedorismo, sobretudo para mulheres e para os mais jovens. Ademais, também foi posto o quanto é essencial haver um reforço na vida social destes, criando ciclos de confiança mútua, para conversar e se mostrar presente ao seu semelhante, mas também para acompanhar em idas ao hospital e nos processos que dizem respeito à regularização migratória. Sobre estes dois últimos exemplos, é interessante chamar atenção à iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, que foi pioneira em criar um programa de mediadores interculturais, onde

haitianos, senegaleses e venezuelanos trabalham focados justamente nessas funções de acompanhar migrantes em serviços como acesso à saúde e à documentação (Fleury, 2021).

Por fim, Fedo e Rood também discutiram que existe uma ponte de diálogo com esferas da política e das instituições públicas do Brasil a nível estadual e federal. Por um lado, Fedo explanou que o deputado Eduardo Suplicy e o Partido dos Trabalhadores (PT) já se mostraram a disposição para colaborar com eles; Rood, por sua vez, comentou da importância do contato da Polícia Federal e de reuniões que aconteceram durante o processo de julgamento da reunião familiar. Todos esses fatores, portanto, ajudam a compreender que as associações de haitianos existiram no Brasil mesmo se em um contexto ideal, mas que, ainda mais nas situações apresentadas ao longo deste trabalho, essas organizações se colocam dispostas e capazes a trabalhar como atores essenciais às relações Brasil-Haiti e à migração haitiana ao Brasil.

4.3 AS LACUNAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA PAUTA MIGRATÓRIA

Tendo em vista tudo que foi comentado a partir da experiência das entrevistas, algumas lacunas e atuações faltantes do Estado brasileiro ficam muito evidentes. Dessa maneira, esta seção pretende dialogar ainda mais as entrevistas com bibliografia especializada, colocando-se a refletir sobre as pautas que são mais urgentes aos haitianos, mantendo em perspectiva a década de migração haitiana ao Brasil e os impactos que podem ser percebidos com a nova Portaria Interministerial para a reunificação familiar.

A partir das entrevistas realizadas e com algumas informações adicionais aferidas pelo mapeamento mencionado no capítulo anterior, compreende-se que o trabalho das associações de haitianos no Brasil é semelhante ao longo do país. De uma maneira geral, as principais pautas são: fortalecimento da comunidade haitiana no local de residência; aumento de empregabilidade; ascensão econômica; regularização de documentação; acesso à educação; acesso à saúde; proteção de direitos dos migrantes no Brasil; tradução de documentos; e aprendizado da língua portuguesa. É possível conceber, então, mantendo em perspectiva o trabalho de Joseph (2016) que, de algumas maneiras, o modelo das associações de haitianos que foram criadas no Brasil no início da migração se manteve. Isso pode se dar por esta ser uma forma de associação e

organização que é mais perene que a mobilidade ao Brasil, uma vez que também compartilha elementos e similaridades com as associações que foram criadas na Guiana Francesa no século XX e no começo do século XXI. É interessante, inclusive, chamar atenção ao fato de que, mesmo as rádios, como as que existiam na Guiana Francesa, também foram trazidas ao Brasil. Elas foram citadas por Fedo, explicando que um membro da USIH é responsável pela rádio da associação, e também pela Maria, que comentou que na sua casa as rádios haitianas são muito escutadas, já que nelas é tido maior contato com o crioulo (Joseph, 2016).

O outro lado desses dados aferidos demonstra que, ainda que existam iniciativas do Estado brasileiro para trabalhar melhor a migração haitiana ao Brasil e a sua acolhida no país, em muitos aspectos as associações assumem a responsabilidade que deveria ser mais compartilhada com o Estado. Isso corrobora com aquilo argumentado por Cavalcanti et al. (2020), onde é trazido que, mesmo com as medidas tomadas, a legislação atualizada e a criação de uma política migratória, o trabalho do Estado brasileiro é faltante no que diz respeito à vida migrante para além da regularização de documentação. Assim como Silva (2020) defende, em muitos momentos os migrantes se veem desassistidos pelo Estado, que inicialmente nem os reconheceu enquanto refugiados, e posteriormente reforça políticas universalizantes, negligenciando a necessidade da criação de políticas específicas aos grupos migrantes, haja vista que as trajetórias diversas implicam urgências variadas. Essa negligência é vindoura de uma forma de agir que não se apercebe das próprias lacunas que o Estado deveria tentar preencher (Martínez; Dutra, 2018; Silva, 2020).

As entrevistas puderam indicar, portanto, de uma maneira esclarecida, o quanto o mito da democracia racial vai de encontro com a ideia da receptividade brasileira e não se comprovam na realidade material. Historicamente há uma seleção de que tipo de migrante vai ser acolhido e que tipo vai ser reconhecido como *estrangeiro*. A xenofobia — implícita ou não — esteve ao redor de todas as entrevistas feitas, e o racismo estrutural também se mostrou presente. São atravessamentos como esses que demonstram o quanto a comunidade brasileira continua sendo profundamente racista (Mantovani, 2021). Um exemplo disso foi o tom assumido por alguns dos magistrados que julgaram os pedidos para entradas sem visto para a reunificação familiar. Em algumas das decisões publicadas, o que se alega vai muito de acordo com o pensamento de que o Estado brasileiro já tem uma política migratória em muitos sentidos completa, além de corroborar com um ideal de que os migrantes deveriam ser gratos pelo trabalho realizado. Tal argumentação

só serve ao propósito de cristalizar a crença da passividade dos migrantes, e colocá-los sob uma lente racista, que não lhes dá o direito de se posicionar e ter críticas a políticas que não lhes abarcam verdadeiramente (Domeniconi; Baeninger; Demétrio, 2023; González, 2011).

Invaldar os posicionamentos e as discordâncias dos migrantes com a política migratória assumida no Brasil, em qualquer instância, é baseado em expectativas com relação à forma como os migrantes vão reagir aos caminhos tomados. É desejado, de certa face, que eles não tenham nada a dizer e, quando eles tentam recorrer às decisões tomadas, a pauta é desvalorizada a ponto de ser rebaixada a mero ativismo (Cleto, 2015; Domeniconi; Baeninger; Demétrio, 2023). Assim, mesmo com uma política como a Portaria Interministerial N° 38/2023, relativa ao novo processo para a reunificação familiar — que remete à argumentação de Silva e Sá (2021) sobre a falta de políticas pensadas para aquela comunidade específica —, o que fica evidente com a experiência recente da migração haitiana em contato com a esfera pública brasileira é a presença do racismo estrutural e dos pactos da branquitude, que por pouco não reconhecem as próprias falhas (Bento, 2002; Domeniconi; Baeninger; Demétrio, 2023).

Nesse contexto, a consequência disso é visualizada na permanência dos migrantes racializados e do Sul Global nas margens da sociedade, com menos oportunidades e em maior vulnerabilidade social que migrantes de nacionalidades do Norte (Butikofer; Martino, 2023). Tais intersecções reforçam a necessidade de iniciativas que partam dos migrantes e para os migrantes. É, portanto, nessa conjuntura que, mais uma vez, as associações se estabelecem enquanto importantes atores das relações internacionais e da migração. Promover eventos, como Rood comentou, que celebrem as datas haitianas, e auxiliar no estabelecimento de associações de outras nacionalidades do Sul Global, como Fedo dissertou, são iniciativas que suprem faltas que poderiam ter uma atuação mais focalizada das esferas públicas. É interessante considerar, ainda, que eles têm autonomia para agir, realizando movimentações como os *Kombits*, que são mutirões da comunidade haitiana para atuar na luta por moradia (Marques, 2017). Sendo assim, as associações também conseguem ter um impacto significativo na comunicação e na educação da população haitiana no Brasil, haja vista a propagação de rádios haitianas, bem como conseguem impactar na política migratória brasileira, como o caso da reunião familiar ajuda a sublinhar. Ainda, com a publicação dos dados da reunião familiar em 2023 será possível melhor visualizar, então, de que maneira o Estado brasileiro impactou esta mobilidade ou reforçou os acordos tácitos da branquitude (Bento, 2002).

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, pretendeu-se efetivamente discutir o protagonismo das associações de migrantes haitianos, tramando um diálogo entre o trabalho feito pelas lideranças comunitárias para que o fluxo migratório continuasse, frente à política migratória brasileira do século XXI. Como objetivo central, construiu-se aquele de entender de que maneira a migração haitiana ao Brasil seguiu acontecendo, frente à política migratória do Estado brasileiro e da judicialização da reunificação familiar. Para que a discussão pudesse ser construída, o trabalho teve como objetivos específicos: (i) contextualizar historicamente as relações Brasil-Haiti entre 2004 e 2023, focando na temática migratória; (ii) analisar o fluxo migratório ao Brasil entre 2010 e 2023, colocando foco nas associações de haitianos que foram erigidas no Brasil e na atuação delas enquanto atores da cena internacional; e (iii) analisar a articulação política realizada pelos migrantes haitianos entre 2020 e 2023, centralizando esta análise às associações de haitianos e no caso da judicialização da migração por reunificação familiar. Quanto à metodologia que apoiou este trabalho, ela se divide em quatro: a revisão de literatura especializada; o mapeamento nacional das associações de migrantes haitianos no Brasil; a realização de entrevistas semi-estruturadas com haitianos que já trabalharam junto a associações; e pela análise de fontes primárias da imprensa e da justiça para a compreensão do processo de judicialização da reunificação familiar. Sendo assim, este capítulo de conclusão pretende refletir quanto às questões basilares deste TCC, recapitulando a discussão que foi empreendida até o momento, os principais resultados obtidos, examinando se a hipótese posta foi respondida, discutindo possíveis lacunas percebidas e, por fim, dissertando quanto a possíveis espaços para pesquisas futuras, correlatas àquela que foi empreendida aqui.

No primeiro capítulo foi realizada uma contextualização histórica da migração haitiana ao Brasil a partir das relações Brasil-Haiti e seguindo o recorte temporal de 2004 a 2023. No capítulo, este intervalo de tempo foi segmentado em três paradigmas para a migração — em referência a Pereira (2023), que realizou uma divisão semelhante —, o primeiro sendo o da PEB (2004-2017), o segundo o dos Direitos Humanos (2017-2020) e o terceiro o da Segurança Nacional (2020-2023). No primeiro paradigma, pensou-se o quanto a migração foi pautada pela agenda da política externa, pela ocupação brasileiro no Haiti através da MINUSTAH, que

serviram ao propósito de criar a imagem do Brasil enquanto hegemonia regional. Em 2010 a mobilidade haitiana ao Brasil atinge uma magnitude inédita, como consequência do terremoto e do trabalho aproximado do Brasil no Haiti, que criou uma imagem para os haitianos de que o Brasil seria um país de grande receptividade. No entanto, a partir dessa discussão, compreendeu-se que muito da imagem projetada pelo Brasil sobre a suposta democracia racial e a receptividade brasileira não se provaram verdadeiras, uma vez que a política migratória estabelecida pelo Estado não foi suficiente às especificidades da migração haitiana. Assim, no segundo paradigma houve uma tentativa de redirecionar a política migratória aos Direitos Humanos, por meio da nova Lei de Migração, aliando-a melhor aos tratados internacionais que o Brasil é signatário, mas ainda eram percebidas faltas, uma vez que a integração dos haitianos ao trabalho e à sociedade brasileira eram faltosas. No terceiro paradigma, houve mais uma mudança na política migratória brasileira, que foi alterada em razão da pandemia da Covid-19, causando uma volta do paradigma da segurança e os fechamentos de fronteiras, o fortalecimento dos estigmas quanto aos migrantes do Sul Global e da ideia de que grupo migratório é bem-vindo. Com este último paradigma, os avanços pelo visto por acolhida humanitária e o direito à reunificação familiar — que foram conquistados em 2017 — estiveram sob disputa, momento de maior atuação das associações de haitianos.

Em seguida, o segundo capítulo dissertou com relação às associações de haitianos na diáspora e sobre o mapeamento nacional que foi feito. Ele foi dividido em três seções, debatendo as associações e suas origens; o mapeamento de associações de migrantes haitianos no Brasil feito neste trabalho e outros mapeamentos semelhantes que serviram de base; e um diagnóstico dos resultados conquistados. Dessa maneira, as associações foram definidas como um agrupamento político criado por haitianos que representa os migrantes e defende os interesses deles, bem como suas pautas no lugar de residência. Além disso, elas são criadas nos espaços onde eles assentam as suas bases de modo a proteger o povo, fortalecer os seus direitos, mas também para realizar a manutenção das relações dos haitianos com o Haiti e entre si. Entende-se as associações, portanto, como uma representação prática da rede migratória politizada, que pretende auxiliar aqueles que estão em mobilidade e aqueles que permanecem no lugar de origem, e que então existiriam tanto em contextos ideais quanto em contextos onde falta o fortalecimento de direitos. Sobre os mapeamentos, foram citados os de Joseph (2016), o do ACNUR (2024) e da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul

([2022]). Assim, foram encontradas ao menos 11 associações ativas de migrantes haitianos no Brasil, em todas as regiões do Brasil menos no Nordeste — algo que corroborou com os resultados expostos por Joseph (2016) no seu mapeamento.

No diagnóstico ensaiado, a falta no Nordeste foi interpretada a partir da noção de que a rede naquela região ainda não está muito bem articulada entre si e com a estrutura política de cada estado para que as associações sejam criadas e trabalhem junto às secretarias estaduais. Quanto às faltas de respostas em alguns estados, foi possível apontar três caminhos: a falta de conhecimento do Autor com relação a contatos mais apropriados e que trabalhem a migração de maneira mais aproximada nos estados sem respostas; a sobrecarga das autoridades contatadas na temática migratória e a defasagem de informações nos *sites* institucionais, que ocasionou em silêncios; e a genuína falta de conhecimento com relação a associações pelas autoridades locais, ainda que tenham buscado. Esses caminhos, ainda, ajudaram a compreender em que medida o pacto da branquitude e a colonialidade do poder se fazem presentes nas instâncias do Estado brasileiro, que cruza os braços às especificidades daquele grupo migratório. Com este capítulo, foi possível concluir que a negrização da migração, assim como Joseph (2021) defende, ganha uma importância muito singular, pois o protagonismo dos migrantes — através das associações — é o que permite o fortalecimento dos seus direitos e das suas principais pautas, mesmo com as suas limitações. Ainda, sublinha-se que as associações não existem por conta das faltas percebidas nos locais de residência; elas são anteriores a isso e existiriam mesmo em contextos ideais, uma vez que são características comuns da mobilidade haitiana, mas em situações como a migração ao Brasil, elas se provam muito cruciais.

No terceiro capítulo, por fim, foi feita uma discussão aprofundada do processo de judicialização da reunificação familiar de haitianos, foi relatada a experiência da entrevista realizada com três haitianos residentes no Brasil e, na última seção, traçou-se as pautas mais urgentes à comunidade haitiana no Brasil, percebidas após a entrevista, e tendo em mente o arcabouço pós-colonial. Foram revisitadas as decisões publicadas sobre o direito à reunião familiar para haitianos, tendo em vista o contexto crítico complexificado pela pandemia da Covid-19, a morte do presidente Jovenel Moïse — que impulsionou a violência — e o terremoto de 2021. Dessa forma, por pressão popular e mobilização realizada pela AINTESO, uma associação de migrantes haitianos de Porto Alegre, a judicialização da reunião familiar resultou

na Portaria Interministerial N° 38, publicada em 2023 pelo MJSP e pelo MRE e que instituiu um processo específico para a reunião familiar haitiana.

Em seguida, as entrevistas foram feitas com três haitianos, duas sendo residentes de Porto Alegre e um residindo em São Paulo. Elas seguiram o molde de entrevistas semi-estruturadas e buscaram questionar sobre a migração haitiana ao Brasil, a atuação e as principais pautas das associações de migrantes haitianos no Brasil e também a relação que as associações mantêm com o Estado brasileiro. Como resultado, foi possível traçar que a vida em comunidade, o aumento da empregabilidade, a ascensão econômica, a regularização de documentação, o acesso à educação e à saúde, bem como a proteção dos direitos de migrantes, a tradução de documentos e o aprendizado da língua portuguesa foram as principais pautas das associações e mais comentadas pelos entrevistados. Assim, aferiu-se que o Estado brasileiro é, em diversos aspectos, negligente à migração haitiana, e ainda que crie iniciativas e atualize a legislação, a vida migrante não é acompanhada pelo Estado depois da regularização migratória. Foi notado que o racismo estrutural e a xenofobia, mascarados pelo mito da democracia racial, mantiveram-se presentes no Estado brasileiro, tanto no caso da judicialização da reunificação familiar — denotado por declarações de juízes que trabalharam no caso — quanto na ausência de políticas que levem em conta os atravessamentos específicos dos haitianos, que configuram um grupo migratório racializado e do Sul Global.

Tendo revisado os capítulos que construíram a discussão deste trabalho, é interessante revisitar a hipótese inicial, que era de que o Estado brasileiro negligenciou a migração haitiana a tal ponto que as lideranças comunitárias teriam que assumir o protagonismo na pauta migratória no contexto pós-pandêmico e reforçar seu papel enquanto importantes atores do campo internacional. É possível responder, então, que este trabalho foi capaz de responder a hipótese inicial de maneira proveitosa, aprofundando-se no número de lideranças comunitárias específicas de haitianos existem no Brasil, quais são as suas pautas defendidas e, principalmente, de que maneira elas puderam afetar no processo de mobilidade haitiana, com um foco especial ao período de 2021 e 2023. A hipótese secundária foi que a maneira como a política externa brasileira pautou a migração haitiana demonstra que o MRE, ainda durante o século XXI, ignora as nuances raciais, que precisam ser reconhecidas quando tratando da migração de um povo negro e do Sul Global, historicamente afetado pelo imperialismo e pelo colonialismo. Isso acontece porque esse ministério é um dos mais conservadores do Estado brasileiro e serve à

manutenção do pacto da branquitude, do racismo estrutural e da colonialidade do poder. Ademais, existe um descompasso na maneira segundo a qual o Estado brasileiro lida com a relação com o Haiti. O descompasso encontrado reside no conflito entre o Brasil internacionalmente e domesticamente. No palco internacional, a política externa defende os direitos humanos — por ter liderado a MINUSTAH por 13 anos — e dá a impressão de que se vive uma “democracia racial” como aquela associada a Gilberto Freyre, já que o país recebe uma diversidade de migrantes, especialmente haitianos — que são negros e do Sul Global. Domesticamente, reforça o racismo estrutural, a colonialidade do poder e o pacto da branquitude a partir do momento em que não aborda fatores raciais na política migratória — que é inevitavelmente atravessada pela PEB.

Com relação às faltas que devem ser pontuadas neste trabalho, ressalta uma, que pode ser melhor trabalhada em pesquisas futuras. Essencialmente, trata-se da falta de perguntas mais focadas na reunião familiar com interlocutores da AINTESO, uma vez que foi esta a associação que realizou os voos fretados após a conquista do direito à reunião familiar em 2021 e fez pedidos para a entrada de migrantes sem o visto. É importante chamar a atenção ao fato de que, no contexto deste TCC, não foi possível entrevistar o presidente da associação.

Isso posto, alguns possíveis campos de pesquisa foram observados ao longo da realização deste trabalho. Eles foram: o papel das rádios para a migração haitiana e a importância delas para a comunicação e a manutenção da comunidade haitiana no Brasil; os impactos da instituição de Comitês Estaduais pautados na migração a partir de 2020 e os seus impactos às políticas migratórias estaduais e nacionais; a ponte de articulação política entre parlamentares e as associações de migrantes para a defesa das pautas migrantes, haja vista o exemplo de Eduardo Suplicy com a USIH, como foi comentado por Fedo Bacourt; o impacto das associações na empregabilidade dos migrantes e na permanência deles nos locais de residência; e a maneira como a identidade dos haitianos que migraram ao Brasil foi influenciada pelo local de residência, tendo em mente os seus atravessamentos raciais e geopolíticos frente à construção histórica do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal et al. O Brasil e a MINUSTAH: Lições a partir da literatura acadêmica. *In*: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, 2017. p. 101-111. Disponível em: <https://igarape.org.br/brasil-na-minustah-2004-2017/>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Políticas Públicas**. Brasília: ACNUR, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/politicas-publicas/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- ANNONI, Danielle; MANZI, Maria Júlia Lima. Política Migratória Brasileira e Seus Reflexos Para os Estados da UNASUL: Um Estudo a Partir Do Tratamento Dado Pelo Brasil Ao Caso Dos Haitianos. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, Cidade do México, v. 146, n. 49, p. 61-83, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.elsevier.es/es-revista-boletin-mexicano-derecho-comparado-77-articulo-politica-migratoria-brasileira-e-seus-S0041863318300723>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- AUDEBERT, Cédric; JOSEPH, Handerson; MIRANDA, Bruno. Diásporas Negras: Las Negritudes en Movimiento y los Movimientos de las Negritudes. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 31, n. 67, p. 15-35, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006703>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- BAENINGER, Rosana et al. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 4, p. 1-35, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.89>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- Baldwin, James. **Notas de um filho nativo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/publicacoes/psicologia_social_do_racismo_-_estudos_sobre_branquitude_e_branqueamento_no_brasil_-_iray_carone_by_iray_carone_z-lib.org_.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa Nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão de visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 jan. 2012. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIG_2012_97.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso: 26 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso: 4 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 38, de 10 de abril de 2023**. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência prévia e a respectiva concessão de visto temporário para fins de reunião familiar para nacionais haitianos e apátridas, com vínculos familiares no Brasil. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-38-de-10-de-abril-de-2023-476019847>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BUSS, Terry F. Foreign Aid and the Failure of State Building in Haiti from 1957 to 2015. **Latin American Policy**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 319-339, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/lamp.12080>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BUTIKOFER, Erika Andrea; MARTINO, Andressa Alves. Entre o limbo jurídico e racismos: reflexões sobre processos de bancarização e acesso a direitos de solicitantes de refúgio em São Paulo. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S. l.], v. 31, n. 69, p. 211-229, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006913>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo et al. Os desafios da nova política migratória brasileira diante do fluxo migratório haitiano. **Revista Política, Globalidad y Ciudadania**, Monterrey, v. 6, n. 11, p. 124-145, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29105/pgc6.11-6>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CHAGAS, Gustavo. **Grupo de 183 haitianos autorizados a viajar para o Brasil sem vistos chega a Porto Alegre**. G1 RS, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/07/26/grupo-de-183-haitianos-autorizados-a-viajar-para-o-brasil-sem-vistos-chega-a-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CLETO, Juliana. Implicações do direito ao voto aos imigrantes: ameaça à soberania nacional ou efetivação de um direito fundamental?. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 57-79, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.proquest.com/scholarly-journals/implicações-do-direito-ao-voto-aos-imigrantes/docview/1762268712/se-2>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte; BAENINGER, Rosana; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Imigração Haitiana no Brasil: Questão Humanitária e Reunião Familiar. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.l.], v. 31, n. 67, p. 177-195, abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006711>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DIEME, Kassoum. O Haiti e suas migrações. **Temáticas**, [s. l.], v. 25, n. 49, p. 17-48, 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11127/6412>. Acesso em: 20 dez. 2023.

EUA começam a deportar haitianos em massa; cerca de 12 mil devem ser retirados do país. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/20/eua-comecam-a-deportar-haitianos-em-massa-cerca-de-12-mil-devem-ser-retirados-do-pais.ghtml>. Acesso em: 8 dez. 2023.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/jQH7THPDpCKwtJFDcRd6Yxd/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 dez. 2023.

FLEURY, Cláudia. **Mediadores interculturais auxiliam 75 imigrantes no primeiro mês do programa da saúde**. Secretaria Municipal de Saúde, Porto Alegre, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/noticias/mediadores-interculturais-auxiliam-75-imigrantes-no-primeiro-mes-do-programa-da-saude>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FOLLY, Maiara. Saída do acordo global sobre migrações pode impactar brasileiros no exterior. **El País**, 13 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/12/opinion/1547304022_687377.html#?prm=copy_link. Acesso em: 20 dez. 2023.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 47-68.

HIRSCH, Asher Lazarus. The borders beyond the border: Australia's Extraterritorial Migration Controls. **Refugee Survey Quarterly**, [S.l.], v. 36, n. 3, p. 48-80, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/rsq/hdx008>. Acesso em: 20 dez. 2023.

JOR, Jorge Ben. **Tenha fé, pois amanhã um lindo dia vai nascer**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1971.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017.

Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866/33382. Acesso em: 07 out. 2023.

JOSEPH, Handerson. Criando Associações: Migrantes Haitianos na Guiana Francesa e no Brasil. **Caderno de Debates**, São Paulo, v. 11, p. 43-64, dez. 2016. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/publicacoes/caderno-de-debates-11-refugio-migracoes-e-cidadania/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

JOSEPH, Handerson. La negrización de las migraciones. **(Trans)Fronteras: movilidades, identidades y comercios**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/237914>. Acesso em: 29 jul. 2023.

JOSEPH, Handerson. The haitian migratory system in the guianas: beyond borders. **Diálogos**, Maringá, v. 24, n. 2, p. 198-227, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i2.54154>. Acesso em: 20 dez. 2023.

JOSEPH, Handerson; NEIBURG, Federico. A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. **Horizonte antropológico**, Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 463-479, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000300015>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MANTOVANI, Flávia. **Imagem acolhedora do Brasil não se aplica a imigrantes negros, diz sociólogo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/11/imagem-acolhedora-do-brasil-nao-se-aplica-a-imigrantes-negros-diz-sociologo.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **“Nou Led, Nou La!” “Estamos Feios, Mas Estamos Aqui!”**: Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos. 2017. 233 f. Tese (Doutorado) – Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181461>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **Pelo direito ao grito**: as lutas silenciadas da universidade pública haitiana por reconhecimento, independência e democracia. Orientadora: Maria Elly Herz Genro. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/70615>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTÍNEZ, Susana Martínez; DUTRA, Delia. Experiências de racismo desde a imigração haitiana e africana no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.l.], v. 26, n. 53, p. 99-113, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005307>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MENDONÇA, Marcos Venicio. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações

de Paz do Brasil, 2017. p. 58-65. Disponível em:
<https://igarape.org.br/brasil-na-minustah-2004-2017/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MONTEAGUDO, Rafael Souto. Antiglobalismo e colonialidade: uma abordagem decolonial sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro. **Revista NEIBA, Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.12957/neiba.2021.58901>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MORAES, Ana Luisa Zago de. **Crimigração**: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: Último Estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **DataMigra BI**. Brasília: UnB, 2023. Disponível em: <https://www.datamigra.unb.br/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **O Observatório**. Brasília: UnB, 2024. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Washington: OPAS, 2023. Disponível em:
<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PEIXOTO, Floriano. A epopeia militar brasileira no Haiti. *In*: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, 2017. p. 16-23. Disponível em: <https://igarape.org.br/brasil-na-minustah-2004-2017/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PEREIRA, Júlia Silveira. **Pelo Direito de Migrar**: A Emissão de Vistos de Acolhida Humanitária e de Reunião Familiar para Haitianos pelo Estado Brasileiro. Orientador: Veronica Korber Gonçalves. 2023. 78 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/265305>. Acesso em: 08 out. 2023.

PINHEIRO, Ana Paula. **Olhares da Branquitude: um relato de experiência da chegada de haitianos no aeroporto Salgado Filho**. NEPEMIGRA: Porto Alegre, 27 ago. 2021. Disponível em:
<https://www.ufrgs.br/nepemigra/2021/08/27/olhares-da-branquitude-um-relato-de-experiencia-da-chegada-dos-haitianos-no-aeroporto-salgado-filho/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14118>. Acesso em: 29 jul. 2023.

REDIN, Giuliana; BARBOSA, Juliana Graffunder. From International Security to Human Security: implications in the legal institute of refuge and the case concern the immigration issue in Brazil-Haiti bilateral foreign policy. **Boletim Meridiano** 47, [S.l.], v. 15, n. 141, p. 10-17 jan./fev. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/36324086/DA_SEGURAN%C3%87A_INTERNACIONAL_A_SEGURAN%C3%87A_HUMANA_implica%C3%A7%C3%B5es_do_instituto_jur%C3%ADdico_do_Ref%C3%BAgio_e_o_caso_da_pol%C3%ADtica_externa_bilateral_Brasil_Haiti_na_quest%C3%A3o_imigrat%C3%B3ria. Acesso em: 20 dez. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Mapeamento de Associações e Coletivos de Migrantes e Refugiados no RS**. Porto Alegre: COMIRAT/RS, [2022]. Disponível em: <https://justica.rs.gov.br/mapeamento-da-rede-de-referencia-para-migrantes-e-refugiados-no-rs>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SAMPAIO, Ingrid Costa Melo de Sousa. **Brasil e a agenda internacional de meio ambiente no contexto pós Guerra Fria**. 2016. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17399>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SARTORETTO, Laura Madrid. **Direito dos refugiados: do eurocentrismo às abordagens de Terceiro Mundo**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Orientadora: Leny Sato. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) – Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SILVA, Karine de Souza. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 20-41, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47551/mbote.v1i1.9381>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, Karine de Souza. **Corpos em Deslocamento e os “Marca-dores” Sociais da Diferença: O Novo Perfil Migratório Brasileiro e as Hierarquias Coloniais a Serviço do Capitalismo**. In: INSTITUTO DIPLOMACIA PARA DEMOCRACIA. **Renascença**: Política externa pós-bolsonarista. São Paulo: Diplomacia para Democracia, 2022. p. 177-187. Disponível em: https://www.academia.edu/84135935/Corpos_em_deslocamento_e_os_marca_dores_sociais_da_diferen%C3%A7a_o_novo_perfil_migrat%C3%B3rio_brasileiro_e_as_hierarquias_coloniais_a_servi%C3%A7o_do_capitalismo. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Karine de Souza; SÁ, Miguel Borba de. Do Haitianismo à nova Lei de Migração: Direito, Raça e Política Migratória brasileira em perspectiva histórica. **Revista Nuestramérica**, [S.l.], v. 9, n. 17, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5650701>. Acesso em: 07 out. 2023.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 86, p. 23–39, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100002>. Acesso em: 20 dez. 2023.

TREZZI, Humberto. **Haitianos residentes em Porto Alegre são lesados ao tentarem trazer familiares ao Brasil**. GZH, Porto Alegre, 10 out. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2022/10/haitianos-residentes-em-porto-alegre-s-ao-lesados-ao-tentarem-trazer-familiares-ao-brasil-cl8ytornr005j014zcozv4q16.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees**. Geneva: UNHCR, 2010. Disponível em: <https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/3b66c2aa10.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RANINCHESKI, Sonia. Política Externa Migratória do Brasil: a política imigratória brasileira. **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Santa Vitória do Palmar, v. 2, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/cn.v2i3.12219>. Acesso em: 20 dez. 2023.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Minustah Fact Sheet: United Nations Stabilization Mission in Haiti**. United Nations Peacekeeping, 04 set. 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>. Acesso em: 04 set. 2023.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM FEDO BACOURT

[Gerson Carlos] Então começando aqui a gravação.

[Fedo Bacourt] Antes antes posso só um pouco que to no meu negócio agora pode atrapalhar em qualquer momento se entrar cliente, entendeu?

[GC] Tudo bem.

[FB] Não sei se depois você conseguir editar isso.

Ruído do microfone.

[GC] Ta. Tudo bem. ahn. Então eu queria começar... é te perguntando assim sobre ti, quem tu é, que tu fizesse uma apresentação de ti mesmo, uh...pra eu poder ter – pra a gente poder ter uma noção assim mais ou menos de cada um, de cada outro, eu posso me apresentar depois também, mas se tu pudesse começar se apresentando.

Ruído do microfone.

[FB] É, primeiramente eu sou Fedo Bacourt, eu sou haitiano, 46 anos, eu cheguei aqui no Brasil em 2013.

[GC] Uhum.

[FB] Hoje eu to completando há dez anos aqui no Brasil e... eu sou professor de línguas, de histórias... eu tenho duas faculdades, acesso à educação e teologia.

[GC] Uhum.

[FB] Eu sou coordena- coordenador da “União Social dos Imigrantes Haitianos”, conhecido como USIH.

[GC] Sim.

[FB] U S I H

Ruído.

[FB] E eu sou empresário também aqui no Brasil, porque não tenho trabalhar como na minha área, aqui no Brasil eu comecei a trabalhar como... servente de pedreiro, depois juntei dinheiro pra conseguir sair dessa área, pra pra pra fazer uma coisa onde um pouco mais com o meu setor mais confortável.

[GC] Uhum.

[FB] Hoje em dia eu sou empresário, eu casou aqui, tenho uma família bem distribuída.

[GC] Legal.

[FB] Entendeu? Eu moro em São Paulo.

[GC] Uhum.

[FB] Desde que eu cheguei aqui eu to aqui em São Paulo.

[GC] E tu já chegou no Brasil e tu foi – tu passou direto pra São Paulo?

Bastante ruído.

[FB] Desde que eu cheguei no Brasil estou em São Paulo.

[GC] Uhum.

[FB] Eu já visitei em outras cidades, como o Acre e Santa Catarina, Maranhão.

[GC] Hmmm legal.

[FB] Aqui em Brasília, (*incompreensível*), entendeu?

[GC] Sim.

[FB] Belém...Eu já fui pra vários lugares, Paraná já fui, já visitei.

[GC] Ta. então, pra eu me apresentar também, né, prazer eu sou Gerson

Bastante ruído.

[GC] É..., eu sou aluno da graduação de RI, de relações internacionais da... da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é... eu to no meu último semestre da graduação e agora eu to fazendo o meu tcc, eu nao sou de do Rio Grande do Sul, eu sou do Piauí, na verdade, então eu sou d'um estado do nordeste do Brasil, mas eu fui pra pra Porto Alegre pra fazer a faculdade de relações internacionais lá, e bom agora enfim to fazendo o tcc, to rumando pro final dessa desse momento assim da vida né?

Bastante ruído.

[FB] Legal

[GC] É.

[FB] Muito muito bom e não sei se você sabe o que significa isso?

Fedo faz um sinal de X com os dedos indicadores das mãos.

[GC] Hmmm não sei.

[FB] Eu cruzo, eu cruzei meus dedos para você crescer na vida e você atingir os seus objetivos e você chegar até o topo de onde quer de onde quer chegar.

Ruído.

[GC] Muito obrigado, muito obrigado, pra gente! Pra gente.

[FB] É um ditado em inglês que fala “I cross my finger for you to win anything in life”

[GC] Uhum.

[FB] Tu fala inglês?

[GC] Sim, falo.

[FB] Fala inglês?

[GC] Sim, sim.

Fedo faz um sinal de aprovação.

[GC] *Risada.* Legal. É...então, eu queria daí que tu começasse falando um pouco da tua trajetória, né, da tua do teu momento de vida desde que tu saiu do Haiti e a relação que tu criou uhm com a União Social né uh como, como que se deu isso?

[FB] Oh Gerson, vai um pouco devagar...

[GC] Ta.

[FB] Devagar... não corre comigo porque seu português é mais que o meu e pode ser um pouco diferente o de São Paulo também, então não me acostumei.

[GC] *Risada.* Tudo bem, ta.

[FB] Vai um pouco devagar, vai lá.

[GC] Então repetindo, eu queria que tu falasse um pouco da tua trajetória de vida, uh e como que tu chegou à criação e à tua participação na União Social, é, como que se deu isso, como que tu se viu na liderança e tudo mais.

Ruído.

[FB] Então é, na verdade, eu já eu já me associei de uma linha pessoal, entendeu? De trabalhar em de de dar assistências sociais.

[GC] Uhum.

[FB] Especialmente cultural, especialmente no Haiti era com crianças.

[GC] Sim.

[FB] Quando eu cheguei na República Dominicana, eu participei de alguns grupos de Direitos Humanos, vendo a situação precária, o racismo dos dos dos republicanos, especialmente os policiais da República Dominicana com os haitianos, onde eu passei três anos.

[GC] Uhum.

[FB] E quando eu cheguei no Brasil na verdade eu não tinha na minha na minha mente de–de liderar nada porque eu venho pra trabalhar, entendeu? Pra poder manter a minha família.

[GC] Sim.

[FB] Mas em menos de um ano, quando eu cheguei em São Paulo, eu desci do ônibus eu desci e eu cheguei na cidade de São Paulo, o primeiro lugar que eu me...que eu me acostumei, que eu entrei, como se eu já via as situações era é aqui no Ministério, onde tem a Missão da Paz e então por 13, 14, teve um fluxo de haitianos chegando.

[GC] Sim.

[FB] E aí nessa – no Brasil – e a perspectiva era além da capacidade do Brasil porque o Brasil não esperava esperar tant– tantas pessoas.

[GC] Sim.

[FB] E uma das dificuldades que tinha era tradução.

[GC] Uhum.

[FB] ...Documentos e trabalho. então eu vi eu eu falei que então vou estudar a língua a língua portuguesa. e eu estudei três meses. e como eu sou professor de línguas.

[GC] Uhum.

[FB] Para mim é fácil, entendeu?

[GC] Tu fala – desculpa perguntar.

[FB] Eu fiz um–um intensivo para poder aprender a língua, eu aprendi três meses.

[GC] Uau.

[FB] E aí eu comecei a traduzir para os irmãos no setor de trabalho das Organizações que vem pra ajudar, entendeu?

[GC] Uhum. Sim

[FB] E aí começando a traduzir, eu me reuni com alguns com alguns colegas que têm ensino superior e a gente decidiu para criar um Comitê para poder ajudar e dividir as tarefas porque as coisas eram muitos.

[GC] Uhum.

[FB] Então foi aí que a gente criou a USIH, que é a União Social dos dos Haitianos. No princípio era muito difícil a gente, a gente se reunir nos pátios dos metrô, nos restaurantes porque a gente não teve como pagar o aluguel, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Até que a gente formou a associação em 1º fevereiro 2015, formalmente com todo aquele negócio já tinha lá nossa primeira reunião, nossa primeira Assembleia Geral, que foi um sucesso pra nós.

[GC] Uhum.

[FB] Mas depois a gente começou a enfrentar burocracias do Brasil, as burocracias para abrir contas, entendeu? Para ter acesso e para o reconhecimento dos documentos, até no cartório foi muito difícil, amigo, para sair o... o número legal pra nós.

[GC] Uhum.

[FB] E na receita federal, o (*incompreensível*) saiu bem fácil, mas para reconhecer o Comitê foi muito difícil. E depois de reconhecer o Comitê, pra abrir uma conta bancária foi incrível amigo, passou mais de um ano, entendeu?

[GC] Nossa senhora, meu deus.

[FB] Mas que não era, que não era, que não era, é, que não era burocracia, na verdade. O rapaz que tava atendendo a gente era muito racista.

[GC] Sim.

[FB] Pegou os documentos e esqueceu num lugar, entendeu?

[GC] Sim.

[FB] E aí foi um dia que a gente pegou um advogado e a gente foi lá no banco. No mesmo dia, saiu tudo.

[GC] Humpf haha, é isso costuma ser muito rápido, né. Agora quando eles não querem ajudar daí demora.

[FB] Hm? Pode falar.

[GC] Não, era isso que eu ia comentar, ée, quando é uma coisa que teoricamente deve ser feita rápido, mas que se eles não querem ajudar, se eles tem alguma outra questão, daí eles fazem de tudo pra atrapalhar, e pra demorar mais tempo, mesmo que vocês tenham tudo certo.

[FB] Especialmente a gente era, a gente era, a gente é negro, não era negro, a gente é negro. chegar no banco, no banco, entendeu?

[GC] Sim.

[FB] E o cara que tá lá, de pé, na verdade ele é um branco.

[GC] Uhum.

[FB] Olha a gente pela pele, e *já pensar “não vou ajudar eles a passar”*. Porque foi muito difícil para, for, para crescer igual uma Associação sem uma conta bancária, porque ninguém tava querendo ajudar, na mão, de botar ela no banco, infelizmente fez um ano. Por causa de um ano por conta da burocracia, amigo. E aqui no brasil, no percurso democrático começou a a ajudar a associação, os irmãos imigrantes, aí tivemos uma parceria no SEBRAE, pra poder informar algumas pessoas, e fazer uma uma curso de descomplica e empreendedorismo, e o pessoal começ– começou a crescer, a fechar alguns trabalhos pra poder abrir alguma coisa pessoal, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] E quando você fizer hoje, a gente deixou mais de 200 (duzentos), 300 (trezentos) pessoas completos, empresários empresários haitianos no Brasil.

[GC] Uhum.

[FB] Em São Paulo, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, em todo lugar. Mesmo assim, havia dificuldades de achar emprego com as mulheres, que tem capacidade e que tem também ensino superior, que estão trabalhando em trabalho precária hoje.

[GC] Sim.

[FB] E que não estão só pensando em salário, eles também tem que pegar a estrada do Brás, não sei se você já ouviu falar? Pra poder vender como ambulantes.

[GC] Uhum. Sim

[FB] (*Incompreensível*) entendeu? Mas eu, juntar dinheiro entre grupos, pra poder somar, conquistar alguma coisa, pra poder fazer alguma coisa maior.

[GC] Uhum.

[FB] Economicamente, não tá...eu sou... tá mais ou menos, entendeu? De 2015 a 2016. Mas, mesmo assim, aquelas pessoas que não que não tem o ensino até o fundamental...

[GC] Uhum.

[FB] ...Avançado, que não tem capacidade para gerenciar um negócio ou para pra ser empreendedor, essas pessoas acabam desistindo do Brasil pra pegar a estrada para pra enfrentar a estrada para chegar até os Estados Unidos, entendeu?

[GC] Sim.

[FB] Com o salário precário, eles acabam desistindo.

Muito ruído.

[GC] Uh, então, isso foi mais ou menos durante o começo da União, né? É, até ali 2016, que tu tava falando.

[FB] Exatamente, foi o começo da Associação até 2016.

[GC] Sim.

[FB] Entendeu?

[GC] Aham. e... o que que tu diria que, enfim, a Associação, ela representa pra ti enquanto haitiano...

Fedo pede para pausar por conta do ruído.

[GC] Tá.

[FB] Eu vou esperar.

[GC] Tá, pra mim tá um ruído aqui, eu posso repetir. o que que tu diria que a Associação ela representa pra ti enquanto haitiano hm... e também pros outros irmãos teus hm... migrantes que chegaram ao brasil e enfim naquela época e tão chegando ainda aqui.

Bastante ruído.

[FB] É, a Associação é é é aberta, é uma associação aberta, atenção em atender especialmente...

Silêncio.

[FB] Um momento...

[GC] Tudo bem.

[FB] A gente atende todo mundo, na verdade. venezuelanos, haitianos, mas a maioria parte são haitianos

[GC] Uhum.

[FB] Entendeu? E a gente não trabalha só dando assistência social, a gente dá também assistência jurídica e a gente dá também, encaminha também pra educação, entendeu? Assistência ao trabalho. a gente ajuda na organização dos (*incompreensível*), a gente faz também eventos culturais.

[GC] Uhum.

[FB] Entendeu? Pra poder ajudar o pessoal a se divertir.

[GC] Sim.

[FB] A gente tá fazendo agora, criando um setor na Associação pra poder ajudar os jovens, que tem que tem vários talentos, entendeu? Pra poder... é...[*silêncio*] destravar eles pra entrar no desenvolvimento é aqui no Brasil.

[GC] Bah, muito legal. isso... isso já adianta algumas...

Muito ruído.

Silêncio.

[FB] Porque tem muitos, tem muitos jovens que têm talentos, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] A gente tá tentando...é... acompanhar eles para os os talentos tem, os que podem jogar futebol, os que querem cantar, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Os que tem, que tem outras habilidades, entendeu?

[GC] Sim.

[FB] Pra poder encaminhar e buscar setores setores no Brasil que podem acompanhar e para para realizar os sonhos deles.

[GC] Sim... *[ruído]* isso é legal porque já adianta uma parte das minhas perguntas... de tipo, uh vocês tem uma relação com migrantes de outros países também, né? Eu dei uma olhada assim mais ou menos no facebook e eu vi que vocês fizeram uma reunião, acho que com os bolivian– os bolivianos há pouco tempo, ne? Hm...

[FB] A gente também, a gente teve reunião com bolivianos, com bolivianos, mas não sei qual parte que você viu.

[GC] Uhum.

[FB] A gente, é... a gente atende todo mundo, a gente teve reunião agora que é uma Associação muito conhecido, onde a gente se candidatou à prefeitura para receber cesta básica, entendeu?

[GC] Legal.

[FB] Para ter aulas aulas e também encaminhar pro setor de trabalho, e a gente a gente tenta conquista algumas vagas aqui, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] A gente dá a maior parte para os haitianos, mas a gente tenta chamar também os irmãos imigrantes de outros países pra poder também beneficiar. Especialmente as mulheres, a gente busca muito vagas de trabalho para elas.

[GC] Uhum.

[FB] E também a gente faz a série (*incompreensível*), entendeu? Pra pra poder capacitar elas e para também entrar no mercado de trabalho.

[GC] E tu diria que essas iniciativas de vocês...é... elas partem todas de vocês ou também tem uma relação...

Fedo faz sinal para que eu vá mais devagar.

[GC] Tá. vou devagar.

[FB] Tá cortando. Você, você tá me ouvindo bem?

[GC] Sim, eu te ouço.

[FB] A sua voz tá cortando de vez em quando.

[GC] Ta, vou repetir mais devagar, então.

Ruído.

[GC] Essas iniciativas elas partem inteiramente de vocês ou elas também têm uma relação com... enfim prefeitura, governo do estado, outras associações, outras organizações, como que isso funciona?

[FB] Então, como a gente funciona, como que nós somos haitianos e não temos, posso dizer... uma relação direta com os os órgãos brasileiros, porque nas sociedades civis a gente tem muitos contatos.

[GC] Uhum.

[FB] Nós no Comitê a gente senta, a gente vê as pautas, entendeu? A gente discute no comitê e a gente faz um balanço geral pro ano pra nós pro nosso ano. Quando a gente termina o ano, fazemos com as organizações, parcerias e a gente submeter os projetos que nós temos, entendeu?

Barulho de geladeira ligada.

[GC] Uhum.

[FB] Tanto pra poder ajudar as mulheres, como pra ajudar os jovens, pra poder ajudar na educação, e tem algumas organizações também de advogados, entendeu? Que são muito parceiros e que tão ajudando, e a gente cria parcerias, entendeu? A gente busca também que buscar e tentar achar também organizações que trabalhem no setor que a gente quer e a gente entra em contato, a gente submete o nosso projeto, a gente precisa mandar nós, ou eles, pra entender onde a gente pode encaixar, tá?

Silêncio.

[FB] Entendeu?

[GC] Sim... então, vocês meio que já se encarregam dessa tarefa de fazer...é... a integração dos... enfim dos outros migrantes, dos irmãos haitianos à sociedade, né? É... é uma tarefa que vocês viram no começo assim como uma demanda necessária pra criação da Associação.

Silêncio.

[FB] Então, como funciona. como que são são os jovens, que não tem muitos contatos, e a gente participa das reuniões, onde tem audiências públicas a gente vai, a gente tenta marcar qual órgão que fala de tal tal tal e para saber o que a gente contratar depois

[GC] Uhum.

[FB] E às vezes tem pessoas que pedem nossos contatos. É difícil para essas pessoas “onde você sabe que a gente pode bater para ter tal tal tal coisa”, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] E às vezes eles ajudam a gente, às vezes eles não sabem, entendeu? E a gente tem muita relação com o pessoal do dos câmaras municipais.

[GC] Uhum.

[FB] Dos movimentos populares–populares, entendeu? Organizações civis para poder fazer esse–esse trabalho.

[GC] Sim.

[FB] Mas outros sempre fazem parte do Comitê da da Associação.

[GC] Uhum.

[FB] Em todos e puramente discute depois para para debater com outro com outras organizações.

[GC] Sim.

[FB] Nesses nesses dias a gente tem muitas coisas com os deputados lá em São Paulo.

[GC] Legal.

[FB] E lá em Brasília, especialmente com as pessoas pessoas dos direitos humanos, alguns amigos que são que estão lá, como Paulo Elis, Alex, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Como alguns deputados também, a gente é, deputado Suplicy, o deputado Suplicy, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] A deputada Erika (*incompreensível*) do PT. então a gente... a gente encaminha e o (nome incompreensível), acho que é seu pai, né?

[GC] Uh, não.

[FB] Então, uh, tem um rapaz que falou que você ia entrar em contato comigo e falou que você é seu filho. Você é o filho dele?

[GC] Uh, não... eu sou, não sou filho de, acho que eu não sou filho de alguém que você conheça.

[FB] Teu pai mora em São Paulo?

[GC] Não.

Silêncio.

[FB] Então, então, ele falou, é um cara bem legal que entrou no comitê, notou? Entendeu?

Som de geladeira.

[GC] Uhum.

[FB] Para defender os excluídos e os mais desvalorizados.

Latido de cachorro ao fundo.

[GC] Sim.

Latido de cachorro, som de pássaros e voz feminina na conversa do Fedo.

[FB] Onde?

Latido.

[FB] Desculpa.

[GC] Tudo bem. Hm... bah, muito interessante tudo isso que tu tá me falando.

Ruído, latido de cachorro.

[GC] Pera, desculpa. só um segundo.

Ruído, latido de cachorro.

[FB] Tá, vou esperar.

[GC] Só um segundo.

Ruído, latido de cachorro e som de porta de correr fechando.

[FB] *Falando com cliente na loja.* Mesmo preço, amigo, você escolhe. Isso aqui é bom, viu? Já comi dois desse.

[Cliente] E isso aqui, o que é que é?

[FB] Isso aqui é uma pastinha de aveia, com leite e canela. Isso aqui é muito bom. É bom.

Silêncio.

[GC] Tá. Hm...é muito interessante tudo isso que tu tá me falando.

Ruído.

[FB] A voz não saiu, a voz não saiu.

[GC] Tu me ouve?

[FB] Eu vi sua boca batendo e não ouvi nada

[GC] Ainda não me ouve?

Ruído.

[GC] Tá. É..muito interessante tudo isso que tu tá me falando porque dá pra ver que tem uma relação da... da rede com a migração, né? Hm... e... hoje em dia... hoje em dia e também quando ela foi criada, tu acha que a Associação, enfim, outras associações tiveram um papel importante, ou mesmo, enfim, central pra que a migração de haitianos acontecesse pro Brasil?

[FB] É uma coisa que to percebendo faz tempo. Politicamente e administrativamente, especialmente nos órgãos públicos, eu vi que a imigração que o pessoal mais fala é uma migração branca.

[GC] Uhum.

[FB] Os negros, amigo... são excluídos em todas nas... em todas pautas. porque as vezes não tem ninguém pra defender eles. Não tem alguém pra bater algumas coisas, pra dizer que aqui têm

negros também, têm imigrantes negros também, enquanto não tem isso de certas formas eles são mais excluídos também. E a gente percebeu que, ao longo de quatro anos do governo passado.

[GC] Uhum.

[FB] A USIH quase fechou, amigo.

[GC] Bah...

[FB] Não tem nada nada nada nada para nós, para o civis, para nada, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] E nesses momento, especialmente na pandemia, a gente teve que bater portas das igrejas, entendeu? igrejas grandes pra poder atender. e até tem um vídeo que se você ver na página da associação, onde que eu, com o meu dinheiro, eu comprava alguns kits, eu coloquei no chão para fazer kits pra levar pra algumas pessoas que tavam morrendo de fome

[GC] Uhum.

[FB] Quando eu coloquei na na na página da associação, uma se— uma semana depois teve uma senhora que, estava à noite, que me ligou “Fedo, eu vi a sua ação e eu vou lhe ajudar”. Ela mandou quarenta cestas básicas!

[GC] Uhum.

[FB] Depois disso ela mandou 65... agora, tem uma advogada que viu. Ela entrou em contato comigo e falou “Fedo, eu vou atrás junto com vocês”. Aí a gente começou a receber, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Roupas... um monte de coisa pra poder dar pra população

Som de porta abrindo.

[FB] A USIH está crescendo agora é com esse governo... com esse governo porque o primeiro que nós tivemos aqui não era um governo que queria nos ajudar, entendeu?

Som de geladeira ligada.

Som de porta fechando.

[FB] E então o pessoal de todo o Brasil chamou a Associação e pediu pra a gente fazer tal tal tal tal tal, pra preencher alguns formulários e hoje a gente tem uma... uma reforma que nós estamos fazendo na nossa sede.

[GC] Uhum.

[FB] E também pra poder fazer nosso ateliê com as mulheres, entendeu?

[GC] Sim.

[FB] É um projeto de 50 mil reais. Mas eu digo isso, amigo, porque, é como esse celular que tenho hoje. tava muito difícil, muito difícil amigo, a gente atendeu com portas fechadas.

[GC] Durante a... o período Bolsonaro, enfim, durante...

[FB] Durante a pandemia.

[GC] Aham.

[FB] É, e também não temos capacidade suficiente pra poder responder as demandas que têm aqui.

[GC] Sim.

[FB] Que teve na época da pandemia... despejos, despejos, pessoal que não tem como pagar aluguel.

[GC] Uhum.

[FB] Mãe! Mãe com crianças, amigo, que não tem como manter a família, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Foi, foi muito difícil.

[GC] Sim... e nesse período hm... vou, vou falar devagar... uh. Nesse período, qual tu diria que foi a importância da relação da USIH em São Paulo com outras associações de migrantes haitianos pelo Brasil? Tipo, tu sabe de outras associações no Brasil? Porque em Porto Alegre tem a AINTESO. Eu sei que aqui, em Santa Catarina, também tem outras. Hm... tu acha que nesse período, assim, foi importante pra vocês coordenarem ações e tudo?

[FB] Então, é, nesse momento, foi muito difícil para poder lidar com todas as demandas e a gente teve que fazer algumas escolhas dessas demandas que teve, entendeu? A gente atendeu, especificamente, mulheres, homens e homens homens que vieram, entendeu? Porque foi muito difícil. me dá um minuto.

Longo silêncio.

[FB] Entendeu? Na pandemia, é, em todo lugar que estive a gente teve que fazer uma escolha entre todas as demandas você atendeu 60% mulheres e idosas...

[GC] Uhum.

[FB] Mui- mais, mais especifica- especificamente as mulheres com criança, mulheres grávida e mulheres acima de 55 anos, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Os jovens, pessoas adultos, pessoas, teve muitas demandas, mas a gente a gente teve que deslocar um pouco porque não teve capacidade suficiente e teve quaren-, teve quarentena. foi muito difícil atender, e quando a gente tem comida, tem um tem é...possibilidade de ajudar também, de receber auxílio emergencial, pra gente atender pessoas na Associação, a gente atende aqui todas as pessoas, entendeu? E a gente divulga abrir também é.. auxílio judicial porque teve muitas demandas pessoas que mandaram embora sem benefício nenhum.

[GC] Uhum.

[FB] Entendeu? Porque foi uma ordem do Bolsonaro para que a empresa pode negociar com o com o trabalhador. Isso faz com que, por falta de comunicação entre o entre o entre o trabalhador e o empregador, isso faz com que eles fazem pessoas assinar documentos como que na delegacia. Assinar, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] E a gente teve que entrar em contato com advogados. Acompanhar eles, entendeu? Para poder depor e fazer da da da o os os seguintes pra audiência de pra poder ouvir e e e pra sentenciar isso.

[GC] Sim. Hm...então, enfim, foi um período bem difícil e que foi bem necessário que vocês... é se coordenasse com outros grupos e enfim, vê-vissem onde era que tava a prioridade, né? Enfim, de vocês. Uh pra ver o que que de fato era mais necessário pra fazer no período, né?

Ruído e som de ambulância na transmissão de Fedó.

[GC] Imagino que deve ter sido bem complicado, mas que, na medida do possível, vocês fizeram o que poderiam. Daí, agora, Fedó, é... indo mais pro pro final, assim, eu queria mesmo saber de ti é... com relação à questão da reunificação familiar, porque em Porto Alegre, em 2021, teve toda aquela questão da reunificação familiar, que foi judicializada e... e aí, eu sei que vocês fretaram voos junto à Associação de Haitianos de Porto Alegre, né? E eu queria saber um pouquinho daí da relação da USIH com essa Associação de Porto Alegre, com associações de outros lugares, se existe, assim... o que que tu teria a falar, mais ou menos.

[FB] É... a USIH especialmente, a gente a gente faz reunião familiar, e nesse momento a gente ta ta trabalhando com a portaria que saiu.

[GC] Uhum.

[FB] Para reun–reunificação familiar do Haiti. Mas a gente nunca faz faz os voos.

[GC] Hm...

[FB] A gente não faz viagem. Só que o pessoal do do Porto Alegre, acho que é a AINTESO, né?

[GC] Sim.

[FB] Tem um rapaz chamado Junior que entrou em contato com a gente pra poder trabalhar junto, só que, nós funcionamos segundo sem lucrativos, é não lucrativo. a gente falou pra eles: “seria um prazer a gente fazer parceria, mas, infelizmente, no nosso no nosso estatuto é a USIH não pode dar serviço com com dinheiro”, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Nosso serviço é totalmente de graça. então, como a gente não fez parcerias com eles, eles faz voo, tem muitas pessoas que viajaram com eles, então mesmo assim teve muitas pessoas também que chamou a gente pra fazer denúncia, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Especialmente que depositaram muitos dinheiros e não teve voo, porque foram cancelados muitos voos, porque o último voo que eles foram foram feito foi dia 20, não 20 de setembro de 2022.

[GC] Uhum.

[FB] Isso faz com que eles caíram numa numa certa situação que não puderam até devolver o dinheiro, entendeu? Eu só que não posso opinar muito porque eu não fiz parte e a USIH também nunca fez parte. Essa situação até colocou a USIH numa patamar muito alto porque... de confiança também. Precisa falar pra todo mundo: a USIH não faz nada com de dinheiro, por dinheiro.

[GC] Uhum.

[FB] Entendeu? Só que na na associação, a gente met– a gente meteu uma caixa de doação voluntária, e até tem um pessoal pra fazer uma cópia pra ir fazer fora, mas pode fazer pra pessoa de graça, entendeu? E se você vai na caixa que a gente colocou, é um nem nem tá lá vinte reais.

[GC] Ba *[risada pelo nariz]*.

[FB] O pessoal não contribui.

[GC] Uhum.

[FB] E e nessa nessa tarefa de reunião familiar, tem pessoas que faz por 500 reais, 1000 reais, pra pra poder preencher todos os formulários e encaminha pra eles. E na USIH é totalmente de graça.

[GC] Uhum.

[FB] A gente disponibiliza uma pessoa pra ajudar a preencher, uma pessoa pra poder escanear todos os documentos pra poder pra pra pra colocar no sistema, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Nós, na associação, é uma é uma decisão em conjunto que nós não podemos fazer nada por dinheiro. Eu, principalmente, nunca aceitaria, porque eu sou o presidente da associação. porque eu sei como é o povo haitiano. Eu gostaria de cortar esse meio, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] De dinheiro enquanto tem uma conta pra pagar, luz, água, aluguel, a gente se vira, entendeu?

[GC] Sim, sim. Hm... ah, é, é, é uma coisa, né? Hm... realmente aconteceu muita denúncia de, enfim, de corrupção com relação aos voos. eu acho que eles acabaram sendo inocentados depois, mas ainda assim é um... eu entendo vocês terem essa decisão de não fazerem cobrando dinheiro, de ser uma questão voluntária e... Bom. eu queria, daí, no encaminhando assim bem pro final mesmo, te perguntar se teve alguma coisa que tu gostaria de falar mais hm... se tem alguma coisa... enfim quais são os desafios que tu ta vendo mais, no momento, assim, com relação talvez à reunificação familiar, com essa portaria nova que saiu, quais são as principais demandas dos haitianos, porque eu eu vi tu falando muito que a USIH tem uma importância pra integração dos migrantes na sociedade, com questão de empregabilidade, com questão de educação, com questão mesmo empresarial, hm... e aí junto a isso, o que que tu vê como as principais demandas e as principais dificuldades que ainda precisam ser superadas?

[FB] Então é é um dever que a gente dá na associação e tem algumas pessoas que tão trabalhando. são dois, mas, de comunicação, de administração, entendeu? Somos todos voluntários e somos quase 11 pessoas, só dois recebendo um salário de de miséria, entendeu? Porque teve que ser reduzido pra poder atender e a gente...nós na associação, como você pode ver na nossa página é União Social dos Migrantes Haitianos.

[GC] Uhum.

[FB] E temos temos alguns alguns é vaquinhas que nós fizemos especialmente na benfeitoria pra se alguém quer fazer uma doação, e temos também nosso pix, nosso pix da associação, entendeu? Se alguém quiser fazer uma doação, porque aqui a gente paga aluguel, paga luz, água...é... são bem vindos, qualquer doação que seja pra poder ajudar a população de cursos de línguas, de... na educação, advogado que quer que quer que quer ajudar também, na comunicação, entendeu? Uma assistência social que quer quer que quer ser voluntária.

[GC] Uhum.

[FB] Todos são bem vindos, entendeu? Todos tipos de ajuda de apoio são bem vindos para poder servir à população imigrante, porque é uma população muito vulnerável, que é excluída na sociedade, eu posso dizer porque eles não sabem, na verdade, o que fazer, aonde ir, para ser atendidos.

Ruído.

[FB] Então, nós na USIH...é uma é uma moto aqui.

Som de escapamento de moto.

[GC] Heheheh

[FB] Nós na USIH a gente se coloca voluntária, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Pra poder servir à população, na medida do possível, quando der e quando não der a gente fica sem sem sem servir, mas é uma luta que a gente não vai que não vamos desistir e que graças a Deus têm muitos já que são conscientes das necessidades da população e a gente tá, tamos trabalhando agora sobre...

Cliente aparece no caixa.

[FB] Dois e cinquenta, cinco e noventa. A gente tá trabalhando agora sobre uma rádio de comunicação pra poder ampliar as comunicações e algumas, alguns panfleto também. a gente vai divulgar a cada fim de meses o que é um jornal pra poder educar e informar a população mais sobre sobre, então... um minuto...

Silêncio.

Som de geladeira ligada.

[FB] Sim, é uma maneira pra poder acompanhar eles e servir eles e também nos nos contratos que a gente fez, tem uma página lá embaixo que a gente coloca pra eles escrever os problemas que eles têm e também mandar pra nós de volta ou pode mandar no “zap”, no “zap” da associação, entendeu?

[GC] Uhum.

[FB] Para melhorar o trabalho que nós tava, tava fazendo a favor deles, entendeu?

[GC] Sim.

[FB] A gente aceita reclamações, conselhos, é... sempre estamos abertos para quem quer fazer parte do grupo, a gente aceita voluntários.

[GC] Uhum.

[FB] Para poder criar uma uma USIH forte e servidora também.

[GC] Sim... hm... tá, depois de de te ouvir, acho que era era isso, mais ou menos, com relação às perguntas que eu tinha, uhh muito obrigado pelas tuas respostas. Eu acho que foi muito elucidativo, assim, pra entender como que vocês funcionam, como que vocês foram criados, hm... enfim a importância que vocês tem, tanto pra sociedade, pra pra comunidade haitiana quanto com relação a outros níveis assim, tipo a outras partes da sociedade também brasileira, é com relação a a aos às outras organizações da sociedade civil, ao à parte mais política assim de fato. Hm...e é isso. Eu acho que a última pergunta mesmo que eu tenho pra ti é se tu saberia de outras associações de haitianos pelo Brasil, porque eu to fazendo um... um mapeamento, assim, das associações pelo Brasil todo é... e eu encontrei mais, principalmente, assim, no Sudeste, né, considerando São Paulo... algumas no Sul e algumas no Norte, mas eu queria saber se tu sabe de outras assim, pelo Nordeste, pelo Centro-Oeste do Brasil, enfim...

[FB] Quem pode quem pode quem pode responder mais é o vice-presidente, que tá que está ligado a isso. Nós temos uma federação também. A federação é a Federação é a federação federação dos das Associações de Haitianos que quem tá gerenciando é um rapaz que chama Ernesto.

[GC] Uhum.

[FB] Ernesto e o Cadete. O cadete é vice-presidente da Associação e o Ernesto é o jornalista da da nossa rádio, também que é à frente da Federação dos haitianos, da Federação das Associações dos Haitianos.

Som de teclar.

[FB] E a USIH também faz parte e também coordena também, entendeu?

[GC] Tá. tá, então eu acho que era... *Ruído*. Espera... eu acho que era que era mesmo isso, Fedo... Hm...muito obrigado pelo teu tempo, por ajudar na minha pesquisa, pelo teu relato, foi bem proveitoso, eu espero que pra ti também tenha sido e é isso, obrigado.

[FB] Se tem algumas coisas que precisa mais que não foram preenchidos aí, me chama, se tem uma pergunta que vai precisar depois, estou à disposição!

[GC] Tá bem, obrigado fedo, boa tarde!

[FB] Tchau, amigo.

[GC] Tchau tchau.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM MARIA

[Gerson Carlos] Tá, então comecei a gravar, vou deixar o telefone aqui. Eu queria que tu começasse falando assim, mais ou menos, de ti. Quem é [Maria]? Como que tu chega ao Brasil? Que que tu...como tu falaria de ti mesma? É...enfim, falasse de ti, se apresentasse.

[Maria] Tá. Eu sou [Maria].

[GC] Uhum.

[M] Cheguei no Brasil...hm...em janeiro de 2013.

[GC] Uhum.

[M] Hm...Com a intenção de fazer pós-graduação.

[GC] Eu vi que tu tem uma graduação em Pedagogia, né?

[M] Sim.

[GC] Que legal.

[M] Eu fiz em...eu fiz no meu país, né?

[GC] Sim.

[M] Antes de vir para cá. Quando decidi de entrar, de vir, na verdade, pro Brasil, é que eu...lendo os jornais..., né... os jornais...eu vi que o Brasil era um país que tem as melhores faculdades. Como sempre, nós gostamos, nós haitianos gostamos do Brasil, não só por causa do jogo, né, de futebol, mas também a gente gosta mesmo. Era o meu sonho. Daí, o sonho veio a ser realizado em janeiro de 2013.

[GC] E tu diria que esse sonho sempre existiu?

[M] Hm?

[GC] Tipo, essa vontade de vir para o Brasil sempre...existiu dentro de ti?

[M] Sim! Eu tinha essa vontade, mas o que eu tinha primeiro na minha cabeça era viajar para os Estados Unidos para estudar, né, medicina.

[GC] Sim.

[M] Mesmo que a gente tinha passado muito tempo estudando e trabalhando, mas a vontade sempre ficava. Mas quando entrei na República Dominicana para trabalhar, daí eu li os jornais, eu vi. Aí o desejo se intensificou. E entrei aqui. E, na verdade, entrei exatamente no mercado de trabalho porque não sabia nada da língua. Só falava espanhol. Mas não conseguia entender.

[GC] É, porque não...A gente acha que é muito mais fácil, mas é bem difícil de falar um idioma assim mesmo que tu consiga entender.

[M] É, a gente entendia pouca coisa. Eu. eu...nem...nem tinha...hm como dizer....como comprar um celular...como...assim... para estudar. Eu tinha somente os livros. Eu trocava os livros das línguas anteriormente eu falava. Eu comprei Bíblia, comprei “hinário” para poder cantar.

[GC] O que que é “hinário”, desculpa?

[M] Hinário é um livro... é um livro que tem todos os cânticos, as músicas da minha Igreja.

[GC] Aham.

[M] Daí alguém da Igreja me deu um CD. Eu tinha um notebook onde eu ganhei do meu patrão. Eu usava para usar, ouvir, ouvindo, cantando, lendo. Eu comparei com o dicionário francês, espanhol e português.

[GC] Aham. Aí tu foi traduzindo assim?

[M] Sim. Eu fui. Porque eu era professora de francês, eu conseguia comparar... e assim. Mas era difícil cada vez que a gente expor os seus sentimentos, era difícil. Ouvir é um, entender, mas falar...a coisa é mais...

[GC] Sim, precisar tirar de dentro um negócio que tá no âmago é...Eu concordo contigo.

[M] Sim. Eu não conseguia. Mas eu sei o que eu vou falar, mas quando chega....Eu preparei tudo, mas chegando lá na hora...deu branco.

[GC] Entendo.

[M] Eu fiquei assim muito tempo. Orei muito, pedindo a Deus sabedoria. Até as pessoas: “mas tu tá escrevendo bem, por que tu não faz outro esforcinho para falar?”. Mas eu tinha muita vergonha. Eu trabalhei em restaurante, depois eu fiquei doente. Passei muito tempo fazendo fisioterapia. Depois eu voltei no trabalho, eu precisava porque eu era sozinha.

[GC] E tu trabalhava nisso, em restaurante?

[M] Restaurante num primeiro momento. Depois eu fui fazer uma formação, nem curso técnico, como chama?

[GC] Uma formação profissionalizante, assim?

[M] Aham. Mas era de três meses. Era o SINDPOA e a Prefeitura de Porto Alegre. Um dia eu fui procurando um trabalho no SINE, daí o atendente falou “ai seria legal, precisamos de alguns

haitianos para formar, para entrar no mercado de trabalho”. Daí falei “ah, legal, vamos lá se inscrever”. Daí depois eles vão analisar os documentos e vai ficar no governo. Aí enquanto estava procurando trabalho, daí encontrei e já fiz o curso, era três meses. Depois, encontrei o trabalho em outro restaurante, mas o patrão me demitiu. Mas não foi por causa dele. Foi porque os colegas pressionaram.

[GC] Aham, por conta de que tu queria...?

[M] Inveja.

[GC] Inveja?

[M] Uhum. Porque...lá na Cidade Baixa, sabe? Que tem o Palácio? É perto.

[GC] Sim.

[M] Daí muitos advogados. Até encontrei o advogado que ele encontrou em Venâncio Aires. Quando fui na Igreja, ele viu eu cantando em espanhol e depois em francês. Ele se encantou. Ele estava com a esposa que é advogada também. E daí ele me convidou para vir para Porto Alegre. Eu quis deixar o trabalho.

[GC] Ah, tu diz Venâncio Aires, a cidade Venâncio Aires?

[M] Aham. Daí ele me convidou para vir para cá. Ele e a esposa. Daí falei “Sim, eu vou vir pra cá”. Daí consegui alugar um apartamento. Eu fiquei. Daí depois disso tudo aí eu fiquei doente. Como te falei antes.

[GC] Sim sim, tu fez fisioterapia.

[M] E daí, como ele, ele entrou e me viu trabalhando, ele ficou muito feliz. Daí os outros colegas queriam conversar em francês, um pouquinho em inglês, queriam saber mais. Eu não sou

trabalhadora na cozinha, mas depois a gente troca, bota outro uniforme para ir lá na frente para atender. Mas todos eles queriam conversar comigo.

[GC] Sim.

[M] Claro, se a gente está atendendo as pessoas, mas tem que ter outra postura, mais sorridente.

[GC] Sim, tem que ser mais receptiva.

[M] Ai...aí eles disseram em que eu tinha *double*...uma dupla-face, né? Uma pessoa que estou na cozinha lá na frente, pessoa dizia que sou falsa, assim, tudo isso.

[GC] Uhum, isso que fez tu sair?

[M] É. Daí o patrão disse que “ai vai ter discussão”. Eu disse não, não tenho nada contra eles, mas é assim, você sabe. Daí o patrão nunca vai dar...como vou dizer...ele nem sabia disso. Eles me chamaram em reunião, um dia, falaram vem cá, tu tem dois comportamentos quando ela está trabalhando...Claro, a gente entra todo tem que estar pronto antes das 11h. A gente entrou às 7h30, para fazer tudo: fazer salada, salada rústica, salada seca, salada molhada. Tudo isso. E tem que lavar tudo para ficar pronto antes de entrar lá. Que pressão!

[GC] É, tu tem que...tu tem que se adaptar ao contexto que tu tá.

[M] É muita pressão!

[GC] Sim.

[M] É muita pressão e é um falando por aqui. Não estava nem ligada no que eles estavam dizendo. Não era a minha área, né? Trabalhando assim rapidinho, aí na cozinha eu tinha um problema de movimento nos punhos, porque eu peguei tendinite...(incompreensível), para fazer os esforços eram muito maior, maiores.

[GC] Sim, era difícil pra ti, pra fazer os movimentos.

[M] Mas eu fiz. Como crescida. Daí fui demitida, fui demitida na verdade. Depois o patrão pediu desculpas. Daí encontrei outro trabalho como cuidadora de idoso.

[GC] Sim.

[M] Depois mais eu dava aula de francês para duas pessoas: mãe e filha que estavam estudando na UFRGS. Ela quis aprender um pouquinho da língua francesa para poder traduzir o resumo da sua dissertação e ela gostou. Eu preparei uma aula pra ela. A mãe disse “Verdadeiramente tu és uma pedagoga porque tu tem todos os métodos para captar a pessoa do que tu tá ensinando e a pessoa entende” ...

[GC] Com clareza, assim.

[M] “... mas por que tu não vai lá na faculdade pra pedir pra revalidar teu diploma?” Eu disse “mas não falo português”. Ela “mas tu tá falando bem todo mundo está te entendendo, tu és clara, tu tem cargo na igreja, tu já tá pensando...”

[GC] Sim, tu já tava inserida e se comunicando em português, afinal tu tava dando aula de um terceiro idioma.

[M] Sim. Daí eu falei “ah, agora eu preciso trabalhar, logo depois eu vou ver o que eu vou fazer”. Daí um dia eu fiquei...quando a idosa foi viajar, foi na praia e daí ela voltou com a outra cuidadora porque não quis ir. Eles me levaram lá, eles queriam me deixar lá, não tinha como me comunicar com os meus parentes lá. Falei “Vocês estão querendo me escravizar. Não vou mais lá. Eu vou voltar pra aqui”. Aí quando eu quis pedir demissão, a filha que é advogada, que sabe dos meus direitos, não, não, não ficou do meu lado porque ela era a filha da idosa que eu tava cuidando. Para ver como a pessoa sabe da lei, mas está prejudicando a lei. E a pessoa que está assumindo a responsabilidade...Entendeu?

[GC] Sim. E é isso que te fez pensar que tu não queria mais tá nesse meio e vir...procurar se inserir na vida acadêmica, tu diria?

[M] Como? Não! Porque eu estava vivendo sozinha, eu precisava de trabalho. Mas quando a idosa voltou e pegou broncopneumonia, na praia, com a outra cuidadora e daí ela veio a falecer. Quando ela faleceu, eu estava procurando um outro emprego. Daí essa mulher e outra pessoa falaram pra mim “tu não vais trabalhar, mas tem que procurar validar o teu diploma e um dia encontrar um serviço melhor do que isso”. E daí um dia, aí...eu precisava trabalhar....aí fui lá na Protásio pra pegar meu FGTS porque não tinha direito, eles disseram...porque trabalhei 13 meses, eu precisava trabalhar 15 meses.

[GC] Pra conseguir o FGTS?

[M] E daí o pouco que eu tinha na conta eu fui pegar. E daí lembrei do que elas dois tavam falando.

[GC] Da revalidação do diploma? Revalidação.

[M] Aham. E daí caminhando até lá perto do Pronto Socorro, na Caixa Econômica.

[GC] Sim, Caixa Econômica Federal.

[M] E daí caminhei divagando, pensando, o que, se eu deveria ir ou não...Daí cheguei ali, encontrei com a secretária e o Edson que era um servidor, conversei do meu desejo...A secretária falou assim: “Mas vai sair um edital, daqui a pouco, tu pode se inscrever pra fazer uma disciplina”.

[GC] O CELPE-BRAS? Edital pra que?

[M] Disciplina, uma disciplina.

[GC] Aqui no PGDR, tu diz?

[M] Não! Na FACED.

[GC] Ata. Na FACED.

[M] Falei “que ótimo!”. Daí ela disse “leva o teu diploma, faça uma cópia para nós e daí nós vamos te enviar um link, você vai achar tudo pra preencher, tudo isso, mandar pra nós, fazer uma carta que disse que você não tá trabalhando, assim não tem como pagar o custo”. E daí me ensinaram tudo, pra ver como Deus é maravilhoso, né? E daí eu fiz isso. Hm...em junho de 2017, entrei, eu fiz uma disciplina.

[GC] Aham. Na FACED?

[M] Na FACED. E eles falaram “E então, vamos fazer outra disciplina? Pra te preparar e fazer mestrado?”. E falei “nem to adaptando ainda com a linguagem acadêmica que é tão pesada, gente!”. Mas foi muito difícil adaptar. Ainda, né? Eu tomo tempo para ler uma coisa acadêmica, recuperar, mas vai indo.

[GC] Eu acho que qualquer tentativa de leitura assim, ou comunicação no geral, com um idioma que não é o teu, já é muito difícil.

[M] Ai, é pesado!

[GC] Eu sei inglês há muito tempo, mas ainda assim hoje quando eu pego um texto em inglês depois eu leio ele em português, o tempo que eu levaria pro de inglês é 1,5x ou o dobro, às vezes. Sabe? É difícil, é difícil.

[M] Imagina! E daí na minha casa, eu falo crioulo. Rádio...A minha mãe põe...a minha mãe...não consigo ouvir uma coisa falada em português. É crioulo somente e depois francês na

rádio. A gente pega na internet. Agora, quando que estou lendo, tem que ser num lugar bem longe, para me concentrar para ler mais demoradamente porque sim, é assim.

[GC] Sim. É...

[M] O que eu tava di...

[GC] Não, pode pode... É que tu tava falando de como tu entrou no mestrado.

[M] Sim. Hm...

[GC] E depois tu fez...

[M] Sim, a segunda disciplina eu tinha...hm...eu me matriculei em Movimento Feminista. E daí a secretária falou “Mas...pega outra disciplina, eu conheço a Pâmela! Tu não conhece a Pâmela?” E eu “Não!”. E ela “Ela foi lá no teu país, assim, hm...seria bom conhecer a ela e conversar um pouquinho, ela vai dar uma aula aqui, ela vai ministrar uma disciplina com a professora Maria Eli, né, tu pode conhecer ela, né”. E daí eu fui. E aí conheci a professora Pâmela.

[GC] Uhum. E foi assim que começou a relação de vocês duas?

[M] Isso! Desde então. E daí eu fiz a terceira disciplina quando eu participei...como dizer...eu me inscrevi, né, eu me matriculei para concorrer à vaga de mestrado na educação. Eu passei na prova escrita e depois na prova oral, na entrevista, me disseram que não, que meu diploma tem que ser revalidado primeiro. E daí não passei. Daí quando contei para Pâmela e “então, a Sociologia vai ter...vai sair um edital de mestrado na Sociologia e eu vou te mandar e você faça tudo, me manda pra ver a tua memória, as outras coisas e a gente visualiza pra ti e te guia pra ver os pontos, tu deveria escrever...”

[GC] Uhum. Te ajudaria no processo?

[M] Sim. “... Os pontos em que tu deveria desenvolver para poder completar tudo”. Ela me fala então “tu vai nesse ponto e daí você vai lá e faz o desenvolvimento assim, eu faço assim.” E daí eu mandei pra ela e tá pronto, aí pode mandar e daí faz e vai lá matricular. E era presencial, né? Era online, né, mas essa questão via remota....

[GC] Não era tão fácil?

[M] Não...assim...eu fui lá fazer a matrícula e aí graças a Deus, passei, eu fiz. É isso aí, aí chegando em 2019...2020...que a Associação...

[GC] Deixa eu aproveitar pra te perguntar outras coisas.

[M] Aham.

[GC] Tu falou um pouco assim, da tua trajetória. É...quando tu chegou aqui em Porto Alegre, como foi a relação com...enfim...outros haitianos que já tavam aqui antes?

[M] Não conhecia nenhum.

[GC] Não conhecia nenhum antes?

[M] Eu vinha a conhecer...ah...a conhecer os haitianos quando eu fui morar lá na Rubem Berta.

[GC] A rua?

[M] Rubem Berta. Leopoldina. Lá nesse...

[GC] Sim.

[M] Eu...como que eu passei mais de dois anos, não conseguia trabalhar...

[GC] Ah, então tu só foi trabalhar em 2015.

[M] Aham.

[GC] Ata. Eu pensei que tu tinha começado a trabalhar em 2013.

[M] 2013 sim. Eu parei de trabalhar...

[GC] Tu parou de trabalhar quando tu ficou doente e daí tu voltou a trabalhar em 2015?

[M] Uhum. Eu entrei...eu entrei numa coisa chamada “Herbalife”. Eu trabalha com carteira assinada, eu trabalhava nesse movimento. Eu tinha cliente. Com FGTS eu comprei produto para passar para outras pessoas. Assim que eu trabalha até 2015, quando eu encontrei uma brasileira, quando eu tava procurando serviço num outro restaurante, daí ela comprava produto comigo e “tu tá procurando trabalho?”...

[GC] Mas daí então tu foi conhecendo os haitianos à medida que tu foi vivendo aqui? Porque tu não tinha uma rede, tu foi a primeira pessoa da tua família a vir pra cá.

[M] Não. Só eu que estava morando aqui.

[GC] Sim.

[M] Sim. E daí essa brasileira me falou, falei assim “ai eu preciso de um trabalho, mesmo que seja leve porque eu posso trabalhar agora, mas não trabalho pesado porque os punhos estão fracos ainda”. Aí então tá, “vai lá no Centro Humanístico Vida”. Falei “onde que é?”. E ela me deu explicação, que não é tão tão longe o Rubem Berta, porque morei na entrada do Jardim Leopoldina. Aí tu vai lá, a pé, você vai se localizar, entra lá, você vai ver tal tal prédio, você entra e pergunta. Verdade, eu fui com um currículo para buscar emprego. No segundo eu entrei, encontrei com a secretária e daí ela gostou de mim, sabe? Eu tenho um jeito de falar. Ela “há

quanto tempo que tu tem aqui? Aqui tenho aula de português pra migrante! Tu não gostaria de vir aqui pra ajudar?”. Eu nem falei disso! Eu vim lá pra procurar um emprego, tá?

[GC] Sim. E tu não fez essas aulas?

[M] Não, não, não fui. Nunca fiz aula.

[GC] Mas daí tipo, como que tu diria que foi meio que...porque pelo o que eu to entendendo, foi meio que a tua integração no Brasil foi acontecendo aos poucos.

[M] Sim.

[GC] Tu ia conhecendo as pessoas meio que...

[M] Mas eu conheci as pessoas como...os brasileiros...me falavam que tinham muitos haitianos vendendo na rua, que não é verdade. Uhum. Aí quando eu fui lá, ela me falou “ah eu vou te esperar”. Daí sumi porque eu não quis assumir mais essa responsabilidade.

[GC] Sim.

[M] Daí em 2016, no final, né, eu fui arrumar dois dentes, né, em que eu perdi. E daí eu recebi uma ligação, era uma dos professores que estava trabalhando com os haitianos lá. Daí eu falei “então tá bom”, enquanto ela estava falando eu lembrei das minhas dificuldades, falei “eu não sei falar português, mas eu vou lá para ajudar”

[GC] E tu provavelmente já sabia, né?

[M] Já sabia. Para mim até agora eu to aprendendo. Não sei nada.

[GC] Tu fala muito bem. Tu consegue se comunicar, dá pra entender o que tu tá querendo dizer.

[M] Ai mas o meu sotaque é diferente, né? Tem que falar duas vezes palavra só.

[GC] Mas tu tá...existem vários...eu, por exemplo, não sou daqui do Rio Grande do Sul, eu sou do Piauí, Nordeste, então eu falo de outro jeito do que o pessoal daqui, sabe? Mas não significa que eu to falando errado, eu acho que é a mesma coisa contigo, tu tá falando como tu pode e tá falando bem, desenvolta, sabe? Dá pra entender o que tu fala.

[M] Graças a Deus. E daí falei “então tá, eu vou”. “Você vai vir lá, vou lá te esperar”. Assim quando eu cheguei, bah, nós tínhamos quase 80 haitianos assistindo aula, tinha nível 1, nível intermediário aqui, até tem outros que foram graduados, assim. Ah que legal. Mas assim, tinha uma evasão. To falando certo?

[GC] Sim. Evasão.

[M] Aí tinha porque fica quase 20. Aí falei “Que que é isso?”. Aí “sim sim, porque quando os professores tavam falando, explicando, não conseguiam entender, porque o francês dos professores é, como, diferente e eles muito não entenderam”. Daí eles ficam indo, indo, até que...

[GC] ...que restam poucos no final?

[M] Poucos. Aí falei “Então tá, eu vou fazer o seguinte: vocês vão lá lançar que vai ter uma pessoa, uma haitiana, que vai vir aqui, prestando auxílio, é...”

[GC] Quase como se tu fosse uma monitora assim da disciplina.

[M] É, quase. E daí, ah, ficaram felizes! E daí a turma inicial, quando eu cheguei lá, eu preparei, eu passei a noite, eu fiquei tão feliz, passei a noite inteira preparando o material em três línguas.

[GC] Ah, uau! Legal.

[M] Sim!

[GC] Em créole, francês...

[M] Crioulo, francês e português. Ah, do meu jeito, né? Francês sim. Crioulo sim. Mas português eu fiquei hm... numa dúvida, mas eu escrevi porque eu estava aprendendo no meu dia a dia, eu sei o que o haitiano precisa quando vai no médico porque passei muito tempo no médico no posto de saúde, hospital, no trabalho, quando encontra uma pessoa, a primeira coisa que o brasileiro pode perguntar. E daí coloquei tudo em um papel. Saiu, saíram dez páginas. Cheguei lá, tinha mais de 20 haitianos e haitianas, inclusa, né, no nível inicial. E daí a professora ficou tão contente.

[GC] Que tu fez esse negócio?

[M] Aham. Aí assim...hm...os haitianos começaram a perguntar, em crioulo, assim, ficariam maravilhados. E daí o grupo aumentou, até chegar 35, 37...

[GC] Ah, então a evasão começou a ser o contrário, começou a vir gente porque eles espalharam a palavra.

[M] Vir gente...Espalharam a palavra...Tem uma haitiana...E daí, a impressão é que a Secretária...hm... deu pra eles, era que eu tinha muito tempo aqui, que eu falava perfeitamente a língua...

[GC] É, tu tinha três anos aqui, né? Não era tanto. Isso era 2016?

[M] Três anos...Era 2017!

[GC] Ah, então quatro anos, se tu chegou em 2013...

[M] Quatro anos. 2013...janeiro. Mas, olha só, nós vamos trabalhar, nós vamos aprender a língua, nós vamos fazer tal coisa, porque aqui ninguém é professor nem professora, todos nós somos alunos e alunas, nós vamos trabalhar, nós vamos aprender. É assim.

[GC] Tava todo mundo no mesmo patamar, assim? Que tu tava querendo dizer.

[M] Sim, nível inicial.

[GC] Não, mas tipo, tava todo mundo no mesmo nível professor e alunos, não tinha uma...

[M] Sim, estou aqui para aprender.

[GC] Tá certo.

[M] Daí entrou um grupo que queria saber, ou seja, testar a professora, pra saber se a professora sabia mais coisas. Sempre tem essas pessoas. E daí quando vi que eles tavam perguntando coisas assim “de onde vem essa coisa?”. Não é assim, é assim. Porque quando você pega a nossa língua, porque eu era professora de francês, e daí eu comecei a fazer...hm...eu comecei a ensinar três línguas. Eu botei em crioulo, olha como a gente fala; em francês a gente fala assim, em português é quase isso, é quase a mesma coisa. Porque quando eu estava estudando português eu vi que era a mesma coisa, a mesma dificuldade que tem a nossa língua, porque é uma língua bem estranha pra nós, é mais difícil, mas é a mesma coisa. Aí quando eu vi, uma noite, duas noites, eu falei, não...se você tem o mesmo nível que eu na língua, o seu lugar não está aqui, não vou estar mais pra cá, vocês estão me desafiando, fica lá pras aulas dos outros professores que falam português.

[GC] Que são mais avançados

[M] Aí a professora que me convidou, sumiu. E daí assim...hm...eu fiquei em desespero, sabe?

[GC] E daí, eu queria...tu tá falando assim mais da tua experiência, eu daí eu queria que tu falasse um pouquinho, mesmo a questão, da importância desses processos, dessas aulas, desses encontros com brasileiros e também com irmãos haitianos, pra a acolhida dos migrantes na sociedade brasileira.

[M] Sim.

[GC] Como tu acha que essas coisas que tu participou, enfim, de ir pra Igreja, de participar das aulas, de se colocar lá quase como monitora, de tá dando aula junto com a professora, enfim...foram importantes para que tu se sentisse mais acolhida na comunidade haitiana e pra que também os outros migrantes se sentissem?

[M] Sim, porque quando... como disse ali...quando trabalhando, aprendendo junto com eles, eu virei amiga deles. As mulheres, especialmente, me procuraram para me apontar da situação, da condição vulnerável que estavam vivendo, ou seja, no trabalho, em casa, as violências domésticas, ficaram confiante e começaram a conversar comigo. Porque, já falei, que não tenho amigos e amigas aqui, não vou contar, e daí nem, porque estou passando dificuldade e to com...eu falei “eu também!”, porque quando eu cheguei num lugar, eu antes oro a Deus pedindo sabedoria pra falar, porque não sei nada. Daí eu me coloco no mesmo nível que eles, eles começaram a me procurar. E daí quando eu entrei lá na Sociologia, a professora Pâmela me chamou dizendo “tem uma Associação dos Haitianos, eles precisam alguém, esse alguém vai ser tu, tu vais lá para administrar algumas coisas porque eles são bem...assim...eles tão precisando de alguém pra ajudar na construção”. E daí como ela já sabia do meu trabalho, eu fui lá.

[GC] Tu trabalhava com o que? Ou tu tá falando disso das, dessas aulas?

[M] Aham. Isso, porque quando eles precisam, eles me procuram. Daí comecei, e daí como eu tinha amigos, alguns advogados que eu vinha conhecendo e daí é assim. Quando eu cheguei lá, eu peguei, agora, todos os haitianos que tavam estudando no Centro Humanístico Vida me procuraram depois da pandemia, falei “agora estou lá na Associação, se vocês quiserem podem me procurar ali”. E daí eles começaram a vir. Os jovens também. E daí trabalhei mais com os jovens.

[GC] Eu vi, eu vi que tu tinha uma...

[M] Uma turma...

[GC] Sim, eu lembro que também tinha aquela biblioteca, né? Mas acho que a biblioteca não era exatamente associada à Associação? Ou era? Tu pode falar um pouco mais? Porque já que a biblioteca participou, era junto do NEPEMIGRA em algum sentido, como é que funcionava isso?

[M] É, era. Mas eles...a professora Pâmela tinha procurado algumas pessoas pra ajudar a biblioteca. Como eu não sabia, eu me preocupava da formação dos jovens recém chegados aqui, que deveria ir lá pra estudar, nós estudamos a língua por durante seis meses, eu dava livros para eles fazerem...fazerem...apresentações assim.

[GC] Hm...seminários?

[M] Sim. Entre eles. Fechei a porta e eles tavam falando “fala fala” mesmo que você fala, sem entender nada, mas você fala.

[GC] Tem que incentivar.

[M] Sim. Eu levei músicas ainda, eles começaram a cantar e as palavras vinham. E daí, a maioria foram estudar, terminaram o Ensino Médio.

[GC] Tu tava fazendo talvez o que tu queria que tivessem feito contigo quanto tu chegou, né? Porque afinal, tu veio pro Brasil, tu falou desse sonho de continuar estudando e eles precisavam terminar o Ensino Médio.

[M] Sim, eu fui lá escrever eles, procurar pra saber se o nome deles tava saindo, o nome deles saiu em tal edital. Eu fazia isso. Pegava uber, levava no colégio, pra matrícula.

[GC] Pra matricular na escola?

[M] Sim. E aí graças a Deus todos eles terminaram.

[GC] Ai que bom!

[M] Sim. Eles tão estudando agora, fazendo faculdade.

[GC] Ah, eles entraram na faculdade?

[M] Sim. Mas se...o que eu tava falando, né, ali, eu continuei com o meu trabalho. Mas eu falei para a professora Pâmela que eu não, a língua não é minha, que ela procure alguém pra me ajudar, porque eles tão ficando no mesmo tamanho que eu, mas eu quero que eles aprendam mais do que isso. E ela procurou. Até falei com a Gabriela Bulla, da Letras, ela me deu livro, eu fiz cópias assim...até que saiu o meu livro, em que eu escrevi.

[GC] Sim, eu tenho uma cópia desse livro.

[M] Por causa disso. E daí ela mandou uma professora que tem uma instituição filantrópica lá nas Andradas, que é o Cirandar, e daí agora eu peguei as mulheres em que eu trabalhava antes via online, as que tem bebê e daí levei lá para aprender a língua.

[GC] Ah sim, isso no ano de 2023?

[M] Sim, desde o ano passado começou a dar.

[GC] Ah, legal!

[M] E daí eu só vou lá monitorando e traduzindo pra eles quando que tem um evento, ou quando o professor ou professora está trabalhando e não conseguem entender, eu venho aqui falando, explicando e traduzindo. Pra reforçar que aqui é o meu trabalho. Outras coisas não sei como vão ser.

[GC] Legal! E daí, a gente já conversou um monte, bem legal ouvir tudo.

[M] Eu falei um monte!

[GC] E daí eu queria te perguntar mais duas coisas, pode ser?

[M] Pode!

[GC] Primeiro, se tu te sentir confortável, claro, de falar como que funcionou da tua mãe e do teu sobrinho vindo pra cá.

[M] Ah, não tem problema.

[GC] Porque eu li aquele relato no site do NEPEMIGRA...enfim...muito bonito. Foi escrito pela Ana Laura que participou da biblioteca em alguns sentidos, pelo que eu vi. Enfim, como que funcionou essa questão da vinda deles?

[M] Daí, em janeiro de 2021, 21, sim...o Comitê da Associação reuniu. Eu tava recém entrando na Associação, né? Daí o Presidente, o vice-Presidente, falaram que eles têm, tinha, né, em vista, de fazer, de fazer, né, uma procuração, ou seja, um controle, sobre quantos haitianos tão no Haiti que nunca conseguiram voltar, quantos que têm vistos que não conseguiram entrar com esse visto, né, pra entrar pra cá. Conversamos, falamos, dava tal valor se nós contratamos um voo fretado, quanto vai dar, aí eles disseram vai dar tal valor, aí tem que pagar uma taxa para o advogado, né, pra trabalhar só sobre os documentos de lá, mas era mais fácil. Aí a mãe, eu tenho a minha mãe, que tem quantos anos? Ia fazer dez anos que não via ela. Eu tava muito triste, porque cada vez eu quis viajar, ou seja eu perdi meu trabalho, eu fiquei doente, não conseguia viajar. E daí é assim. Mas depois... Eu tenho o meu sobrinho, sobrinho-filho, em que eu criei, né? Ah, a mãe não consegue separar desse filho. Porque desde que nós temos o meu irmão, nós levou, o filho tinha 01 ano, né, 01 ano e 02 meses, né...

[GC] Quando tu saiu?

[M] Não...O meu sobrinho. Ele tem 19 anos agora e daí a mãe pegou o filho pra...pra...pra ela.

[GC] Sim.

[M] Apesar de que ela tinha um certidão, né, daí o pai devolveu. “É filho meu” porque é filho de seu primeiro filho...filho dos filho....

[GC] Sim.

[M] Daí eu falei “Ah não, se eu vou entrar a mãe...hm...Michael tem que vir também porque não dava...”

[GC] Uhum. Não dava pra separar, né?

[M] E ele também ficaria muito triste porque eles chama “mãe, mãe”, não é vó. É mãe. Porque a mãe que...

[GC] Ela que criou, né?

[M] Uhum. Daí eu pensei assim, tá, tudo bem, e eles entraram. Mas eu fiquei muito nervosa esse dia e muito feliz.

[GC] Uhum...Imagino.

[M] É...tanto tempo...Eu saí de lá desde 2012, quando fui visitá-lo. A mãe...o pai...faleceu eu tava aqui. Pra ver quanto tempo já.

[GC] Uhum. Essa questão de reunir a família é muito importante. Eu falo nisso...enfim...eu entendo que tem o lado teu como a pessoa que esteve por tanto tempo separada...

[M] Uhum.

[GC] E eu sou de outro lugar e to há, tipo, 4mil km da minha família e...é aquilo que tu...eu pelo menos espero o momento que eu vou lá sempre, sabe, pra ver eles porque é muito importante pra...

[M] A saudade bate, né?

[GC] Sim, é verdade.

[M] Uhum. E daí a saudade era tão tão grande. E daí...quando eu cheguei aqui, nunca comi comida brasileira. Eu fiz a minha própria comida, a mãe preparava...e daí não quis a mãe fazer nada. Mas como ela tem dificuldade nos pés e nos joelhos, e daí é difícil...E daí me responsabilizo pra cuidar dela.

[GC] Sim.

[M] É uma honra, né? Cuidar da mãe, né? Que tanto sofreu pra gente, pra por no mundo e depois pra cuidar...chegar nessa idade é uma benção.

[GC] É, que bom que tu pode cuidar dela. Tu pode tá com ela ao teu lado hoje.

[M] Sim, mas...Eu prometi ao pai. O meu pai...eu era a mais...como dizer...mais...amada, né...do meu pai, né?

[GC] Uhum...Tu era a favorita?

[M] É...a favorita. Infelizmente ele faleceu. Porque quando ele...ficou doente, né, eles me chamaram pra dizer que “teu pai não quer comer”. Eu chamei “pai?”, ele “oi, filha!”, eu “não quer comer?”, ele “não, não, não to à vontade de comer...”, eu “não, pai, tem que comer” e ele “então tá, vou comer, só por ti”

[GC] E aí ele comeu?

[M] Comeu. Eu disse “pai, eu vou te levar daqui pra sair alguns dias perto de mim”, “sim, filha”. É triste, mas um dia, né, eu tenho a esperança que eu vou ver meu pai, sabe? É filha, né. Eu tenho a cor dele, né? Ele gostava...Eu gostava muito de estudar, ele gostava!

[GC] Sim, ele que...que te incentivou esse lado?

[M] Ele disse “ba, é a minha filha, ela gosta de estudar, ela gosta de escrever.” Mas eu gosto, né!

[GC] Que bom que tu mantém o lado dele perto de ti, né?

[M] Sim. É o que eu mais gosto de fazer: aprender pra ajudar outras pessoas. Tudo que eu aprendo, eu to sempre, penso “eu to estudando isso porque isso vai me servir pra ajudar outras pessoas”. Eu gosto de fazer discípulo, alunos. Eu gosto. Porque eu sempre coloco na minha cabeça que quando a gente passa o que tem pra outras pessoas, pessoa passa também. Não vai terminar.

[GC] Sim.

[M] Mas quando a gente pega, recebe, fica engordando, não vai...

[GC] É, se tu só acumula conhecimento, tu não passa pra outras pessoas, ele morre contigo.

[M] Morre sim. Uhum. Isso aí.

[GC] Tá. Acho que é isso! Teria mais alguma coisa que eu não te perguntei que tu gostaria de falar?

[M] Eu não sei não. Assim, agora vai sair o livro, o livro vai ser bilíngue!

[GC] Ah, legal! Português e créole?

[M] Uhum.

[GC] Legal.

[M] Um lado português, um lado cri...crioulo. E daí eu to preparando pra ter uns haitianos e...que não falam português, possam entender o que tem do livro.

[GC] Legal! Dá pra ir lado a lado, vendo o que tem...o que é correspondente de créole, o que é correspondente no português.

[M] Isso. Mas não sei quando vai...vai sair. Mas está lá.

[GC] Legal.

[M] Na editora, não sei. Estou torcendo.

[GC] Em breve, em breve! Tem que ser.

[M] Hm...porque a minha irmã quer saber.

[GC] Hm...legal! Ela quer ler.

[M] Sim. E daí agora vai ser mais...mais fácil pra ela saber o que eu tinha escrito.

[GC] *Risada.* Sim.

[M] Isso mesmo.

[GC] Tá. Então acho que é isso, eu vou parar...

[M] Era só isso?

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM ROOD MARLINE

[Gerson Carlos] Tá, então agora comecei a gravar. Eu queria que tu começasse falando de ti, de quem tu é, quem é Rood, de onde tu vem, tua história assim mais ou menos. Sei que é bem difícil tu falar tua história em dois minutos, ou sei lá, quanto tempo tu precisar, mas queria que tu falasse de ti mesmo assim.

[Rood Marline] Hm...Tá bom. Eu sou Rood Marline Joseph, haitiana, tenho 23 anos e eu moro aqui no Brasil faz quatro anos já. Eu deixei Haiti em 2019, no momento em que tinha um crise de segurança e tava tudo uma bagunça. Minha mãe resolveu me ingressar aqui no Brasil e eu quando eu cheguei, infelizmente eu não podia ir na escola porque, eu acho, que no momento em que eu cheguei, não tinha vaga.

Som de buzina.

[GC] Hm.

[RM] Daí eu fiquei, comecei a aprender algumas coisas no Youtube e no ano seguinte eu entrei na escola. Me faltava o terceiro ano para acabar o ensino médio. E no ano 2020, eu terminei o ensino médio e eu fiz o ENEM no ano 2021. Infelizmente, eu não tirei a nota máxima [*mínima*] porque eu queria estudar administração e também estava esperando porque eu fiquei sabendo que sempre sai um edital da UFRGS...hm...pelos imigrantes e refugiados, mas por causa da pandemia, eles pararam com isso e, esse ano [2023], eles voltaram.

[GC] Aham.

[RM] Daí eu me inscrevi, graças a Deus, deu tudo certo. Só me faltava o certificado que eu não sabia que eu não sabia que eu ia precisar.

[GC] Sim.

[RM] E comecei a trabalhar na AINTESO, que é a Associação da Integração Social, em 2020. Eu comecei como tradutora e, logo depois, eu virei como a segunda secretária.

[GC] Uau, que legal.

[RM] E, como a Pâmela falou, a gente se conhece faz um tempo.

[GC] Uhum.

[RM] E a gente já percorreu um caminho muito longo.

[GC] Sim, imagino.

[RM] Então, tudo isso aí... é Rood.

[GC] *Risada*. Legal, feliz em saber disso. Tu começou, então, como tradutora do créole para português?

[RM] Isso.

[GC] Ah, entendi. Boto fé. Legal. Eu faço trabalho voluntário no CIBAI, atendendo lá. E eu vejo que, agora tem mais um movimento, tipo, de políticas públicas mesmo, para essa questão do créole, né? Tanto como os mediadores, né, e lá no CIBAI também tem alguns comunicados em créole. Eu imagino quão importante isso é para o acolhimento, para que a pessoa se sinta integrada mesmo na sociedade.

[RM] É. Sim. Já que...Eu acho que o período de 2013-2014, as pessoas, tipo, que saíram do Haiti para vir para cá, Brasil, a maioria são de maior idade, tipo 50, 30....Daí é um pouco difícil para essas pessoas aprender mais uma língua.

[GC] Sim, imagino. Até porque é aquilo de, tipo, tu começa, tu...Eu lembro de ter visto algumas pesquisas falando de que tu era mais apto, assim, a aprender uma língua até os 20 e poucos anos. Que já é todo..

[RM] Sim.

[GC] ... toda uma adaptação quando tu já num período mais avançado da vida. Deve ser bem difícil mesmo.

[RM] É, bem difícil mesmo. Daí, com, seja alguns documentos traduzidos, fica mais fácil.

[GC] Uhum.

[RM] Pra entender o que a pessoa quer, o que quer saber, como...como é que dá pra ajudar a pessoa.

[GC] Sim. E nesse sentido, tipo, essa tua...esse teu trabalho com tradução que depois foi para ser segunda-secretária, né, que tu falou, partia de que responsabilidades assim, sabe?

[RM] Hm...Na verdade, eu posso dizer que é uma coisa que eu gosto, porque responsabilidade é o que torna as pessoas, tipo... mais dedicadas.

[GC] Sim, sim.

[RM] Com responsabilidade, tu se dedica muito, tu se esforça mais. Isso dá oportunidade de se tornar a pessoa que tu quer.

[GC] Aham.

[RM] Então, já que na Associação eu me sentia muito bem com as pessoas e eu adorava o que eu tava fazendo. Então, pra mim, virou secretária é mais trabalho, mas era muito legal pra mim,

porque parece que eu já era secretária porque eu mexia no tudo que eu podia, eu gostava de ajudar qualquer coisa.

[GC] Sim. Tu já gostava de colocar mais a mão na massa e só fez sentido tu tomar mais esse posto porque já era meio o que tu fazia. Entendi.

[RM] Sim.

[GC] E daí, partindo pra esse lado da Associação mesmo. Queria que tu falasse um pouco dessa tua relação com a AINTESO. Tu já falou um pouco, né, que tu via como quase uma parte de ti assim, pelo o que eu interpretei, é...e....como que tu viu o funcionamento, como que tu via a relação da AINTESO com a sociedade dos Haitianos aqui no Brasil, aqui em Porto Alegre, mais especificamente também.

[RM] Hm...Eu acho que com a minha experiência, é uma relação muito boa já nós também somos haitianos, aí é mais fácil para as pessoas se comunicar conosco. E, também, para pedir ajuda, sobre qualquer coisa, é mais fácil que um haitiano vai lá na Associação. Ah, porque, não vai precisar se esforçar muito pra a gente ...

[GC] Pra se entender, sim.

[RM] Por ser já por causa do trabalho, pra traduzir documento, pra ajudar documentação, no hospital, na escola, tudo isso. A pessoa se sente mais na sua casa.

Barulho de cadeira de escritório.

[GC] Sim. Imagino.

[RM] Pra ajudar e pra fazer as coisas, tipo, como serviços que a Associação dá, como documentação, creche para as crianças, ajuda na escola e no hospital também. Porque, às vezes, tem mulheres grávidas que não falam português, a gente sempre foi pra traduzir.

Barulho de cadeira de escritório.

[GC] Aham, sim. Meio que pra fazer até o trabalho de intérprete, né? Eu vejo muito como é...é quase como um...enfim...uma mola pra te receber quando tu chega no lugar, né? Pra te ajudar nessa integração. Porque se tu ve uma pessoa que fala o teu idioma, que se parece contigo e que vem do mesmo lugar que tu, tu vai se sentir mais confortável...

[RM] Sim, mais confortável, isso.

[GC] ... para procurar o que tu precisa. Então a AINTESO, ela acumulava mais essas funções de...saúde, de emprego, de educação, como funcionava isso?

[RM] Sim...documentação....

[GC] Documentação...

[RM] E a gente...também tem alguns curso de capacitação também, seja com Universidade. A gente trabalha muito com a UFRGS também.

[GC] Uhum.

[RM] E com outras instituições também que dá a oportunidade, seja para os imigrantes e refugiados aprenderem alguma coisa, tipo, como a capacitação.

[GC] Sim. Aí, vocês vão atrás dessas outras...?

[RM] Sim, a gente vai atrás.

[GC] Ata. Entendi. Já teve algum caso em que vocês foram procurados para...enfim...recomendados para os haitianos por alguma outra entidade?

[RM] Não entendi muito bem.

[GC] Se...é, deixa eu reformular então. Se já teve alguma vez que uma outra entidade, sabendo da existência da Associação, recomendou vocês para os haitianos? Imagino, enfim, que a maioria dos haitianos sabe que vocês existem no Rio Grande do Sul, porque é a maior associação que tem, né, mas...

[RM] É que...já que tem...hm... eu não vou dizer bastante, mas tem muitos haitianos em todo o lugar do Brasil.

[GC] Uhum.

[RM] Tem pessoas...hm....que também, tipo, como eu, quando eu cheguei, eu não sabia que tinha a Associação. Então, às vezes, tem pessoas que vão lá nos Jesuítas para procurar ajuda. Mas Jesuítas não é para os haitianos.

[GC] Sim. Uhum.

[RM] Daí, lá eles vão encaminhar essas pessoas para AINTESO. Igual que tem CIBAI, eu não sei se continua, mas que ajudava os venezuelanos, colombianos...então, é assim que funciona.

[GC] Sim. Eu faço parte do CIBAI, faço trabalho voluntário lá, e...eu comecei, no caso, esse ano, e deu pra ver que teve um fluxo relativamente grande assim depois que teve o anúncio daquela portaria para reunificação familiar. Então, sempre tem haitiano indo lá. Eu acho que deve ser, provavelmente, o segundo grupo migratório que mais é atendido. Não sei dos dados oficiais. É...mas porque, enfim, os venezuelanos também vão bastante. Mas, é... Daí, com relação mesmo à história da AINTESO: eu sei que tu já chegou, já pegou com o trem andando, tu chegou em... 2019, pelo o que tu falou. Mas tu saberia falar da história da AINTESO, como que começou e tal?

[RM] Hm...eu não sei muito como é que começou, mas eu sei que a AINTESO começou em 2016.

[GC] Uhum.

[RM] O presidente atual não era ele. E... não era esse nome também. Era “Associação dos Haitianos do Rio Grande do Sul”. E eu acho que em 2018 ou 2019, o nome mudou para AINTESO. E também, os serviços que tem hoje, agora é mais fácil, mais fácil de ter esses serviços, ou de ter a colaboração de outras instituições. Hoje é mais fácil, porque hoje tem empresa que entra em contato com a gente pra dizer “ai, eu tenho cinco vagas nessa área, se tu tem pessoas, manda pra gente”. Aí a gente faz currículos e manda para essa empresa, com as pessoas que tão precisando e que sabem algumas coisas nessa área.

[GC] Sim.

[RM] Então, pra documentação também a pessoa precisa de CPF, RG, tudo isso. A gente ajuda, a gente encaminha e a gente acompanha.

[GC] Vocês fazem muito essa parte da orientação pra documentação, né?

[RM] Sim.

[GC] É um processo que...enfim, a pessoa chega e tem que fazer uma papelada inteira e já ter um grupo que tá especializado e fazendo isso é bem importante também.

[RM] Sim.

[GC] E nessa linha, tipo, hm...como que tu diria que é a relação com a AINTESO com as instâncias governamentais, assim, tipo, a nível estadual? Porque, assim, vocês fazem essa parte da documentação que, querendo ou não, é relacionada à Polícia Federal ali, com CONARE,

enfim...quando vê...o CNIG, também. Como que tu caracterizaria mais ou menos assim, essa ponte entre a AINTESO e governo.

[RM] *Suspira.* Hm...eu acho que é uma ponte, é uma ponte bem segura, porque já que somos uma associação que ajuda os imigrantes e, antigamente... pode ser que agora, porque nós também, e a gente traduz documentos para as pessoas que vão lá na Polícia Federal.

[GC] Sim.

[RM] Ficou mais fácil porque quando a gente faz as documentações e dá pras pessoas pra irem lá na Polícia Federal e tem documento que já traduz como a pessoa tem que fazer, seja pra assinar e pra dar documentos, seja a gente que tá recebendo a pessoa, pedir: “Ah, me dá teu documento, teu passaporte, tal tal tal”. Tem documento que já traduz tudo isso em créole.

[GC] Uhum. Legal.

[RM] E eu acho que essa relação é uma relação muito boa e isso facilita também as coisas.

[GC] Sim. É, enfim, toda a documentação, todos os documentos que são pedidos pra reunificação familiar eles já vem em português e em créole, né?

[RM] Sim.

[GC] É... e aí nessa parte que é quase de articulação política, como que vocês...enfim, vocês já chegaram até alguma relação com o governo nesse nível? Pra tipo, representar os haitianos frente à...ao governo?

[RM] Sim, a gente já participou várias reuniões. O presidente, especificamente, já participou em várias reuniões assim, com...hm...senador, deputado...

[GC] Uhum.

[RM] Várias vezes também já foi também em reunião lá em Brasília...

[GC] Uhum.

[RM] E aqui também, tipo... a gente teve um caso de agrupamento familiar que foi trancado lá no STF.

[GC] Sim.

[RM] A gente teve bastante reuniões lá com o governo para tentar resolver esse caso.

[GC] Uhum. E aí essa...essa...essa...enfim, deixa eu ver como eu falo. Essas reuniões assim, elas aconteciam mais com relação à questão da reunificação familiar, ou com também eram levadas outras pautas? Porque assim, quando...eu tenho estudado um tanto sobre, né, enfim para a escrita do TCC e...eu percebo que muitas das pautas que ainda são mais difíceis de serem superadas são com relação a integração de fato na sociedade, ao migrante conseguir emprego, conseguir educação, conseguir ter uma rede, porque, enfim, a rede que traz...que faz os migrantes virem pra cá é basicamente de haitianos, mas quando chega, às vezes é meio difícil se integrar. Enfim, fiz toda essa volta pra perguntar se quando tinha também essas reuniões eram pensadas essas questões, sabe?

[RM] Sim, porque também tem questão de emprego para os imigrantes é um pouco difícil.

[GC] Uhum.

[RM] Às vezes tem migrantes que não conseguem se adaptar com a sociedade brasileira.

[GC] Sim.

[RM] E tudo isso sempre leva essas pautas pro governo.

[GC] Uhum, entendi.

[RM] Mas o agrupamento familiar é o que agora, por causa do tudo que tá passando aqui, lá no Haiti, é o que as pessoas mais querem, tipo ver suas famílias, porque tem pessoas lá que tem 10 anos, 12 anos sem ver sua filha, sua mãe, seu pai.

[GC] Sim. Enfim, agora imagino que com essa nova portaria vão ter alguns progressos, mas que por um tempo ficou trancado, né, como o caso de vocês, judicialmente e tudo mais, que teve que ser levado pra isso apesar da Constituição mostrar que é um direito previsto. Aí, nesse aspecto, como que tu enxergaria a importância, né, das associações para os haitianos, de uma maneira mais geral?

Barulho de cadeira.

Silêncio.

[RM] Hm...ter uma organização e já como eu falei, é muito importante, para cada comunidade, seja venezuelana, dominicana, colombiana, haitiana, é muito importante. Por que eu falo isso? Já que a Associação, a gente tem a nossa história e, com nossa história, a gente consegue ingressar na comunidade brasileira também, tipo, compartilhando nossa cultura, nossa história, isso faz com que, mesmo que a gente não tá no Haiti, parece que não tem nenhuma diferença, porque a gente tem conosco nossa cultura. A gente tem nossa história, cada momento histórico a gente celebra junto. A gente tem 18 de maio, eu acho que a Associação fez um desfile também...

[GC] Ah, legal.

[RM] Com vela, modelo vestindo a cor da bandeira, isso tem também carnaval também que às vezes a gente faz. Às vezes a gente traz também artista do Haiti pra cá.

[GC] Ah, que legal, que massa!

[RM] Tem certas vezes que a gente mistura, tipo pegar uma artista brasileira e misturar com haitiano, aí a gente reúne essas duas comunidades juntas. Então, isso pra mim é muito bom, muito muito bom, seja em português ou em créole, eu me sinto ótima.

[GC] Que bom. Dá pra ver que tu já tá...

[RM] Comida também, porque às vezes a gente faz feira, onde tem todas as comidas haitianas e tem comidas brasileiras também, e os brasileiros vêm experimentar e “ai eu gosto disso, me dá a receita, como que faz isso, eu gosto”. Eu acho que isso também é muito bom.

[GC] É que tem isso, né, comer junto com outra pessoa é basicamente uma cola assim, cria um relacionamento instantâneo compartilhar o momento.

[RM] Isso. Então, acho até, tipo, uma organização, seja pelos haitianos, é muito importante, não só pra tipo, ter um emprego, a trazer sua família ou ajudar na educação, ou documentação, qualquer coisa, mas pra fazer, tipo, essas famílias se sentir na sua casa também é importante. Porque às vezes a pessoa vai no trabalho e não tá feliz, não tá se sentindo bem, “ai, eu to com saudade do meu país, to com saudade da minha família, dos meus amigos, da babá”. Aí, quando a pessoa, tipo, tem tudo isso, é uma vida completa...

[GC] Sim, é basicamente isso que a gente precisa.

[RM] Aí, só falta só a família pra viver em paz. A pessoa consegue se entregar mais na comunidade e aproveitar bastante do que tem para ser aproveitado.

[GC] Sim. É, contigo falando tudo isso, dá pra entender muito bem porque o nome da Associação é de “Integração Social”, que é justamente talvez o propósito principal do grupo. E daí, enfim, tem uma relação com os brasileiros que tu comentou e são feitas, enfim, eventos ou algum tipo de coisas com migrantes de outras nacionalidades?

[RM] Sim. A gente tem estudantes da UFRGS que sempre fazem tipo estagiário, que quer aprender, eu acho que...eu não sei, mas a maioria dos assuntos são sempre imigrantes, né? São sempre imigrantes. Daí a gente tem psicóloga, várias que são brasileiras, porque eu acho que a gente tem mais brasileiros que outras nacionalidades. Porque pra colombiano também, pra fazer algumas coisas, tem que ter um estudo, porque espanhol e português são um pouco diferente.

[GC] Sim, sim.

[RM] São um pouco diferente.

[GC] Entendi.

[RM] Então a gente funciona só com os brasileiros.

[GC] Entendi, faz algum sentido daí.

[RM] É, já que a casa dos brasileiros, eles conhecem mais a burocracia, como que eles fazem as coisas, aí fica mais fácil.

[GC] Bom, interessante saber disso. Eu acabei conversando com outras pessoas, de outras associações e às vezes é um pouquinho diferente. Eu não tinha parado pra pensar que é mais simples fazer essa relação direta com os brasileiros, porque, enfim, é só uma ponte direta do idioma, com o espanhol teria que ser mais outra.

[RM] Sim.

[GC] E a AINTESO, ela mantém alguma relação com outras associações, tu diria? Outras associações de haitianos, ou, enfim...porque tem várias pelo Brasil, né? Eu tenho feito esse mapeamento e eu vejo que tem, enfim... em Roraima tem, tem uma eu acho que tá sendo criada agora no Pará, tem aquela de São Paulo também. Como que tu falaria que é a relação com outras associações?

[RM] Hm... A gente não tem muitas relações porque, como tu falou, tem certas organizações que tão criando agora. Mas a gente tem com Santa Catarina e com São Paulo também..

[GC] Uhum. Sim. Legal.

[RM] Só essas relações que a gente tem.

[GC] Aham. E aí encaminhando mais pra parte do final mesmo assim, eu queria que tu falasse mais um pouco sobre quais os desafios que ainda precisam ser superados no que diz respeito a toda, enfim, a tudo que toca assim a migração haitiana, mais ou menos, sabe? O que que se mantém, tu acha, o que que ainda é difícil e precisa ser enfrentado?

[RM] *Suspira pensando.* Pra mim, eu acho que... deixa eu ver porque tem bastante coisa....

[GC] Sim, imagino.

[RM] Deixa eu ver...hm...pra mim, eu acho que a primeira coisa é a concorrência.

[GC] Uhum. Em que sentido concorrência?

[RM] Tipo, a gente tem muita coisa que a gente sabe na nossa língua e talvez a gente sabe em português também, mas a gente tampouco, seja por medo ou por não ter ingressado muito na comunidade brasileira, a gente tem medo de fazer ou falar algumas coisas.

[GC] Aham, entendi.

[RM] Daí eu acho que nesse sentido, seria muito bom, porque a gente também tem bastante conhecimento.

[GC] Sim.

[RM] Bastante conhecimento e...também, às vezes a gente tenta mostrar o que a gente sabe, o que a gente tem, mas a gente não tem essa oportunidade de fazer isso acontecer.

[GC] Uhum.

[RM] Eu não vou dizer que às vezes é por causa do racismo, mas às vezes a gente quer fazer, a gente quer mostrar, a gente tem projetos....

[GC] Faltaria mais as oportunidades mesmo, né?

[RM] Mas não tem oportunidade pra realizar essas coisas assim.

[GC] Sim.

[RM] E eu falo isso porque, enfim, é isso que eu falei porque uma organização é pra ajudar, pra vir com um projeto e pra subir com a sua sociedade, faz com que a sociedade aparece e todo mundo conheça essa sociedade e saber alguma coisa dessa sociedade. Então é isso. E às vezes...hm...não dá, parece....tu tem projeto pra...na sociedade, tipo, pra tua comunidade, projeto....por exemplo, a gente tinha projeto de moradia...

[GC] Sim, sim.

[RM] E... a gente montou tudo, trabalhou tudo e...parou. De nada, parou.

[GC] Era aquele na zona norte, isso?

[RM] Sim. Parece que...é...desculpa pelo o que eu vou dizer...

[GC] Claro.

[RM] Mas parece que a comunidade ou certas instituições brasileiras não querem, tipo, que a comunidade se progrde. Então isso eu acho que é muito ruim, porque a gente quando a gente tá tentando criar o, seja o nosso próprio lugar, ou montar nosso projeto para que a comunidade se desenvolve e, tudo que a gente faz não...sempre tem uma barra, barra, barra. Parece que: “ah, tu não tem que fazer isso. Tu só tem que fazer isso. Tem que fazer aquilo”. Tu não pode ir lá. Isso é muito ruim, muito ruim mesmo.

[GC] Eu nem tomo alguma ofensa nisso porque eu concordo contigo, na verdade. Eu acho que assim... no Brasil tem muito esse mito do brasileiro ser muito receptivo, mas eu acho que essa recepção, ou receptividade, é muito seletiva. É...e...enfim, eu acho que vai de encontro com todo aquele mito da democracia racial que tem no Brasil, como se fosse uma coisa muito simples, e que não, tem várias questões históricas que levam a essas barras que tu tá falando, essas barreiras que vão sendo criadas e que são fortalecidas pelas instituições, né ...

[RM] Sim.

[GC] ... pelo o que o governo apresenta muitas vezes, pelos interesses de alguns grupos, é...e que tornam ainda mais difícil esse trabalho já árduo que vocês estão fazendo.

[RM] Sim. Daí... às vezes dá pra desistir mesmo.

[GC] *Risada de nervoso.*

[RM] Parece que todo projeto que a gente quer fazer na comunidade vira uma ameaça.

[GC] Uhum. Como se vocês tivessem ameaçando o espaço que deveria ser por direito dos brasileiros.

[RM] É.

[GC] Sim. Compreendo, compreendo. Teria alguma coisa que tu queria falar que eu não cheguei a te perguntar, mais ou menos, alguma coisa que tu gostaria de falar um pouco mais?

[RM] Eu acho que não.

[GC] Tá. Hm... então, acho que é isso, vou desligar aqui a gravação.

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DO MAPEAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL

Associações de Migrantes Haitianos no Brasil

Olá! Eu sou Gerson, aluno de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e a pesquisa que estou fazendo é referente ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No meu TCC, pretendo mapear as principais associações de migrantes haitianos no Brasil, e por isso estou contatando secretarias estaduais e/ou municipais, bem como comitês, conselhos estaduais/municipais e organizações que estão em contato com essas associações em todo o território nacional. O meu objetivo essencialmente reside em mapeá-las para compreender quantas lideranças existem e como elas estão organizadas entre si.

Peço que, por gentileza, preencham informações referentes somente aos seus estados específicos. Preencher o formulário mais de uma vez é permitido.

Se surgir alguma dúvida/dificuldade, podem me contatar através do e-mail gersoncssf@gmail.com ou WhatsApp +55 51 98044-0831.

gersoncssf@gmail.com [Alternar conta](#)

* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail _____

PA
 AM
 AP
 AC
 RR
 RO
 MT
 TO
 GO
 MS
 DF

Nome da Associação *

Sua resposta _____

E-mail da Associação *

Sua resposta _____

WhatsApp da Associação *

Sua resposta _____

Telefone da Associação

Sua resposta _____

Endereço

Sua resposta _____

Nacionalidade que a associação representa *

Haiti


Geral

Outro: _____

Tem liderança? (presidente, coordenador, conselheiro etc.) *

Sim

Não

[Próxima](#)  **Página 1 de 2** [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Liderança da Associação

Esta seção é referente às lideranças das associações, portanto o/a presidente, coordenador/a, conselheiro/a etc.

Nome Completo *

Sua resposta _____


E-mail

Sua resposta _____

WhatsApp *

Sua resposta _____

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

[Voltar](#) [Enviar](#)  **Página 2 de 2** [Limpar formulário](#)